**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Lucas Endrigo Brunozi Avelar

**A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na
sociedade colonial**

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial

Lucas Endrigo Brunozi Avelar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro

São Paulo
2010

Resumo

Esta dissertação investiga alguns aspectos da história das bebidas no século XVIII. A partir de uma caracterização inicial do processo de domesticação da embriaguez na Europa moderna, fornecemos a descrição de elementos do moralismo lusitano respeitantes à questão dos usos de vinho e aguardentes. Disso extraímos a hipótese de que a moderação teria sido o valor que orientou o comportamento alcoólico na sociedade portuguesa. Já na sociedade colonial, examinada nos dois capítulos finais, defendemos que o referido valor cumpriu a função ideológica de mascarar a experiência etílica dos habitantes daquelas paragens, experiência esta marcada por diferentes formas de beber e de embriaguez. Numa sociedade organizada para a expropriação de recursos valendo-se de mão-de-obra escrava, o beber moderado entrou em choque com as diversas circunstâncias apresentadas aos colonizadores nos trópicos.

Palavras-chave: Bebidas, Moderação, Sociedade colonial, Europa Moderna, Processo Civilizador.

Abstract

This study investigates some aspects of the history of drinks in the eighteenth century. From an initial characterization of the domestication process of being drunk in the modern era, provides the key element of moralism Lusitanian relating to the question of the uses of wine and spirits. From this we extract the hypothesis that moderation would be the value that guided the alcoholic behavior in Portuguese society. In the colonial society, examined in the last part, we argue that the value of the ideological function served to mask the experience of the inhabitants of those areas, this experience marked by different forms of drinking and drunkenness. In a society organized for the expropriation of resources by availing itself of slave labor, moderate drinking has clashed with the different circumstances presented to the colonists in the tropics.

Keywords: Beverages, Moderation, Colonial Society, Modern Europe, Civilizing Process.

Agradecimentos

De fato, muitas pessoas contribuíram para que esta dissertação fosse realizada. Nomeá-las é uma grande satisfação para mim e espero que sirva como pequeno gesto de agradecimento a elas. Primeiro, devo mencionar a gratidão ao orientador e amigo Henrique Carneiro, cuja erudição sempre me estimulou a ir além de minhas limitações e que ao longo destes anos me concedeu a liberdade intelectual indispensável para minha formação de historiador.

Aos professores que compuseram a banca do exame de qualificação: Denise Bernuzzi de Sant’Anna (PUC-SP) e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (FFLCH-USP), pelo alto rigor e sensibilidade profunda mobilizados para a avaliação dos resultados desta pesquisa.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), agradeço pelas bolsas concedidas de Iniciação Científica e de Mestrado. E aos funcionários da Biblioteca “Florestan Fernandes”, do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) e da Biblioteca “Mario de Andrade” pela atenção além da conta.

Aos amigos: André Nicácio, Alessandra Barbosa, Bruno Estefanes, César Cruz, Diego Blanco, Eduardo Capelo, Elton Leandro, Flávio Bueno, Flávio Tito, Frederico Mazzocca, Júlia Favaretto, Lindener Pareto, Lucas Campos, Luciana Ferraz, Magno Filho, Mainá Prada, Marcus Baccega, Marcus Souza, Marília Ariza, Pedro Merem, Ricardo Arashiro, Rubens Maurício e Zé Ovo. Cada um deles colaborou à sua maneira para a resolução de certas questões.

Ao Tiago Machado de Jesus, companheiro de longa data que me ajuda a pensar menos barato. E ao mais querido amigo, Renato de Mattos, pela amizade que não só contribuiu para o amadurecimento de idéias, mas que também tornou a morada em São Paulo mais enriquecedora, estimulante e agradável.

À minha preta, Cássia Vernillo, pela paciência e revisão ortográfica do texto nesta reta final. E, por fim, agradeço a quem me dá a base sólida, minha família: William, Célia, Laís e avós, que acompanharam atentos a gestação e todas as dores do parto desta cria. Antes do ponto final, registro que este trabalho é dedicado à memória de Paulo Avelar, o tio Paulinho.

Sumário

Resumo.....	03
Abstract.....	04
Agradecimentos.....	05
Introdução.....	07
Capítulo 1	
Cascudo, cachaça e a história da aguardente.....	16
Capítulo 2	
Da botica à taverna: o processo geral de racionalização da ebriedade.....	29
Capítulo 3	
Toda embriaguez é desvio de conduta: o valor específico do ambiente moral lusitano.....	55
Capítulo 4	
Hidrópicos, preguiçosos e violentos: a função das terapêuticas e a explicação dos viajantes.....	81
Capítulo 5	
As tensões em torno das formas de beber na sociedade colonial.....	108
Considerações finais.....	141
Fontes e Bibliografia.....	144

Introdução

Beber não é embriagar-se, beber é outra coisa...

Clarice Lispector, O livro dos prazeres

Esta dissertação é uma reflexão sobre a história das bebidas na sociedade colonial luso-americana do século XVIII. Desafio recente que os historiadores resolveram enfrentar, o estudo de relações sociais mediadas por alimentos, drogas e bebidas colaboram para chamar a atenção a um novo conjunto de problemas históricos pertinentes à compreensão das sociedades. Este trabalho pretende então ser uma breve contribuição para se pensar nosso passado deste ponto de vista.

Para tanto, algumas premissas foram estabelecidas a fim de se garantir um horizonte de compreensão minimamente alicerçado. Antes de mais nada, é preciso admitir que privilegiamos a análise estrutural tal como a defende Paul Veyne¹. Para ele, o historiador deveria preocupar-se em escapar da história factual que estaria destinada a compor uma narrativa influenciada pela ótica das fontes. Sua obrigação é de fazer uma análise de estruturas que no limite aproxima a história da sociologia. O que conferiria unidade aos diferentes aspectos desta história não-factual seria justamente que ao libertar-se da visão imposta pelos documentos, poderíamos nos libertar de unidades de tempo e de lugar e, com isso, estaríamos aptos a explicitar como a normalidade de uma época fora constituída. Poderíamos acrescentar que ao extrair a historicidade do cotidiano das sociedades uma narrativa seria capaz de promover a consciência histórica, que é a percepção das forças que atuam em nossa vida social, ou melhor, é a percepção

¹ Paul Veyne. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a História. Brasília: Ed. Unb, 2008.

de que são as ações humanas no tempo os ingredientes da organização, funcionamento e transformação das sociedades.

O cumprimento destas recomendações prévias nos obrigou a assumir certas posições, tais como a de lutar contra a personificação do objeto aguardente. Como se verá no primeiro capítulo, existe uma bibliografia que já se debruçou sobre o estudo do tema e que teria incorrido no equívoco de iconizar a bebida como se ela fosse sujeito do processo histórico de constituição de nossas formas de beber. Postura diferente foi adotada por Julita Scarano em seus estudos sobre o cotidiano dos escravo mineiros setecentistas. Inclusive, a rigor, precisamente este trabalho pode ser lido como uma extensão dos textos desta historiadora. Encontramos novas informações e ensaiamos novas interpretações a partir de pistas e dados fornecidos por sua pesquisa. Portanto, trataremos dos modos de interação entre os indivíduos tendo as bebidas alcoólicas como elemento de ligação e entendimento. Como dito, o palco será a sociedade colonial da América Portuguesa, grosso modo, do século XVIII. O recorte cronológico é balizado pelo acontecimento de 1695, quando a Coroa lusitana põe fim a um imbróglio que se arrastava há quase duas décadas e se referia à proibição da importação de aguardente de cana brasileira para Luanda. Promulgada em um momento em que a economia vinícola lusitana atravessava aumento da produção e da competição regional e estrangeira, registrando recessão para o período, a provisão atendia claramente aos interesses dos comerciantes coloniais do reino nas disputas pelo domínio da oferta de álcool para a troca por escravos da costa africana. Todavia, como o espaço aberto pelo impedimento da venda de “geribita” não foi preenchido pelos vinhos e aguardentes reinóis, desencadeou-se um lucrativo comércio clandestino do destilado de cana-de-açúcar

movido pelos mercadores brasileiros, ao lado de uma intensa campanha junto à Coroa para que a proibição da importação de ‘geribita’ fosse levantada².

Quando da proibição, o Rei atendera a um pedido do funcionário mais importante do governo angolano, a saber, o governador Menezes e Souza, cujo argumento era de que a aguardente de cana fora a responsável pela morte de muitos soldados portugueses e escravos africanos na capital colonial de Angola. No entanto, após várias representações enviadas por traficantes, por membros das Câmaras Municipais da Baía e Luanda e até mesmo pelo então governador do Rio de Janeiro, João Furtado de Mendonça – e do governador Lencastre –, o Rei foi obrigado a rever a proibição, inclusive para garantir a cobrança de impostos sobre o tráfico de alcoóis e de almas. Um dos trunfos mobilizados a favor da ‘geribita’ era que a elevada mortalidade na colônia de Luanda não se devia ao consumo dela, mas ao clima insalubre e ao ambiente doentio da região. Após uma série de tentativas frustradas, as forças comerciais, municipais e governamentais luso-americanas, em 1694, enviam uma petição à Coroa inventariando os prejuízos provocados pela “lei anacrônica”³ que incluía um dado importante para este estudo: três médicos com experiência em Luanda foram recrutados para analisar o conteúdo da geribita e o seu modo de produção. Após testes realizados, de acordo com estes profissionais, o elevado índice de mortes na capital angolana não fora ocasionado pela aguardente de cana, pelo contrário:

Attendendo a ordem de V. S.a em q. nos manda fazer Cons.a sobre a giribita ser nociva, da qual rezultem alguns achaques, ou mortes, resolvemos, q. reparando ao de q. he composta,

² Os negociantes africanos preferiam a aguardente de cana, sobretudo, por ela ser mais resistente nas viagens do Atlântico devido ao maior teor alcoólico, por ela ser mais barata e porque seu sabor satisfazia o paladar dos africanos mais que as bebidas européias. Entretanto, como perceberam que não conseguiram materializar as vantagens oferecidas pela Provisão de 1679, os comerciantes portugueses também se integraram ao negócio de vender ‘geribita’, que eles mesmos procuraram tornar ilegal. José C. Curto. *Álcool e História*. O comércio luso-americano do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravo e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental (c.1480-1830). Lisboa: Vulgata, 2002, p. 123 a 134.

³ Expressão de José C. Curto, Op. cit., p. 142.

e ao modo com q. se faz, achamos q. sua qualidade não he tão dannosa como se diz, salvo a quantidade he tão demaziada, q. possa prejudicar, como faz o excesso da m. agoa, sendo couza a todos tão communa, q. causa varias thydropezias; e assistindo nos há m.tos annos em esta terra não vimos nem em Hospital, nem fora delle, q. a d.a giribita cauzasse achagues; mas antes em m.as ocazioins nos vallemos della, p.a remédio de algumas informidades, como p.a banhos Hyrizypellas [...] com q. se pode inferir destes efeitos, q. tem mais vigor p.a remédio, q. p.a danno⁴.

Diante dessas afirmações ficou difícil sustentar a proibição do comércio atlântico da bebida tanto que, no ano seguinte, a Coroa portuguesa encaminhou o assunto para o Conselho Ultramarino que por sua vez recomendou a reavaliação da decisão de 1679 e sua conseqüente anulação, legalizando assim a exportação de geribita da América Portuguesa para Luanda⁵. Consideramos que esta data inaugurou novas formas de tratamento dispensadas à questão do uso de bebidas no Império Português. Não se tratava mais de proibir às cegas a produção, distribuição e troca da aguardente. Como indica a citação acima, o problema da geribita se tornou para os agentes estatais a quantidade que “possa prejudicar”, o que nos autoriza a questionar sobre a imposição do limite tolerável para a ingestão do álcool, os valores exigidos, formas de segui-lo, categorias envolvidas, confrontos travados e possibilidades abertas.

Como informa Braudel, o destilo do vinho sempre fora praticada apenas por boticários e “a aguardente, resultado da primeira destilação, depois o espírito do vinho, resultante da segunda e, em princípio, ‘isenta de toda umidade’, são *remédios*”⁶. Percepção semelhante à que se desprende dos médicos consultados pelos conselheiros angolanos. O que há de novo, porém, é que, a ‘revolução dos destilados’ no século XVII aumentou a oferta de álcool para os pobres europeus, e a equivalente extensão do

⁴ Conforme José Curto, o documento é uma “certidão” dada pelos três médicos citados. Vale destacar que o pedido foi enviado pelos conselheiros municipais de Angola. 16-12-1694, AHU, Angola, Cx. 15, Doc. 37, apud José C. Curto, Op. cit., p. 143.

⁵ O autor desfia outros argumentos que pesaram na decisão da Coroa, como o fracasso do vinho lusitano em substituir a geribita, o tráfico da bebida brasileira ter aumentado sem pagar impostos e a queda de receitas e o aumento da demanda de escravos por conta da descoberta das Minas Gerais. José C. Curto, Op. cit., p. 145.

⁶ F. Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 215.

número de engenhocas pelo território da América Portuguesa, nos primeiros três séculos de exploração, expandiu a embriaguez dos negros e pobres da colônia. Com isso, o vício do álcool aparece como problema social na época moderna e a Coroa bem como seus agentes lidaram de forma específica com ele no século XVIII.

A outra extremidade do recorte é o ano de 1794, quando o moralista Francisco de Melo Franco publica sua *Medicina Teológica* e mostra a base fisiológica dos vícios e das perturbações da mente. Mineiro de Paracatu, estudante de medicina e castigado por irreligiosidade pelos juízes do arruinado Santo Ofício, Melo Franco notabilizou-se por trabalhos de Medicina, Higiene e Filosofia, a ponto de ser considerado pelo crítico Afrânio Peixoto como o precursor de Freud⁷. No capítulo que trata da “bebedice”, após fazer uma curta digressão para mostrar que os antigos já apontavam o uso excessivo de álcool como responsável pela “perda da razão e dos sentidos”, o médico mineiro assevera ser “a bebedice uma enfermidade [...] Que fraqueza! Que tristeza! Que palidez! Isto é o menos; o mais é ficarem os ebriosos não só estúpidos e inertes para qualquer função do espírito, depois da bebedice, mais ainda o durar-lhes esta estupidez por muitos dias, e às vezes por toda a vida”⁸. Como se observa, a bebedice aparece como enfermidade, já se distanciando da expressão de imoralidade daquele que se embriaga. No XVIII, a embriaguez foi considerada pelos moralistas lusitanos como signo de imoralidade. Melo Franco começa a problematizar esta percepção no trabalho citado.

De modo geral, é neste período que iremos examinar a resposta a algumas questões ligadas aos modos de beber dos homens. É preciso alertar desde já que foram feitas algumas incursões em outros espaços e tempos mas sempre de acordo com os problemas levantados no decorrer da exposição dos resultados. Além disso, valorizamos uma posição de tolerância teórica tal que nos desobriga do enrijecimento das discussões

⁷ Francisco Melo Franco. *Medicina Teológica*. São Paulo: Giordano, 1994, p. XXXV.

⁸ Idem, p. 123.

propostas. Pretendeu-se utilizar a teoria para se formular os problemas. Se certo posicionamento teórico se mostrou ineficaz para contribuir para campo de questionamentos que encaminhamos, ele foi descartado sem ressentimentos. Todavia isto não significa que abandonamos as considerações de teoria e método. Ao contrário, fomos obrigados a redobrar a dedicação a elas devido à carência de estudos dedicados ao objeto que nos interessa. Para resolver previamente este problema continuamos seguindo Paul Veyne, para quem

tudo o que compõe a via quotidiana de todos os homens constitui caça para o historiador, pois, em que outra região do ser que não na vida quotidiana, dia após dia, poderia refletir-se a historicidade? O que não significa que a história deva tornar-se história da vida quotidiana [...], significa que um acontecimento só é conhecido mediante indícios e que qualquer fato da vida de todos os dias é indício de algum evento⁹.

O ponto de vista de nossa análise será justamente aquele que se debruça sobre aspectos da história do cotidiano colonial de ingestão de bebidas alcoólicas com o fim de vislumbrar instantâneos das estruturas deste cotidiano. É claro que uma dissertação de fôlego curto será incapaz de resolver a questão, talvez nem seja este o objetivo maior. O que pretendemos foi tão somente indicar as categorias sociais articuladas pelas bebidas e identificar brevemente os ganhos em conhecimento que talvez possam ser conseguidos se desdobrarmos o estudo desta história. Em suma, queremos saber sobre os processos de socialização que nossa sociedade colonial constituiu como normais.

Para isso, trabalhamos com o conceito de “regime etílico” que refere-se ao conjunto de práticas materiais e mentais, que organizam e conferem sentido ao ato de ingestão de substância alteradora de consciência. Conforme João Azevedo Fernandes, “tal ato, contudo, jamais deixa de estar inscrito em determinadas configurações culturais

⁹ Paul Veyne, Op. cit., p. 21.

que podem, inclusive, modificar os efeitos neurológicos da ingestão do álcool”¹⁰. Depois de no segundo capítulo fazer uma caracterização inicial do processo de domesticação da embriaguez ocorrido na época moderna, nos debruçamos sobre alguns aspectos do regime ético lusitano setecentista de modo que, no terceiro capítulo, trabalhamos com a hipótese de que o valor moderação teria sido estrutural do moralismo português do período. Moderação foi o horizonte que pautou o julgamento dos atos de embriaguez e o comportamento alcoólico de forma geral na sociedade portuguesa. Com isso, chegamos à análise da sociedade colonial em busca da descrição das tensões derivadas das proposta de seguimento deste valor nos trópicos. Deste modo, os dois capítulos finais apresentam os resultados parciais da história dos embates em torno das bebidas alcoólicas a partir da “leitura histórica” das fontes.

Este modo de encarar os documentos, por sua vez, é oriundo da necessidade diversificada de se ter a dimensão da complexidade de nosso objeto. Para tanto, privilegiamos o exame do escopo considerando que o texto “não é meramente um repositório de informações pré-constituídas” em que os fenômenos têm em si sua própria identidade, cabendo ao historiador habilitado tratá-lo como um limão de cujo sumo deve se extrair. Pelo contrário, a documentação foi considerada uma forma de ação social em que estão articulados representação e prática, pois ao mesmo tempo representamos o mundo e intervimos no real¹¹. Nesse caso, ao historiador cabe superar a literalidade empírica da informação e realizar uma leitura capaz de trabalhar o texto como um “conjunto orgânico de pistas”. Este exercício foi feito nos tratados de médicos e moralistas que lidaram com e/ou refletiram sobre a administração do vinho e

¹⁰ João Azevedo Fernandes. *Selvagens Bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial*. Tese do Doutorado em História, UFF. Orientador: Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro, RJ, 2004, p. 09.

¹¹ Ulpiano T. Bezerra de Meneses. *Arte grega nos textos antigos: crítica genética versus leitura histórica em Manuscrítica*. Revista de crítica genética. São Paulo, n 7: p. 69-82, Março 1998.

aguardentes em Portugal do Setecentos. Neles encontramos dados que, tomados em conjunto, nos forneceram uma visão do comportamento étlico tal como entendido e esperado pelo discurso moral lusitano. Sobre a sociedade colonial extraímos informações de diversos materiais, sejam relatos de viajantes, leis, ordens régias, tratados de cirurgiões que visitaram aquelas paragens bem como de pistas apresentadas pelos estudos de outros historiadores. Com este material, foi composto um quadro bastante esquemático das linhas de força envolvidas nas questões relativas à produção, distribuição, consumo e regulação, sobretudo da aguardente de cana. Em síntese, o esforço foi de pontilhar uma cartografia do tema no período considerado.

Capítulo 1: Cascudo, cachaça e a história da aguardente

Cachaça com cor, cheiro e gosto de cachaça

Marcelo Câmara, Cachaça: prazer brasileiro

Objeto de estudo recentemente inserido no campo de preocupações dos historiadores brasileiros, a história do álcool é tema de vasta bibliografia em diversos âmbitos das ciências humanas no Ocidente¹². Nesse sentido este trabalho pretende contribuir para estender o conhecimento acerca das relações sociais mediadas pela substância na história do Brasil. Para tanto, foi realizado de início um pequeno apanhado bibliográfico apresentando a produção recente sobre a temática “história da cachaça” e insistindo na defesa de um ponto de vista amadurecido que aproveite o objeto para compreender novos aspectos da sociedade colonial luso-americana.

*

Em 1967, é publicado em Natal o *Prelúdio da Cachaça*, redigido pelo renomado folclorista brasileiro Luis da Câmara Cascudo. Primeiro dos cinco livros publicados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na *Coleção Canavieira*¹³. Neste texto, Cascudo faz uma compilação de fontes que deram notícias acerca das bebidas alcoólicas utilizadas no Brasil a partir dos “descobrimientos”, desde a sinonímia do termo, oriundo

¹² Para uma caracterização mais geral do objeto e suas possibilidades de articulação, ver: Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Henrique Carneiro. *A História da alimentação: balizas historiográficas*. In: *Anais do Museu Paulista*, História e Cultura Material, vol.5, jan-dez., 1997. Sobre o tema do álcool em especial, destacamos apenas: Mary Douglas. *Construtive drinking: Perspectives on drink from Antropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; Sonia Corcuera de Mancera *El frayle, el índio y el pulque*. Evangelización y embriaguez em la Nueva España (1523-1548). México: FCE, 1991 e William B. Taylor. *Embriaguez, homicídio y rebelion en las poblaciones coloniales mexicanas*. México: FCE, 1987.

¹³ Os outros foram pela ordem: *Açúcar*, de Gilberto Freyre; *Cachaça*, de Mario Souto Maior; *Açúcar e Alcool*, de Hamilton Fernandes e *Sociologia do Açúcar*, também de Câmara Cascudo. O IAA também mantinha a revista *Brasil Açucareiro*, que aparecia como linha editorial que dava espaço para os intelectuais folcloristas brasileiros. Aluizio Lins de Oliveira. *Doce engenho: considerações a respeito do livro Sociologia do Açúcar: pesquisa e dedução de Luis da Câmara Cascudo*. III Seminário de História do Açúcar, FFLCH-USP, 2009.

da expressão portuguesa quinhentista “cachassa”, até seus usos corriqueiros entre os sertanejos, passando por formas de preparo e funções sociais, econômicas e políticas atribuídas à aguardente. Para a composição de sua monografia, o autor vasculha fontes de naturezas diversas: escritos de viajantes; estudos naturalistas e antropológicos; tratados de alimentação e saúde; dicionários específicos; relatórios de natureza comercial; textos literários em prosa e verso; dizeres; contos; poesias; autos e músicas populares. Deste vasto material, incorpora uma série de usos e significados referentes ao mundo açucareiro do interior do Brasil e aos engenhos de rapadura e de aguardente. Informações de variadas procedências são fornecidas, portanto, na intenção de narrar com realismo o cotidiano da ingestão de aguardente de cana pelos agentes pobres da sociedade brasileira. De forma geral, o que vemos de fato são descrições de um conjunto fragmentado de dados que não compõem uma narrativa coesa capaz de contribuir para o entendimento da vida social que o autor se propõe a examinar.

Além disso, a obra contém elementos de oralidade, percebidos ao se observar as associações feitas de algumas bebidas com costumes, tradições e festividades populares, com hábitos e etiquetas cultivadas por elites sociais. Conforme atesta, “nascida sem pobreza [...], podendo atender ao apetite dos fregueses humildes, escravos, mestiços, trabalhadores de oito a jornal, todo um povo de reduzida pecúnia”¹⁴, a cachaça vai alcançando o estatuto de bebida nacional, significando também, “predileção, uso fiel, costume, norma, vício, hábito, mania”¹⁵. Malgrado certo ar de colcha de retalhos, Cascudo efetua a primeira monografia sobre a aguardente de cana no Brasil. Esta seria mais uma de suas contribuições para a constituição do “movimento folclorista brasileiro”, iniciado na década de 30 junto com Arthur Ramos e Mário de Andrade. Na

¹⁴ Câmara Cascudo. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Natal: Coleção Canavieira, 1962. p. 32.

¹⁵ Idem, p.243.

esteira desses estudiosos foi criado em 1946 a Comissão Nacional do Folclore, reunindo a nata dos especialistas e interessados no assunto e encabeçada por Édison Carneiro, Joaquim Ribeiro e Cecília Meirelles, além de Cascudo¹⁶. Na tentativa de se institucionalizar os estudos de folclore no Brasil, os integrantes desta Comissão procuraram estabelecer algumas diretrizes para o modo estudar o assunto. Uma delas foi a definição do objeto como sendo o “fato folclórico”: coletivo, anônimo e essencialmente popular, incluindo ocorrências “espirituais” (canções, trovas, ditados, etc) e cristalizações na cultura material¹⁷. O povo, sujeito onisciente da cultura autêntica, fora entronizado e tornado imune às ingerências de escolas, igrejas, academias até à ação deletéria perpetrada pela indústria cultural nascente.

Para defender a hipótese de que o termo “cachaça” significando aguardente de cana seria traço característico da sociedade brasileira¹⁸, no nosso texto em questão Cascudo recupera as circunstâncias em que a bebida aparecera a fim de justificar seu consumo pelos pobres e elevá-la à condição de bebida tipicamente nacional¹⁹. Nesse sentido, a aguardente, dentre outras funções, permitiria a fuga ao cotidiano opressor, decepcionante e monótono a que os escravos eram submetidos. E sua popularização ter-se-ia realizado das classes subalternas para as mais abastadas, do Brasil para a África e

¹⁶ Muito embora já fosse considerado o maior folclorista brasileiro quando a Comissão foi fundada, Cascudo nunca quis deixar sua terra natal para participar de perto das decisões da instituição sediada no Rio de Janeiro. Sendo um “provinciano incurável”, na expressão citada por Vilhena, sua colaboração para a constituição de uma “ciência do povo” teria partido sempre do Rio Grande do Norte, de onde, em 1941, fundou a Sociedade Brasileira do Folclore. Luis Rodolfo Vilhena. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997, p. 158-172.

¹⁷ A expressão de inspiração durkheimiana visava integrar o folclore “às ciências antropológicas e culturais”. Sérgio Miceli. *Disciplina de amor*. Artigo publicado no Jornal de Resenhas, n 36, 1998.

¹⁸ Em suas palavras: “Dizendo CACHAÇA, valendo bebida-aguardente, creio *brasileirismo*”. Luis da Câmara Cascudo. Op. Cit., p. 17.

¹⁹ Tal proposta de recuperar as “raízes nacionais” da aguardente de cana, elegendo-a como sujeito do processo histórico, também é encontrada em: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore (orgs.). *Cachaça, alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005; Alessandra Garcia Trindade. *Cachaça: um amor brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2006; Erwin Weimann. *Cachaça, a bebida brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2006; Jairo Martins da Silva. *Cachaça, o mais brasileiro dos prazeres*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006 e Marcelo Câmara. *Cachaça: prazer brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. A seguir, teceremos algumas considerações a respeito desses textos, por acreditarmos que eles sintetizam uma tendência hegemônica de abordagem do tema “história da cachaça”.

depois para as outras partes do mundo, ou melhor, “a propaganda da cachaça partiu de baixo para cima e de dentro para fora”²⁰. Nessa perspectiva, ela aparece como

a bebida-do-povo, áspera, rebelada, insubmissa aos ditames do amável paladar, bebida de 1817, da Independência, atrevendo-se enfrentar o vinho português soberano, o líquido saudador da Confederação do Equador em 1824, dos liberais da Praia em 1848, a PATRÍCIA, a PATRIOTA, a GLORIOSA, cachaça dos negros do Zumbi no quilombo dos Palmares, do desembargador Nunes Machado e de Pedro Ivo, dos Cabanos, cachaça com pólvora dos cartuchos rasgados no dente, na Cisplatina e no Paraguai, tropeias dos Quebra-Quilos, do Club do Cupim, conspirador abolicionista, gritador republicano, a BRASILEIRA²¹

Deparamo-nos com esta reunião de informações que demonstram uma erudição vazia por não se ocupar das relações sociais e sim com as relações da aguardente, tornando-se exposição de caracteres isolados sem laços articulados com outros aspectos sociais e históricos o que faz perder toda a significação e a possibilidade de se tornarem fatores de compreensão da vida social. No trecho acima, a aguardente parece interferir nas ações humanas e definir os rumos da história tupiniquim. O que não quer dizer que não haja dados e afirmações sobre o desenvolvimento histórico da aguardente apresentados, todavia, como evidentes e inquestionáveis. Em suma, são apresentadas teses que se querem verdadeiras, a mais explícita, sem dúvida, é a de que a cachaça fora um instrumento identitário. E de fato o foi, mas não porque o povo insistiu em ingeri-la para se impor diante do estrangeiro e suas bebidas. Não porque expressa autonomia do homem sertanejo que se orgulha das coisas típicas do seu cotidiano. A aguardente compõe a identidade nacional porque mediou um conjunto de acontecimentos históricos diferentes que variaram em cada região e tempo. Faz parte da identidade nacional não como agente histórico mas como elemento que intermediou relações entre sujeitos e forneceu inteligibilidade à interação entre eles.

²⁰ Ibidem, p. 37.

²¹ Ibidem, p.54.

Além do mais, nossa unidade nacional com passado de colônia formou-se a partir de um padrão baseado na imposição cultural de cima para baixo. Por isso, há perdas das heranças culturais dos de baixo, pois elas não podem ser harmonizadas às condições em que os estratos dominantes tendem a realizar a integração, baseada em seus interesses de dominação. Na esteira de Roger Bastide, o fato da sociedade brasileira ter propiciado a mistura de elementos culturais de proveniências étnicas distintas não tem qualquer significação, ao contrário do que defendia o “mito da democracia racial”. Importa a natureza da relação entre os elementos e a forma pela qual eles se articulam e se expressam socialmente documentando uma sociedade colonizada²². No *Prelúdio*, as diferentes formas de beber dos grupos que formaram o Brasil aparecem integradas e desprovidas de conflitos, como se houvesse uma comunhão de espaços de convivência dos usos medicinais, religiosos e políticos, econômicos dos brancos, índios e negros. Seguindo Bastide, poderíamos afirmar que este ponto de vista é expressão de um “folclore artificial”, que apresenta as manifestações mestiçadas “como o resultado de recursos utilizados pela cultura dominante para incorporar ideologicamente índios e negros à sociedade colonial”, escondendo assim, que as formas folclóricas surgem, desaparecem e se modificam sempre de acordo com mudanças que se operam na estrutura social em que elas ocorrem. Esta é talvez a marca mais forte do tempo histórico no texto de Cascudo: ele descreve as aparências da cultura popular de ingestão de bebidas, alegando fazer uma “ciência do povo”, resultando na narração desarticulada e empobrecida da experiência ética dos agentes históricos da sociedade brasileira reduzindo-a a mero anedotário. Uma descrição nesses termos colabora com a fixação da

²² À época da produção deste texto era latente a tensão entre os folcloristas e os cientistas sociais universitários, que perceberam o embaraço analítico dos primeiros por privilegiarem em demasia o enfoque culturalista. Esta perspectiva influenciada pela antropologia norte-americana “situava a sociedade ‘como uma parte da cultura’, ao invés de tomá-la como seu pólo [...] num conjunto dialético”, deixando o folclore “flutuar no ar”, quando, na verdade, ele só existe “encarnado numa sociedade”. Sérgio Miceli. Op cit., p. 04.

imagem de que o beber é algo banal, sem forcas sociais atuantes. Em suas palavras: “a cachaça só pode contar anedotas de embriaguez banal, nauseada e sem vôo”²³. Uma descrição como esta colabora com a noção de que a cachaça é bebida do conjunto de cidadãos do Brasil - como se a cidadania plena fosse ponto pacífico entre nós -, contribui para a constituição de uma interpretação paródica da cultura popular brasileira, para a naturalização da dominação e imposição sofridas pelos modos de beber na história da sociedade colonial e para a legitimação da embriaguez regulada, moderada, moral e católica requisitada na sociedade colonial.

Convém lembrar que o texto de Cascudo pretende transmitir uma visão realista das aplicações e usos da cachaça pelo povo brasileiro. Acreditando descrever a verdade como ela é, o autor minimiza as contradições sociais inerentes ao que envolve o beber contribuindo pouco para o entendimento das relações entre os agentes tendo bebida de cana como elo de ligação²⁴. Ao lado disso, lança pequenas teses com vistas a legitimar as estruturas sociais brasileiras, em destaque, a espontaneidade da ingestão de cachaça pelos sertanejos do Brasil²⁵. Os diferentes usos do álcool implicam em confrontos entre forças sociais envolvidas, interações, concessões, etc. Em Cascudo, isto desaparece. Em suma, o folclorista desistoriciza o tema. Apesar destas insuficiências, a obra de Cascudo é um belo esforço de demonstração da importância da aguardente de cana para a sociedade brasileira nas mais diversas esferas sociais e em diferentes tempos, inclusive por ser o primeiro trabalho com essa preocupação. Além do mais, alguns trabalhos redigidos recentemente sobre o tema herdaram a mesma perspectiva daquele

²³ Luis da Câmara Cascudo. O. cit., p. 87.

²⁴ No seu dizer, “cachaça é coisa de cabra” e ponto. Considerando-se que “cabra” diz respeito ao caboclo do sertão nordestino. Luis da Câmara Cascudo. Po. Cit., p. 80.

²⁵ Com base nos comentários de Miceli, afirmaríamos que isto deriva da incapacidade de Cascudo de incorporar as transformações desencadeadas pela expansão da indústria cultural, tornando-o, assim como seus pares, em “defensores da arte popular tradicional, cultuando a ‘aura’ de um passado arcaico a que estariam associados o ‘espontaneísmo’ e a ‘pureza’ da criação coletiva e anônima de cultura”. Sérgio Miceli. Op. Cit., p. 05.

autor, a saber, a elevação da bebida à categoria de sujeito do processo histórico. Nele, a personificação aparece da seguinte maneira:

a cachaça, nascida possivelmente no século XV, sem nobreza, acesso palaciano, intimidade com gênios literários e musicais, teve seu ingresso vedado pela etiqueta às residências de espanto e bares de “Grande Hotel”, recomendado ao turismo²⁶

Nesse mesmo diapasão, a cachaça, fio condutor da trama, aparece no livro do químico Erwin Weimann²⁷. O autor reconstitui a história da bebida como se quisesse agregar valor ao produto, com se pretendesse promover seu consumo atual. Para isso, é apontada a distribuição da aguardente pelos escravos como forma de aliviar a fome e o cansaço; é citada a lei “subsídio literário”, cobrada sobre a bebida para sustentar os professores régios que vinham lecionar na América Portuguesa, a fim de indicar que “estes antecedentes ajudaram a fazer da cachaça um símbolo de resistência à dominação da metrópole. Brindar com cachaça representava uma atitude política de luta contra a opressão portuguesa”²⁸. Modo de dizer que opera a iconização também aparece em *Cachaça, um amor brasileiro*, de Alessandra Garcia Trindade. Referindo-se à cachaça, ficamos sabendo que “ela sempre esteve presente na construção do nosso país, afirmando seu sabor e sua autenticidade”²⁹. Em trecho bastante claro desse viés, encontramos:

a cachaça *testemunhou* os movimentos de organização operária no início do Novecentos, *caminhou* na Coluna Prestes (1924-6), *foi ícone* na Semana de Arte Moderna de 1922, *ilustrou* as histórias da Velha República, foi, novamente, tomada com pólvora na Revolução Constitucionalista de 1932, *acompanha* os próceres e os opositores do Estado Novo³⁰.

²⁶ Luis da Câmara Cascudo. Op. Cit., p.86.

²⁷ Erwin Weimann. Op. cit.

²⁸ Erwin Weimann, Op. cit., p. 24.

²⁹ Alessandra Garcia Trindade. Op. cit., p. 19.

³⁰ Marcelo Câmara. Op.cit., p. 23.

Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas, isto é, os sentidos e os valores não advêm delas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, mobilizando tal ou qual atributo físico³¹. Este deslocamento da derivação dos atributos fica mais claro quando Marcelo Câmara enuncia: “a bebida ‘*sustenta*’ a escravaria, o braço trabalhador, *alegra* os achados de veios e minas, nas rochas e aluviões, *movimenta* as festas, *esquenta* os corpos, *diminui* o sofrimento”³².

Uma ‘história da aguardente’ só tem sentido, quando ela participa do processo histórico e dos regimes sociais enquanto produto da atividade humana por meio do qual as mais diversas relações de afinidade e/ou de conflito se estabeleceram entre diferentes agentes sociais. Mas não é assim que apresenta nosso objeto uma parte da literatura contemporânea dedicada a esta história. O que se observa, todavia, é a mobilização de uma estratégia discursiva que personifica o objeto, na qual o termo “cachaça” funciona como uma espécie de “blindagem” que impede sua inserção nas condições histórico-sociais que determinam sua significação. Desse modo, a substância faria seu “percurso secular”, nos dizeres de Cascudo, sem sofrer mutações em seus atributos que, desde a origem, a identifica com a classe popular e com nossa história. Portanto, nesta lógica, a bebida percorre os quinhentos anos de nosso passado caminhando junto com os pobres e mantendo suas características sensoriais e valorativas, o que a torna símbolo da nação tupiniquim³³. E para funcionar esta “blindagem” autores como Marcelo Câmara lançam mão de um tipo de falácia reconhecida como “tautologia”, que consiste em um erro

³¹Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Henrique S. Carneiro. Op. cit.

³²Idem, p. 21.

³³ Há uma série de publicações sobre a cachaça que adotam este posicionamento. Uma pequena lista desses textos pode ser encontrada no site <http://www.ocachacier.com/mm/?p=53>. Para uma lista mais extensa sobre o tema, com textos inclusive que destoam desta postura, ver o estudo bibliográfico empreendido por Lúcia Gaspar, Nadja Tenório e Sebastião Vila Nova, intitulado *Cachaça, uma bibliografia*, disponível no site da Fundação Joaquim Nabuco.

lógico que apresenta como significativa uma proposição cujo predicado não diz nada a mais do que o sujeito. A tautologia é uma forma da “petição de princípio”, que é a falácia que se comete quando se adota como premissa a própria conclusão que se tenciona provar³⁴. O que se esclarece em construções do tipo: “Rompe, então, a cachaça, o terceiro milênio como a bebida genuinamente nacional, brasileiríssima, o destilado mais consumido no País, de aroma e sabor único”³⁵. É como se se dissesse: “a cachaça é cachaça”. Ou, como diz a epígrafe extraída de livro do próprio autor: “cachaça com cor, cheiro e gosto de cachaça”. Desse modo, os próprios atributos físico-químicos funcionam como esta “blindagem”, o que autoriza afirmações do tipo: “ela [a cachaça] sempre esteve presente na construção do nosso país, afirmando seu sabor e sua autenticidade”³⁶. Estas construções organizam a economia interna dos textos sobre o tema a ponto de não se escapar da narrativa fetichizada do objeto cachaça, o que dá a impressão de que é a bebida quem atravessa a história com suas próprias pernas. Ademais, este tipo de caracterização pouco contribui para o conhecimento, uma vez que o objeto do historiador deve ser a sociedade, sua organização, funcionamento e transformação.

O resultado mais patente deste procedimento é a transformação da aguardente de cana em “objeto de consumo”, e por isso autonomizado, como sentido no interior de um código de significações hierarquizadas. Ao contrário, é questão de reconstruir a lógica social em que aparece o uso da substância desnaturalizando seus processos de troca e significação³⁷. Por aqui encontramos as marcas temporais destes trabalhos contemporâneos: são livros para formar consumidores exigentes, consumidores distintos, tal como ocorre com os provadores de vinho. Esta é a diferença histórica: por

³⁴ LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico de filosofia*. São Paulo, M. Fontes, 1993.

³⁵ Marcelo Câmara. Op. cit., p. 23.

³⁶ Marcelo Câmara. Op. cit., p. 23.

³⁷ Jean Baudrillard. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

Cascudo, a história da cachaça foi narrada do ponto de vista da cultura popular sertaneja; nos textos atuais, a história da bebida é contada para formar o consumidor interessado em se distinguir socialmente como um especialista em cachaça – um novo tipo de *connoisseur*, em síntese. Os livros pretendem versar o leitor no destilado brasileiro de cana, ensinando-lhe os processos de fabricação, as diferenças em relação a outros destilados e fermentados, as regiões produtoras, a situação do produto na economia nacional, as receitas possíveis e, o que aparece em todos, o modo de reconhecer uma cachaça de qualidade que, claramente, pretende estabelecer padrões organolépticos para definir o valor da nova commodity.

Ressalva deve ser feita ao *Cachaça, alquimia brasileira*³⁸ que, muito embora também incorra na iconização, contém dois artigos que fornecem de diferentes pontos de vista uma reconstituição bem documentada com base em fontes históricas e bibliografia especializada que informam sobre a historicidade das circunstâncias da ingestão da aguardente de cana na história brasileira. No primeiro deles³⁹, destaque para a descrição das disputas provocadas pelas investidas dos agentes da colonização sobre a produção, distribuição, troca e consumo da bebida pelos escravos e pobres livres principalmente nas cidades mineiras bem como para o apontamento do marco representado pelo café no XIX, nova bebida sóbria que concorreu para substituir a aquela embriagante nos hábitos cotidianos das classes baixas. Desta forma, este artigo contribui para se problematizar o passado colonial da aguardente, assim como o texto de Mary Del Priore⁴⁰ na mesma obra. Esta historiadora se vale de tratados médicos para oferecer a visão de algumas ocasiões de uso da aguardente no Brasil ao longo de sua

³⁸ Luciano Figueiredo e Mary Del Priore (orgs.). Op. cit.

³⁹ Luciano Figueiredo e Renato P Venâncio. *Águas ardentes: o nascimento da cachaça*. In: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore. Op. Cit., p. 12-57.

⁴⁰ Mary Del Priore. *Do copo ao corpo e do corpo à alma: cachaça, cultura e festa*. In: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore. Op. Cit., p. 60-92.

história: usos terapêuticos, componente de mezinhas e rituais de magia amorosa. Nele, encontramos a descrição dos lugares em que a cachaça estava presente, como casamentos, enterros, festas, danças e bares, além da identificação das categorias sociais que a apreciavam. O livro é completado com entrevistas a Paulinho da Viola e Cida Zurlo além de artigo do agrônomo Fernando Valadares Novaes, justamente a respeito do modo contemporâneo de produção da substância⁴¹.

Seja como for, interessa-nos tratar as bebidas alcoólicas como um instrumento de negociação e metáfora que articula os diversos agentes e dá inteligibilidade à interação entre eles. Inverter o objeto recortado para análise, deixando de lado a aguardente para direcionar a atenção aos indivíduos que dela fizeram uso. Como o fez Julita Scarano, que ao se debruçar sobre o cotidiano dos forros, pretos e mulatos da capitania de Minas Gerais no século XVIII, chama a atenção dos estudiosos que analisam o consumo alcoólico na sociedade luso-americana dos primeiros séculos para que eles fiquem atentos à ambigüidade de costumes, leis e de pareceres ligados à questão:

de um lado se considerava o álcool bom, curativo, lucrativo, valioso presente para pagar favores ou trabalhos recebidos, e de outro, viam-se apenas os malefícios produzidos. Esses malefícios entretanto, não diziam respeito aos males trazidos para o indivíduo em si, ou seja, sua saúde, mas para a sociedade constituída e sobretudo para a vida política. Nesse sentido, o álcool era considerado um produto que, pela sua produção e distribuição, escapava do controle de Lisboa, sendo muitas vezes trabalho de marginais, de quilombolas e de clandestinos. Por outro lado, fazendo com que as pessoas agissem fora das normas estabelecidas e das relações colônia/metrópole, abria cunhas para escapes de várias ordens, uma vez que a primeira existia e deveria trabalhar em prol da segunda e o álcool cortava o fio que deveria manter pessoas e coisas em lugares determinados pela Coroa⁴².

Ocorreria então um paradoxo no comportamento dos senhores de escravos mineiros: ao mesmo tempo em que forneciam a bebida a seus escravos nos momentos de trabalho, condenavam seu consumo em situações de festas e comemorações. Esta ambigüidade se

⁴¹ Fernando Valadares Novaes. *Arte e ofício da cachaça moderna*. In: Luciano Figueiredo e Mary Del Priore. Op. Cit., p. 96-105.

⁴² Julita Scarano. *Bebida alcoólica e sociedade colonial*, em Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. István Jancsó e Irís Kantor (orgs). São Paulo: Hucitec: EdUSP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 467-483, p.480.

explica, de um lado, pelo interesse dos senhores no melhor desempenho possível de seus trabalhadores e, de outro, pelo medo de revoltas que pudessem surgir das arruaças nos momentos de descontração e exacerbação das gentes de cor, dos quais a cachaça era componente essencial. Endossamos esta perspectiva de Scarano que privilegia o estudo das relações sociais mediadas pelo álcool enquanto gabarito de inteligibilidade para se explicar aspectos do modo de funcionamento da sociedade luso-americana⁴³.

Entretanto, para apreendermos com maior precisão o que esse ponto de vista pode nos deixar entrever, acreditamos que seja necessário estender estas práticas ambíguas no interior do processo de colonização do Brasil. Entender os usos do álcool e a embriaguez na chave da colonização, claramente, era algo que estava na órbita de preocupações de Scarano. Desse modo, pretendemos contribuir para o estudo do tema estendendo o exame dos jogos de poder que envolviam o álcool, aprofundando a análise para a capitania mineira e observando o que ocorre em outras partes da colônia. Para isso, acreditamos inclusive que seja necessário operar uma contextualização mais abrangente que seja capaz de indicar a tendência hegemônica do processo civilizador da experiência etílica, processo que se espraia pelo Ocidente com mais vigor a partir do século XVI. Feito isso, examinaremos o que acontece no território americano sob domínio português no século XVIII, antes passando pelo ambiente lusitano a fim de caracterizar o que aparecia ali como normalidade possível diante das questões relativas

⁴³ Outro autor que realiza esta leitura dos usos das bebidas alcoólicas na América Portuguesa é Carlos Magno Guimarães. Em artigo sobre o consumo de aguardente nos quilombos mineiros setecentistas, ele sugere que o consumo de cachaça entre os escravos atuava como um amortecedor do potencial de rebeldia, mas também era uma das estratégias de “resistência não violenta” dos cativos. Neste mesmo artigo, o autor formula com clareza a perspectiva da qual pretendemos escapar: “À guisa de conclusão, queremos insistir no fato de que não é nosso objetivo fetichizar a aguardente, colocando-a na condição de sujeito histórico sob o qual ficam camuflados os verdadeiros agentes do processo, quais sejam, quilombolas, escravos, forros, taberneiros, senhores, agentes de repressão, autoridades, etc. Na dinâmica social e no processo histórico tratados, a aguardente participou apenas como produto da atividade humana por meio do qual as mais diversas relações de afinidade e/ou de conflito se estabeleceram entre diferentes agentes e categorias sociais. A ‘história da aguardente’ só tem sentido quando assim considerada.” Carlos Magno Guimarães. *Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais, em Álcool e Drogas na História do Brasil*. Renato P. Venâncio e Henrique S. Carneiro (org.). – São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, p. 120.

ao consumo de álcool⁴⁴. Todavia, é preciso alertar que não pretendemos apenas verificar as cores locais desse processo maior de racionalização que entra em curso na época moderna. A intenção é indicar a historicidade das práticas em torno do álcool, os embates, o campo de forças que envolveram seus usos e as representações que foram constituídas – no limite, seria questão de desnaturalizar significados socialmente impostos acerca dos usos do álcool na sociedade brasileira.

Portanto, como já referido na introdução, em linhas gerais talvez esta dissertação possa ser lida como um desdobramento dos trabalhos de Julita Scarano em que nos esforçamos para fazer uma reflexão histórica em busca da constituição de um ponto de vista de historiador periférico para o estudo da sociedade colonial luso-americana tendo a história do álcool como terreno de observação. Para tanto, seria o caso de estudar o núcleo de representações que deram lugar às práticas a propósito da embriaguez e dos usos do álcool, considerando que ao mesmo tempo em que atuamos socialmente representamos os acontecimentos. Vale lembrar que não se trata de um estudo de história das mentalidades, e sim, das práticas e valores que conformaram a experiência ética da sociedade luso-americana do século XVIII. Deste modo, algumas questões que norteiam nossa proposta podem ser formuladas nos seguintes termos: como a sociedade lusitana do século XVIII lidou com os problemas relativos à ingestão de bebidas alcoólicas? Em que condições e por que os homens bebiam na sociedade

⁴⁴ Existem dois estudos que nos serviram de marco cronológico. Um dos quais será bastante utilizado neste estudo é o doutorado já citado de João Azevedo Fernandes em que o autor trata da confiscação do regime ético indígena da América pelos padres colonizadores. O outro estudo é a dissertação de: Fernando S. Dumas dos Santos. *Alcoolismo, a invenção de uma doença*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp. Orientador: Ítalo Tronca. Campinas, SP, 1995. Merece referência os trabalhos de: Antonio Filipe Pereira Caetano. *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo e a Crise Política Fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF. Orientador: Luciano R. A. Figueiredo. Rio de Janeiro, RJ, 2003 (Maceió: Gráfica, 2009); do mesmo autor: *Entre Drogas e Cachaça: a Política Colonial e as Tensões na América Portuguesa (Capitania do Rio de Janeiro e Estado do Maranhão e Grão-Pará, 1640-1710)*. Tese de Doutorado em História, UFPE. Orientador(a): Virgínia Maria Almoêdo de Assis. Recife, PE, 2008 (Maceió: Edufal, 2009); por fim, o doutorado de: Daisy de Camargo. *Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX*. Tese de Doutorado, UNESP. Orientador: Carlos Eduardo Jordão Machado. Assis, SP, 2010.

colonial? Qual a força regulatória do valor moderação e, no geral, quais as formas de controle da experiência ética que ganharam corpo na América Portuguesa do período?

Longe de esgotar o debate bibliográfico e a resposta a estas questões, acima de tudo, nas páginas a seguir objetivamos fazer uma pequena síntese das múltiplas determinações que conformaram as práticas sociais mediadas pelas bebidas alcoólicas na sociedade luso-americana setecentista, restituindo a tensão em torno das questões relativas ao álcool. Para isso, entendemos que esta história só ganha sentido se articulada com os objetos tradicionais da historiografia, como as dimensões políticas, econômicas, religiosas e culturais de uma dada sociedade, já que o que dá sentido às práticas mediadas pelo álcool é o uso social que se atribui a elas e às suas representações, pois deve interessar antes de tudo a vida social dos acontecimentos⁴⁵. Cumpre, porém, iniciar sintetizando a tendência hegemônica do processo ocidental de domesticação da embriaguez realizando, com isso, o enquadramento necessário à análise estrutural.

⁴⁵ Hilário Franco Jr. *Comentário I* em Mary Del Priore. *Dossiê: História do corpo*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 3: p. 9-82, jan/dez. 1995.

Capítulo 2: Da botica à taverna: o processo geral de racionalização da ebriedade

a verdadeira mola do poder não é a imposição de uma norma de conduta, mas sim, a organização das possibilidades de escolha

Vladimir Safatle, Cinismo e falência da crítica

Sem a intenção de traçar um panorama exaustivo do processo de racionalização social da ingestão de bebidas na Europa moderna, pretende-se, neste capítulo, esboçar um quadro inicial que nos permita assinalar o cenário em que ocorreu a passagem do uso de bebidas no interior das comunidades medievais para uma forma de beber regulada por outro conjunto de referências estabelecido pelos agentes das sociedades modernas. Trata-se, portanto, de oferecer um painel breve do processo de regulação dos modos de beber na Europa Moderna, já que para os Estados em formação certo tipo de embriaguez aparece como problema que compromete o modelo de organização social que se gestava.

*

Ao examinar os guias europeus de comportamento à mesa e na corte dos séculos XIII a XV, Norbert Elias compila o seguinte trecho: “Não babes enquanto bebes, porque isto é um hábito vergonhoso”⁴⁶. Recomendação importante por indicar a consciência clara de um código adequado para o ato de beber. Estava-se distanciando daquela experiência de ingestão permissiva de bebidas alcoólicas característica dos guerreiros

⁴⁶ Norbert Elias. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, p. 98. Vol. I.

nórdicos. Para Elias, a complexificação das relações sociais exigida quando da formação dos Estados nacionais modernos transformou os padrões de conduta dos povos europeus, instilando-os a internalizar o auto-controle para garantir a repressão de suas pulsões e desejos. E na esteira dessa transformação o sentimento de vergonha se torna uma função social modelada pela estrutura da sociedade. Neste processo de modelação, a experiência ética dos grupos muda de rumo e toma a direção de um movimento modulador que a reduz e pretende ressignificá-la no interior de quadros nosográficos e de práticas alheias à ritualidade de que fazia parte.

Que certo modo de embriaguez é prática socialmente condenada num momento fundador da civilização dos costumes, isso é algo que não surpreende. Resta-nos detectar a tendência hegemônica desse movimento de racionalização dos atos de beber e embebedar-se e indicar como eles aparecem no interior do discurso científico e moral da época moderna. De qualquer forma, a pressuposição simples que nos move de largada é a de que a embriaguez é a experiência social de alteração da consciência por meio da ingestão de alguma bebida alcoólica disponível aos indivíduos. Não trataremos diretamente de outras formas de alteração da percepção advindas do contato com outras substâncias psicoativas muito embora a reflexão sobre aspectos ligados à embriaguez alcoólica também contribua para se pensar a historicidade das relações sociais mediadas por outras bebidas, alimentos ou drogas – dentre os mais evidentes, destaque para a questão do proibicionismo.

Antes porém, talvez seja o caso de darmos um passo atrás para observar sucintamente as duas concepções de ebriedade que marcaram as sociedades medievais, a saber, aquela referente aos povos do norte e uma outra ligada às comunidades em torno do Mediterrâneo. Para isso vale destacar a figura dos chefes das tribos germânicas, que para expressar a coragem e a virilidade requerida nas disputas faziam-

se exímios bebedores, não sendo raro avançarem ébrios contra os inimigos⁴⁷. Neste sentido, a embriaguez transformava os guerreiros em heróis belicosos, perigosos e incontroláveis por estimular o furor militar tornando-se, portanto, fator decisivo para trazer a vitória nos combates. As sessões de consumo de fermentados de leite de égua, de cereais ou hidromel aconteciam antes ou depois das batalhas, no segundo caso, durante as assembléias em que ocorriam os fartos banquetes. E o desfrute do melhor quinhão nesses festins era disputado pelos membros da aristocracia que narravam suas façanhas nos combates para alimentar o *ethos* de guerreiros e provar maior força e coragem do que seus pares, garantido assim o privilégio do despojo de guerra⁴⁸. Por ora, é importante reter que essas sociedades detinham uma experiência alcoólica que guardava a função positiva de cerimônia grupal, além de o uso de bebidas fazer parte da dieta alimentar.

Inclusive, utilizar o vinho como parte da alimentação era a função maior que esta bebida adquiriu no interior do mundo mediterrâneo europeu, sobretudo se considerarmos que era difícil encontrar água potável naqueles lugares. Desde a Antiguidade a cultura mediterrânea associa o consumo do vinho às festas em homenagem aos deuses Baco e Dionísio, nas quais a bebida funcionava como um veículo para se entrar em contato com a divindade. No entanto, os clãs tradicionais valorizavam a noção de *virtus*, privilegiando tudo aquilo que representasse a permanência: a repetição das colheitas, a renovação regular das pessoas e dos animais, a estabilidade da propriedade, a monotonia dos ritmos naturais e sociais. Por outro lado, rejeitavam as práticas anárquicas e desenraizadoras, associando-as ao que

⁴⁷ Oswaldo Gonçalves de Lima. *Pulque, Balché y pajauru en la etnobiología de las bebidas y de los alimentos fermentados*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 213.

⁴⁸ João Azevedo Fernandes. *Selvagens bebedeiras: Alcool, Embriaguez e Contatos Coloniais no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado em História, UFF. Orientador: Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro, 2004, p. 132 a 146.

denominavam *luxus*, isto é, tudo aquilo que excedia as medidas das regras morais: um vestuário exagerado, um comportamento inovador ou uma abundância de prazer⁴⁹. Por sua vez, a embriaguez e o uso recreativo do vinho eram associados ao *luxus* e, portanto, condenados. Todavia, a partir do século IV, quando de fato o vinho se tornou um dos pilares da dieta romana devido ao aumento do cultivo das vinhas, a oferta da bebida se popularizou e seu consumo tornou-se algo mais corriqueiro, ensejando o aumento dos casos de ebriedade. Mesmo assim, podemos distinguir, grosso modo, dois “regimes etílicos” distintos na Europa medieval que serão a base e o alvo das investidas da Igreja para a introjeção dos preceitos cristãos: um marcado pela experiência de uso coletivo e estimulante para as batalhas dos germânicos, e outro moderado integrante da dieta dos camponeses às margens do mediterrâneo⁵⁰.

Pode ser tido como a base porque os padres irão realizar uma seleção dos elementos desses regimes a fim de atualizá-los no seio da religião cristã. É o que acontece com a determinação “enteogênica” do vinho, ou seja, de sua capacidade de “trazer o deus pra dentro de si”, sendo que para o cristianismo a única videira verdadeira é Jesus - e falsas as religiões pagãs de cultos báquicos e dionisíacos. Mesmo a noção de *virtus* romana que condena o uso desmedido do vinho foi incorporada para a bebida poder representar o sangue de Cristo. Conforme Fernandes, tais concepções foram levadas pela Igreja até os povos nórdicos da Europa, utilizando-se do vinho como instrumento para incutir o ideal de “moderação” naqueles povos. E, embora este investimento tenha sido pouco profícuo para mudar as disposições de conduta dos guerreiros germânicos, ele é sintomático para apontar o alvo da Igreja e, mais tarde, do Estado diante de ordenamentos distantes dos dogmas e leis. Não é à toa que no século

⁴⁹ Idem, p. 168.

⁵⁰ Ao recuperar sucintamente esses dois regimes etílicos não estamos tentando marcar a existência de uma embriaguez “originária”, e sim apenas oferecer um contraponto para melhor situar a discussão a seguir.

XIII aparece a *Suma Teológica* – o mesmo século em que Elias identifica o surgimento de semelhantes regras em diferentes regiões e tradições do medievo.

Para justificar a verificação do autocontrole por parte dos fiéis, São Tomás de Aquino insiste na importância da temperança como virtude maior. Nesta chave a embriaguez é um problema porque ela retirava o juízo da razão, impedindo assim que “o autocontrole impusesse um limite aos apelos sensuais do corpo, produzindo a perda do juízo e a exaltação das paixões que nascem no coração e que provocam ao homem no mais íntimo do seu ser.”⁵¹. O álcool era condenado então, mas não a substância em si, e sim o seu excesso perigoso, que “abria as portas às solicitações pecaminosas dos prazeres”, chegando, no limite, a ser a causa principal do pecado e de todos os vícios. Isto se explica porque a virtude da prudência deveria ser cumprida pelo indivíduo que desejasse fazer um bom governo de si e dos outros, nunca se afastando da retidão da razão e sempre dominando o “desejo-refletido” sobre suas paixões⁵². Em suma, durante o período medieval, eram os pensadores do cristianismo que se encarregavam de moralizar e dar unidade aos costumes étlicos dos grupos, dando espaço, entretanto, para a existência de maior autonomia dos povos menos cristianizados. Isso muda na época moderna, quando os encarregados da moralização aumentam em tamanho e em intensidade: não só padres, mas também médicos cirurgiões, moralistas, etc, intensificam a importância da sobriedade e a condenação da embriaguez cerimonial.

Na esteira deste processo civilizador, justamente a temperança faz parte do conjunto que assume consistência a partir do século XVI e ao longo do XVII e do XVIII, quando as cortes intensificam o movimento de constituição de costumes, comportamentos e modas que são ininterruptamente imitados e por isso se estendem por

⁵¹ Henrique S. Carneiro. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 181.

⁵² Tomás de Aquino. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 9 vols., 2001.

outros estratos sociais – portanto, nesse quadro a conduta sóbria aparece como sinal de distinção e nobreza. Deste modo, a tendência da dinâmica seria que os atos de corte fossem perdendo seu caráter de identificação de classe, desvalorizando-se por conta da popularização. Isto obrigava os que estivessem nessa posição a se esmerarem em aprimoramentos de conduta para reporem a distinção – e o importante é que nessas mudanças haveria uma “linha de desenvolvimento” que incluiria o avanço do patamar de embaraço e de vergonha na órbita dos costumes “civilizados”⁵³. A implantação de “novas maneiras de viver juntos”, todavia, aconteceu *pari passu* a dois processos conjunturais decisivos para a emergência dos Estados Nacionais, quais sejam, o de monopolização da força física e o de centralização da coleta de impostos. Com isso, a burguesia tem sua existência social garantida, uma vez que as oportunidades que antes eram passíveis de serem conquistadas por indivíduos com o emprego da força militar nas batalhas tornam-se então caso de livre competição a meios econômicos não-violentos.

Antes da formação dos Estados, quando uma nobreza feudal entrava em disputa pelo controle de territórios a sua vitória dependia exclusivamente da “capacidade econômica e militar e da força física e perícia do indivíduo”. Nessa competição, eram os nobres guerreiros que detinham o controle do uso direto da força. E como esses combatentes tinham a vida constituída por uma cadeia freqüente de guerras, rixas e violência, não havia ainda limitações que tendiam a impor uma transformação de suas pulsões: a beligerância não tolerava a regulação emocional⁵⁴. Configuração social esta

⁵³ Para Elias, leitor de Freud, o conceito de “civilização” refere-se a um processo de transformação dos níveis tecnológicos, dos tipos de maneiras, de idéias religiosas e filosóficas e de costumes que exigem um maior recalamento das pulsões do homem, o que por seu turno ocasionaria o crescimento da infelicidade. Norbert Elias. Op. cit.

⁵⁴ Idem, p. 218. Algo diferente do que ocorreria pela realidade produzida pelo capital, pois como percebe Vladimir Safatle, para Deleuze e Guattari de *O Anti-Édipo*, no capitalismo “a verdadeira função do ‘socius’ não consiste em estabelecer sistemas de trocas, mas em ‘codificar o desejo’, em estabelecer um

em que os guerreiros eram pouco dependentes entre si, fazendo da externalização dos afetos uma marca distintiva da sociedade medieval. Quando da passagem para as sociedades modernas, Elias observa que o aumento da repressão aos desejos é condição central para o cumprimento de papéis novos em uma organização social cada vez mais hierarquizada e complexa. É isso que o autoriza afirmar que na época moderna “o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo”⁵⁵. As pulsões e desejos antes canalizados nas guerras devem então atravessar uma série de mediações sociais auto-reguladoras para incutir a disciplina que dociliza os indivíduos e abafa seus atos violentos. Neste contexto podemos afirmar que ocorreria uma investida dos aparelhos de repressão contra os estados de ebriedade, já que eles comprometiam a realização das funções sociais previstas no novo ordenamento em gestação. Portanto, talvez seja o caso de insistir que a passagem da Idade Média para a Moderna, operou uma pressão regulatória da experiência ética ressignificando-a quando foi inserida em um regime social no qual o ato cortês de beber moderado durante as refeições tornou-se regra. Por outro lado, o comportamento ébrio passou a indicar desvio. Em que chave e condições esta cisão apareceu na época moderna é o que estamos tentando mapear.

Uma pista importante é que a partir do século XVII a alcoolatria aumenta vertiginosamente na Europa. Devido aos avanços técnicos que garantiram o aumento da produção de destilados a baixo preço, Braudel nos informa que em todas as partes do velho continente a embriaguez pública e os bebedores vulgares foram generalizados. Produtos como o açúcar, tabaco, café, chocolate bem como o álcool vão cumprir esta tendência de vulgarização do luxo e, por isso, transformar as estruturas do cotidiano das sociedades ocidentais: tais substâncias que antes eram de acesso privilegiado às elites

modo de ser do desejo que funcionará como princípio de hegemonia social”. Vladimir Safatle. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 141.

⁵⁵ Ibidem, p. 203.

irão tornar-se disponíveis a todas as classes já a partir do XVI. Em destaque a aguardente, que antes disso era produto vendido nas boticas por ser considerada um medicamento. Seu destilo era monopólio dos boticários e médicos que a receitavam para uma série de enfermidades, desde a peste, a gota e a extinção da voz passando por dores de dentes, paralisia e cólica até chegar a ser considerada naturalmente como portadora de propriedades rejuvenescedoras, uma “água-da-vida” – *acqua vitae*, *eau-de-vie*. Portanto, produto valioso e pouco acessível.

Isto começa a mudar no final do século XV quando se iniciam disputas pelo privilegio de destilar a substância. Após uma série de disputas, vinagreiros, botequineiros e tanoeiros conquistam junto aos respectivos reis o direito de fabricá-la devendo entretanto, entregar a produção aos mercadores. Deste modo, em meados do XVI, os países setentrionais – Alemanha, Países-Baixos, França – e os mediterrâneos também passaram a produzir, apesar de que o papel de promotor das vendas cabe aos mercadores e marinheiros da Holanda que, no XVII, generalizaram a destilação das bebidas em toda faixa atlântica da Europa⁵⁶. Ademais, os mesmos holandeses neste mesmo século começaram a perder a exclusividade das vendas devido a guerras comerciais travadas pelos Estados em gestação, ou seja, tanto a produção quanto a distribuição pulverizaram-se. Em todo caso, interessa-nos, sobretudo, demarcar que a democratização do álcool o levou da botica para a taverna sendo por isso consumido por um maior número de pessoas e criadas novas qualidades de bebidas e de embriaguez⁵⁷. O momento culminante desta democratização foi justamente século XVIII quando “o

⁵⁶ Braudel, O. cit., p. 196-197.

⁵⁷ Braudel, cita uma lista de tipos novos de bebidas, como as ratafias, que são aguardentes misturadas com diferentes ingredientes, como frutas, especiarias, anis, etc; o kirsch, da Alsácia; aguardente de grãos; o rum antilhano; o gim inglês; dentre outras. Op. Cit., p. 198-199.

movimento conquista os próprios campos (os botequins são a ruína dos camponeses) e acentua-se nas cidades. Torna-se norma o consumo em massa”⁵⁸.

Ao lado disso, chama atenção a preocupação com a conservação dos produtos: garrafas especiais, rolhas, posição e condições de armazenamento e transporte, etc, pistas que, tomadas em conjunto, talvez possam ser entendidas como expressão do processo de racionalização do material inebriante, ou, que tais materiais expressariam os fundamentos racionais das novas circunstâncias da ingestão de bebidas. Sugestiva é a imagem a seguir fornecida por Hugh Johnson:

A evolução da garrafa passando do formato de cebola para o de bastão contribuindo assim para facilitar o empilhamento é preocupação nova que surge no século XVIII. Conforme percebe Johnson, esta mudança gradativa indica que ela deixa de ser utensílio de mesa e se torna recipiente de estocagem para ser guardada nas adegas da classe média inglesa – adegas que antes eram privilégio da aristocracia⁵⁹. A democratização do vinho implicou na constituição de uma racionalidade própria para se lidar com as

⁵⁸ O grande historiador francês resume com clareza este processo ao comentar a grande inovação gerada pelo aparecimento do álcool de cereais e da ‘revolução dos destilados’: “o século XVI, por assim dizer, criou-o; o século XVII empurra-o para frente; o século XVIII, vulgariza-o”. F. Braudel. Op. cit., p. 210-214.

⁵⁹ Hugh Johnson. *A história do vinho*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 334-335.

questões engendradas. “Deitadas”, as garrafas podiam alcançar pouco a pouco a maturidade, como nos informa o autor. Ao que acrescentaríamos que com isso se estabelecem novos critérios para qualificar os vinhos e garantir a reposição da posição de distinção social dos vinhos de elite. Mais até: a evolução das garrafas aponta para uma preocupação racionalizada com a ingestão do vinho. Armazenado na garrafa em bastão, é possível aumentar o intervalo de tempo entre a produção e o consumo do vinho. Com isso, a aristocracia então se distingue por poder esperar a maturação e poder degustá-lo sem pressa, inaugurando, portanto, um novo padrão de gosto e, em decorrência, repondo a distinção social.

Em suma, a saída da aguardente da botica devido ao processo de vulgarização do luxo talvez seja um fato fundamental que acionou o processo de racionalização da ingestão de bebidas alcoólicas na época moderna, pois isto implicou na reconfiguração da lógica interna da relação com as bebidas. E, para que os hábitos de corte em relação ao ato de beber fossem distintivos nesse meio social com oferta generosa de álcool, cada sociedade adotou estratégias práticas e discursivas que valem a pena serem mencionadas. Pois não se esperou que os indivíduos se estabilizassem pela autodisciplina, mas foram realizadas investidas para operar exclusões que reprimissem as vontades pulsionais, investidas estas que não se reduziram à monopolização da força ou à centralização das cobranças – a complexificação das funções impôs novas exigências de ordenamento social que foram verificadas por uma série de leis e ações reguladoras intolerantes à ingestão desmedida.

Não por acaso, se vê aparecer no XVIII as primeiras campanhas de temperança contra o “vício da bebedice”. Em 1729, a monarquia inglesa adota postura francamente hostil com relação ao gim, proibindo sua venda por ambulantes e, a partir de 1751, somente os estabelecimentos comerciais podem comercializá-lo, sendo que entre 1736 e

1791, o destilado sofre progressiva taxação fiscal. Já na França, entre 1752 e 1764 várias regiões restringem a produção de aguardente de maçã e proíbem a entrada de aguardente de cana-de-açúcar, proveniente do Novo Mundo⁶⁰. Estes fatos não foram fruto de um planejamento deliberado, mas produziram uma experiência social da embriaguez através da internalização dos desejos e de práticas de confiscação que se coadunavam com a modelação social requerida pelo movimento civilizador.

Em resposta à popularização do uso, a medicina também tomou atitudes com vistas a selecionar as circunstâncias corretas e válidas para se administrar as bebidas alcoólicas, requisitando assim o monopólio perdido da verdade sobre o álcool. Para isso, encampou no XVII critérios de cientificidade que só se refinaram e se aperfeiçoaram a partir de então. Com isso, passou a atacar os droguistas, curandeiros, raizeiros, ervatários, etc, que receitavam a substância alegando que se tratava de determinação demoníaca que, portanto estavam excluídos dos padrões científicos normais. Em suma, o discurso médico-moralista moderno reagiu à popularização da embriaguez, reivindicando a verdade sobre este estado. Reivindicação calcada no estabelecimento de ocasiões, quantidades, formas e sentidos de uso, com o objetivo preciso de regulação social.

Todavia, se a passagem do álcool enquanto produto medicamentoso vendido na botica para bebida vulgarizada ofertada na taverna significou a perda do monopólio da medicina com relação às questões relativas à administração desta substância, a embriaguez nestas novas condições também sofreu uma mudança estrutural. A campanha de desmoralização da experiência etílica desvinculou-a da ritualidade de que ela fazia parte no interior das comunidades guerreiras sobretudo do norte europeu. Novas qualidades e formas de beber apareceram e aqueles outros modos de ingestão

⁶⁰ Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 127.

vinculados à belicosidade perderam espaço. Em síntese, a época moderna jogou para fora da normalidade a embriaguez ritualizada e dominada por integrantes das próprias comunidades medievais e inaugurou novas possibilidades de escolha das formas de beber cuja gestão fora reivindicada por agentes alinhavados aos Estados nacionais em formação, sejam médicos, moralistas ou burocratas em geral.

Importante insistir neste ponto: seguindo João Azevedo Fernandes, os povos guerreiros ligados ao complexo pastoril faziam uso de bebidas alcoólicas na intenção de fornecer a expressão do poder: os guerreiros expressavam proeminência nestas sociedades embebedando-se, ou seja, o poderoso seria representado por aquele que se embriagava. Com o avanço do processo de burocratização da vida e de racionalização da sociedade organizada para o trabalho, esta cultura do álcool tornou-se intolerável. Neste movimento, parece-nos decisivo afirmar que houve uma separação entre embriaguez e ritualidade tribal no interior da qual ela não só representava o poder mas também estimulava a belicosidade, a virilidade, a energia além da confraternização entre os membros do grupo – não esquecendo de seu caráter “enteogênico”. A época moderna implicou na desvinculação da embriaguez de sua carga de significados e funções atribuídas pelos personagens de destaque das comunidades guerreiras medievais. E mais, talvez possamos afirmar que a relação com o álcool teria imposto à relação com outros alteradores de consciência uma noção de racionalização do uso; na época moderna, as formas de ingerir o álcool teriam fornecido o padrão de racionalização que deveria vigorar na relação com outros embriagantes, alucinógenos ou substâncias que alteram a percepção.

Com isso, pretendemos pensar na transformação dos usos do álcool do ponto de vista dos processos de racionalização social ocorridos na época moderna. Na esteira das reflexões de Max Weber acerca das modificações ocorridas no material sonoro a partir

da modernidade, talvez seja o caso de se refletir sobre a historicidade do processo de racionalização voltado para a efetivação do uso de bebidas alcoólicas, o que significa dizer que, neste momento, a embriaguez torna-se autônoma, liberta-se de suas finalidades práticas e elimina-se a diferença entre uso cotidiano e extra-cotidiano de bebida alcoólica. A embriaguez racionalizada que é, antes de tudo, uma embriaguez vulgarizada, passa a ter sua “legalidade própria”⁶¹.

Foucault descreve o que teve de ser feito para que certa experiência de racionalização da vida intolerante à embriaguez aparecesse e se espraiasse para outros espaços do corpo social⁶². A rigor, talvez possamos afirmar que para se regular os costumes dever-se-ia observar a “gestão das ingestões”⁶³, que por seu turno acontecia desde que uma série de práticas sociais fossem verificadas para que o auto-controle diante da ingestão de álcool fosse introjetado pelo indivíduo.

⁶¹ Para Weber, “as artes nas sociedades primitivas não possuiria autonomia e estaria ligada a fins práticos. A existência de um gozo estético autônomo indicaria a verdadeira racionalização da música ocidental”. E continua: “Temos aqui que nos recordar do fato sociológico de que a música primitiva foi afastada, em grande parte, durante graus muito anteriores de desenvolvimento, do puro gozo estético; e foi subordinada a fins práticos, em primeiro lugar sobretudo mágicos. Ou seja, a arte não possuía autonomia, pelo contrário, ela estava a serviço de valores outros (sobretudo o culto). À sua autonomização, sua libertação das finalidades práticas, corresponde o início da ‘verdadeira racionalização’, pois que a autonomização da esfera artística engendra a legalidade própria dessa esfera, que é justamente sua racionalização específica – isto é, de uma racionalização que possui direção específica dentre outras possíveis, e essa direção está relacionada justamente com essa esfera particular. A pergunta sobre a racionalização da própria música – e à arte em geral – encontra sua resposta no fato de que, na arte, a racionalização se projeta sobre os próprios meios artísticos. Assim, a racionalização da música é a racionalização dos meios musicais: dos sistemas sonoros, dos instrumentos, das formas composicionais, etc”. Em síntese: “o nascimento do puro gozo estético, das puras necessidades de expressão, marca esse deslocamento da nova esfera, que passa a desenvolver-se segundo sua legalidade específica”. Max Weber. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 39-40.

⁶² Como dito, a intenção é apontar o lugar da embriaguez e dos ébrios na Europa dos séculos XVII e XVIII, momentos em que ela compunha a experiência da loucura. Por isso, vale lembrar que, como o próprio Roberto Machado admite, a libertação dos loucos por Pinel durante a Revolução Francesa expressou a radicalização da repressão à loucura pela Razão moderna. Ou, como explica Safatle, *A História da Loucura* é uma verdadeira “contra história da ciência”: ela é a exposição de “todo o processo histórico de constituição de categorias e de objetos de ciências que aspiram positividade, mas tal processo não será mais a narração das descobertas e experiências bem-sucedidas. Ele será a narração da exclusão como condição para o advento de critérios de normalidade e de normal, ela será a narração da maneira com que julgamentos morais vão se infiltrando, muitas vezes a toque de trombeta, em tratados técnicos e práticas que aspiram validade científica”. Logo, à medida em que esses julgamentos morais vão se espalhando, eles vão colonizando as formas de vida. Vladimir Safatle, *Disciplina: Teoria das Ciências Humanas I* (Introdução à experiência intelectual de Michel Foucault), 2007, aula 4, p. 02 a 04.

⁶³ Tomo emprestado a expressão de Alexandre C. Varela.

Nesse sentido, lembremos que a aparição do “Grande Internamento” no mesmo século XVII de expansão da alcoolatria assinala também o projeto social burguês de controle dos estados de ebriedade, cuja expressão mais característica é a constituição do “cogito cartesiano” e da Razão moderna, movidos pelo processo dubidativo para produção do conhecimento e que pode ser instaurado pelo erro ou pelo sonho, mas nunca pela loucura. Esta por sua vez é a contrapartida desse modo de endereçamento à vida que exige um *outro* da Razão para existir. Esse *outro* é justamente a Desrazão que surge enquanto condição de impossibilidade do pensamento, e cujas expressões podem ser discriminadas em quatro domínios encontrados no Hospital Geral parisiense. São quatro regiões da experiência que a época clássica vai agrupando e excluindo. A maior parte dos motivos de internamento nestes estabelecimentos repressivos concerne à sexualidade: são doentes venéreos, sodomitas, prostitutas, devassos, etc; “uma segunda região diz respeito a fenômenos antes considerados profanação do sagrado que agora significam desordem do coração, da alma, desordem moral ou social como blasfêmia, o suicídio, magia, feitiçaria ou alquimia, que são desclassificados como erro, engano, ilusão”⁶⁴. O terceiro domínio - mais caro a este trabalho, pois é o espaço no interior do qual a embriaguez é açambarcada – corresponde à libertinagem que, na época clássica, “é irracionalismo e subordinação da Razão à não-razão dos desejos do coração”. Enfim, o quarto componente da população enclausurada é representado pelo louco.

Havia, portanto, uma percepção social da Desrazão que se ancorava em preceitos éticos, constituindo como objeto o submundo da moralidade que é contemporânea, mas diferente de um conhecimento médico da loucura. Conforme a assertiva do próprio Foucault, “o século XVIII percebe o louco, mas deduz a loucura”⁶⁵, já que ao lado desta percepção social há uma tentativa não muito bem sucedida de incluir a loucura no

⁶⁴ Michel Foucault. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 65.

⁶⁵ Idem, p. 204.

quadro visível de doenças – é importante destacar também que desde o XVII ocorre uma mudança radical na percepção da “pobreza” que perde seu caráter místico medieval e ganha contornos morais, passando a representar desvio de conduta, preguiça e desrespeito à condição imposta pelo Criador: nesse bojo aparece o reconhecimento da ebriedade como um desvio, como signo de indivíduos desmoralizados. Ao lado disso, nos séculos XVII e XVIII a racionalidade médica realiza o trabalho de construção de uma estrutura perceptiva sob o efeito de imagens significantes, de modo que estas “asseguraram o papel inicial de síntese que sua força de organização tornou possível uma estrutura de percepção onde, finalmente, os sintomas poderão assumir seu valor significativo e se organizar como presença visível da verdade”⁶⁶. Esses dois níveis diferentes têm existência independente sem nenhuma incidência entre si, no entanto, ambos derivam da Razão, seja por ela estabelecer critérios ideais de conduta ou recomendações adequadas para a produção do conhecimento – dessa forma, a loucura atravessa um período de silêncio imposto por um conjunto de mecanismos e práticas que transformam o louco em objeto da ciência. E “a embriaguez, momento breve e provisório da loucura”⁶⁷, compõe este processo excludente através do qual a sociedade burguesa empurra para a margem uma parte da população⁶⁸.

Entretanto, para se classificar a ebriedade como uma das formas da loucura legitimando-se a inclusão dela no quadro nosográfico da medicina européia e assim

⁶⁶ Ibidem, p. 295-6.

⁶⁷ Michel Foucault. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 (Ditos e Escritos: 1), p. 186.

⁶⁸ Conforme observou Roberto Machado, Foucault condensa esse grupo mobilizando os personagens da *Stultifera Navis*, de Brant: “são avaros, delatores, bêbados, desordeiros, devassos, adúlteros, heréticos; em suma, tudo o que o próprio homem pôde inventar como irregularidade em sua conduta”. Roberto Machado, op. cit., p. 60. Dentre as “causas distantes” da loucura, Foucault identifica nas etiologias: “disposição herediária, bebedeira, excesso de estudo, febres, seqüelas do parto, obstrução das víceras [...] doenças venéreas, varíola, úlceras [...]”. E por isso, um relatório de 1804 detecta a causa da loucura: “151 ficaram doentes em consequência da afecção acentuada da alma, tais como o ciúme, o amor contrariado, alegria excessiva, ambição, temor, terror, pesares violentos [...] 12 por abuso dos prazeres de Vênus; 31 por abuso das bebidas alcoólicas; 12 por abuso das faculdades intelectuais [...]”. M. Foucault. *História da Loucura...*, p. 223-24. Vale ressaltar que no fim do XVIII, a loucura já aparece como doença e a embriaguez, pelo visto, caminha nessa direção.

realizar-se investidas com vistas a reprimi-la, era necessário descrever como os sujeitos comportavam-se sob efeito do uso excessivo de álcool. Então como os indivíduos agiam em estado de embriaguez e como reconhecer os ébrios? Ou melhor, em que quadro categorial a medicina o insere nesse momento?

O próprio Foucault nos dá pistas a esse respeito noticiando uma classificação de Paracelso na qual se encontram separados: os *Lunatici*, cuja doença deve sua origem à lua; os *Insani*, que devem seu mal à hereditariedade; os *Melancholici*, com tendência à loucura em virtude de um vício qualquer de suas naturezas internas; e os *Vesani*, que se virão privados dos sentidos e da razão por abuso de bebidas e mau uso dos alimentos⁶⁹. Ao demonstrar o novo padrão classificatório formulado pelos herbários europeus dos séculos XVI, XVII e XVIII, Henrique Carneiro é outro que sugere a aproximação entre embriaguez e loucura, agora forjada como estratégia para se normalizar o uso de substâncias psicoativas. As ervas que se misturavam na massa do pão provocavam efeitos de uma embriaguez doentia e alucinada⁷⁰, pois além de atribuir ao joio a capacidade de “perturbar a cabeça e o cérebro” e às vezes embriagar, Carneiro encontra em Louis Lemery a seguinte afirmação: “notamos que o pão onde entrou muito joio causa dores de cabeça, fascinações, adormecimentos, a embriaguez e, as vezes, até mesmo a loucura”⁷¹. Um importante grupo de substâncias presente nos herbários era o que o autor denomina “sedativos”, compreendendo a papoula e o ópio, cujo efeito específico permanece motivo de controvérsias, pois alguns o consideram sonífero, outros, embriagante. De qualquer forma, não se atribui a ele um efeito de natureza

⁶⁹ Michel Foucault. *A História da loucura...* p. 193. Elias identifica uma descrição interessante que aparece no tratado de 1530, *Da civilidade em crianças*, de Erasmo de Rotterdam, em que se lê: “Algumas pessoas comem e bebem sem parar, não porque estejam com fome ou sede, mas porque de outra maneira não podem controlar seus movimentos. Têm que coçar a cabeça, esgaravatar os dentes, gesticular com as mãos, brincar com a faca, ou não podem deixar de tossir, fungar e cuspir. Tudo isto realmente tem origem no embaraço do rústico e parece uma forma de loucura”. Norbert Elias. Op. cit., p. 71.

⁷⁰ Acerca deste tema, consultar: Piero Camporesi. *O pão selvagem*. Lisboa: Estampa, 1989.

⁷¹ Louis Lemery. *Traité des alimens, ou l’on trouve la différence, et le choix*. Paris: Durand, 1755. II, t, p. 33, apud Carneiro, Op. cit., p. 158.

essencialmente distinta da embriaguez etílica, abafando desta forma as diferenças entre ele e os alcoóis. É o que se nota quando Lemery afirma que “a embriaguez é causada pela partes espirituosas do vinho, que subindo em muito grande abundância para o cérebro, aí circulam com tanta velocidade que elas perturbam toda a economia (...) Todas estas circunstâncias têm muita relação com aquelas que se passa quando se toma ópio”⁷². Inclusive a categoria “embriaguez” denominaria um conjunto de efeitos de diferentes plantas e se mantém até o XVIII, conforme aponta Lemery, associado ao joio, à datura, ao bangüê, ao bosa do Egito, ao ópio, ao betel, à areca, ao tabaco e às ameixas de certa ilha, que provocavam “uma espécie de loucura entre os marinheiros que a comeram, ‘que era tal que uns não faziam outra coisa que rir, outros a chorar e outros dançar’”⁷³.

O médico italiano Bernardino Ramazzini, ao compilar, em 1700, as doenças que acometiam os trabalhadores de seu tempo, acrescenta algumas caracterizações relevantes nesse ponto comparando álcool e ópio baseando-se em Etmüller, para o qual a ebriedade é causada pelo enxofre narcótico que, como o ópio alcança a cabeça antes que liquefaça e derreta, reabre pequenos orifícios das artérias disseminadas pelo cérebro e relaxa a tonicidade dos nervos, a ponto de o vinho acarretar

quase os mesmos acidentes do ópio, a saber: tremores, espasmos, sono profundo, afonia, etc; mas de modo diverso se operam esses fenômenos sob a influencia do ópio; falo nos adormecidos por eles, pulsações fracas e lentas, palidez, face cadavérica e grande resfriamento das extremidades, e nos ébrios que tomaram grande quantidade de vinho ou

⁷² Ibidem, p. 167.

⁷³ Outra indicação da semelhança entre os efeitos de substâncias psicoativas e a loucura é descrita quando Lemery reproduz a maneira como reagem aqueles supostamente envenenados pela aranha tarântula: “uns riem e choram, outros gritam e cantam, vomitam, outros correm o tempo todo; outros se atiram e sacodem seus braços e pernas com a mesma força dos doentes de epilepsia; outros rolam na lama; enfim, eles fazem todas as **ações dos loucos [grifo nosso]**, mas eles tem uns bons intervalos durante os quais raciocinam bem”⁷³. Como se observa, a percepção da embriaguez e de outras formas de alteração da consciência aparecem descritas em termos de loucura, sugerindo uma certa imbricação entre estas esferas da existência apontada pelo próprio autor: “estigmatizadas e amaldiçoadas, as drogas [dentre elas o álcool] serviram para constituir a própria noção de ‘loucura’ na época moderna e, ao mesmo tempo, também ajudaram a forjar o esteriótipo sabático da demonologia européia”⁷³. Apud Carneiro, Op. cit., p. 167 a 199.

espírito do mesmo, observo geralmente pulsações fortes, rostos avermelhados, olhos brilhantes e dilatação das veias, pelo que Virgílio assim descreve seu Sileno embriagado: *‘com as veias inflamadas, como sempre pelo vinho da véspera.’*⁷⁴

Trecho que descreve os efeitos do álcool aproximando-os aos efeitos do ópio, algo já tendencioso, pois pretende introjetar um certo efeito do álcool que contribui para regular socialmente o beerrão; esta descrição reducionista dos efeitos visíveis a olho nu tem a intenção de fazer ver o bêbado e envergonhá-lo por estar naquele estado. Em suma, trechos como esse contribuem para se perceber como se produziu esta percepção social da embriaguez que colabora com o esvaziamento de seus atributos rituais. Além do mais, ao lado desta designação negativa dos efeitos do consumo do ópio, deve-se lembrar que neste início do XVIII ele adquire uma eficácia considerável no tratamento dos males de nervos, sendo empregado em agitações, convulsões, contra o cansaço, o bocejo e a fraqueza, em suma, “como a sensibilidade simpática é o grande agente da comunicação das doenças no interior do espaço orgânico, o ópio, na medida em que tem um primeiro efeito de insensibilização, é um agente anti-simpático, constituindo um obstáculo à propagação do mal ao longo das linhas da sensibilidade nervosa”⁷⁵. Vê-se que a substância tem uma funcionalidade circunscrita: ela insensibiliza; e como seu ponto de aplicação é o agente universal da doença, justamente o gênero nervoso, ele assume seu sentido de panacéia, adquirido pelo caminho das transformações químicas e das regenerações fisiológicas. Conforme atesta Foucault, é nessa ambigüidade que se deve entender os privilégios sucessivos atribuídos durante o século XVIII aos medicamentos “naturais”, como o ar, a água, o éter, a eletricidade, e poder-se-ia acrescentar, o álcool⁷⁶.

⁷⁴ Bernardino Ramazzini. *As doenças dos trabalhadores*. São Paulo: Fundacentro, p. 126.

⁷⁵ Michel Foucault. *História da Loucura...*, p. 298.

⁷⁶ Durante muito tempo o álcool fora um remédio particularmente contra a peste, a gota e a extinção da voz. Conforme relato de um tratado de química de 1735: “o espírito do vinho adequadamente utilizado é

Por outro lado, como estamos tentando delimitar o lugar ocupado pela embriaguez no domínio da patologia, é interessante notar os termos utilizados por Ramazzini para designá-la: “tremor”, “torpor”, “espasmo” e “vertigem” também são encontrados nos quadros nosográficos de médicos com Jonston, Boissier de Sauvages, Linné e Platerro com o fim de incluir a loucura no plano de doenças formulado pela nova estrutura da racionalidade em formação na época moderna⁷⁷. E quando explica que a embriaguez dos trabalhadores era causada por entrarem em contato com as partículas voláteis do “espírito do vinho” que atacavam todos que se aproximavam delas, até mesmo as galinhas, aves, porcos e todos os animais que se alimentavam daqueles resíduos quentes, Ramazzini insiste na caracterização dos vinhateiros e destiladores que se dedicam por muito tempo neste trabalho: “ficam dementes e sofrem vertigens, mostram-se fracos, macilentos, tristes e com pouco apetite”⁷⁸. Seguindo Foucault, o sentido conceitual de “vertigens”, “apoplexias”, “demência”, dentre outros, na época clássica não designa um domínio de perturbações psicológicas ou de fatores espirituais que se oporiam ao domínio das patologias orgânicas. Quando se usa tais palavras nos séculos XVII e XVIII, está se dizendo algo “em que corpo e alma estão conjuntamente em questão”⁷⁹, e algo cuja separação em relação à ordem da Razão não se estabelece no plano da medicina, e sim, pelas regras da moralidade e da ética. É isto que autoriza a aproximação entre aquele que comete excessos e o “imbecil”, o “libertino”, o “filho ingrato”, a “prostituta” e o “insano”: um esquema de sobreposição de exclusões que encontra unidade e positividade em novas normas de integração social. Uma delas é justamente o comedimento na ingestão de álcool.

uma espécie de panacéia”. M. Malouin. *Traité de chimie*, 1735, p. 43-44, apud F. Braudel, Op. cit., p. 216.

⁷⁷ M. Foucault. *História da Loucura...*, p. 194-195.

⁷⁸ Ibidem, p. 122.

⁷⁹ Michel Foucault. *História da Loucura...*, p. 82.

A adjetivação da ebriedade como estado de demência⁸⁰ e vertigens coaduna-se com uma percepção da loucura que está aparecendo no início do século XVIII na Europa, já que, neste momento, a ela não tem uma forma assinalável, mas sua presença pode se manifestar por inúmeros signos que são sentidos imediatamente sem possibilidade de dúvida. O reconhecimento destes signos é feito por uma “percepção marginal”, através de um raciocínio instantâneo, indireto e negativo: “quando um homem age em conformidade com as luzes da razão sadia, basta atentar para seus gestos, seus movimentos, seus desejos, seus discursos, seus raciocínios, para descobrir a ligação que essas ações têm entre si e o fim para o qual tendem”⁸¹. Sendo assim, só se percebe a loucura com referencia à ordem da Razão e sua consciência aparece de imediato, pertencendo à ordem da ruptura desta ordem razoável. Enquanto momento da loucura, a embriaguez também pode ser percebida na paisagem social observando-se as atitudes desviantes do ébrio, tal como descritas pelos médicos. Mas que fique claro que, assim como o louco e a loucura, o ébrio e a embriaguez são percebidos de maneiras diferentes neste momento da história moderna européia. O bêbado sendo louco é signo da irregularidade nas condutas e do pensamento desviante nas sociedades burguesas que se estabelecem. A embriaguez sendo loucura – assim como os demais estados de consciência alterada – mesmo que de forma imprecisa, se enquadra nas descrições de patologias formuladas pelas ciências clínicas do mental. Com isso, criam-se verdades sobre esses sujeitos e legitimam-se as intervenções sobre seus corpos.

Se assim o for, vale discriminar quatro formas de consciência da loucura neste alvorecer do setecentos: a consciência crítica, a prática, a enunciativa e a consciência

⁸⁰ “Demente” era o termo técnico, médico e jurídico pelo qual se designava uma categoria de pessoas que são estatutariamente incapazes de um certo número de atos religiosos, civis ou morais; “os dementes são desqualificados quando é preciso agir, interpor uma ação judicial, falar”. Michel Foucault. *Problematização do sujeito...*, p. 250.

⁸¹ Michel Foucault. *História da Loucura..* p. 181.

analítica da loucura. Tais formas compõem o “sentido dilacerado” da loucura, que se articulam entre si mantendo sua autonomia em relação aos outros domínios. A vinculação do consumo alcoólico ao discurso médico ocidental tem como condição de possibilidade a inscrição da embriaguez como uma destas formas tomadas pela consciência da loucura. Esta forma é dada pelo reconhecimento da consciência crítica da loucura, que se realiza sobre um fundo de coisa razoável, sentida “a partir do modo de uma oposição imediatamente experimentada; ela explode em sua visível aberração, mostrando abundantemente e numa plethora de provas ‘que ela [a loucura] tem a cabeça vazia e o sentido de cabeça para baixo’”⁸². Esta consciência se apóia sobre o valor da razão, com a qual a loucura assume um compromisso total, numa oposição simples e reversível. Nesta região, “se delimitam e se confrontam o sentido e o não-sentido, a embriaguez se opõe à sabedoria, a verdade ao erro e os limites do juízo às presunções infinitas do desejo”.

Portanto, para cumprir as determinações da sociedade burguesa em formação aparece na época moderna um conjunto de estratégias, discursivas ou não, para circunscrever o lugar ocupado pelo consumo e comportamento alcoólico. Um componente significativo destas estratégias foram as idéias terapêuticas que organizaram a cura do estado de ebriedade. Para indicar seu alcance social é preciso considerar que as técnicas de cura não eram privilégios de médicos, mas circulavam pelas mãos de feiticeiros, curandeiros, mágicos, charlatães, magos, droguistas, ervatários, etc. Uma substância bastante utilizada com fins de purificação era o vinagre. Sendo ácido, ele dissipa as obstruções e destrói os corpos, e aplicados externamente, pode servir como repelente e mandar para fora humores e líquidos nocivos. Por isso, Ramazzini recomenda “molhar a cabeça com vinagre e também uma compressa de

⁸² Idem, p. 166.

sumo de sempre-viva com vinagre, aplicada nos testículos, cujo remédio é eficaz na embriaguez”⁸³. Sugestão semelhante encontrada na *Gazette de médecine* por Foucault para a cura de loucos, que cita um empírico que tinha conseguido curá-los em grande quantidade encharcando seus pés e mãos em vinagre, e deixando-os assim “até que adormeçam ou, melhor dizendo, até que despertem, e quando acordam, a maioria está curada. É necessário também aplicar sobre a cabeça raspada do doente folhas moídas de *Dipsacus*, ou o cardo”⁸⁴. O médico italiano ainda recorre a Platero, que denomina a água diluída em vinagre como “antídoto da ebriedade”.

O texto de Ramazzini seleciona um leque de opções para se prevenir ou curar do excesso de bebidas, mas o primeiro conselho é que os operários tornem-se abstinéti, ao menos durante o tempo em que estiverem trabalhando⁸⁵. Se isto não for possível, devem consultar autores como Etmuller para aplicar os remédios recomendados, como o vinagre, o castóreo e, sobretudo o sal amoniacal, pois “nada é mais eficaz para curar danos causados pelo abuso de vinho que aquilo que participa do espírito volátil urinário”⁸⁶. Já ao recorrer a Plínio e Platero, o autor encontra medicamentos como absinto, arruda, leite, pulmões assados de animais, maçãs ácidas, remédios compostos como eletuários, rabanete e a couve, que secularmente tem sido louvada como antídoto contra a bebedeira. Todavia, a água com vinagre continua sendo o melhor dentre os medicamentos para curar o problema, ainda mais que o autor chama atenção para a condição de pobreza a que estão submetidos os trabalhadores para os quais ele endereça suas preocupações.

⁸³ Bernardino Ramazzini, Op. cit., p. 125.

⁸⁴ Michel Foucault. *História da Loucura...*, p. 313.

⁸⁵ A certa altura, Ramazzini adverte aos trabalhadores “que evitem, quanto possível, receber no rosto os vapores de vinho, lavando-o de quando em quando, em água fria, e saiam sempre dos seus ergástulos para respirarem ar mais puro”. Op. cit., p. 129.

⁸⁶ Idem, p. 129.

Um passo à frente em direção ao aprofundamento do processo de separação para a regulação da embriaguez e seus efeitos e circunstâncias fora dado por autores do Iluminismo. Montesquieu fornece pista esclarecedora a este respeito. Ao se propor a legislar sobre a relação legítima que deve ser verificada pelos indivíduos no tocante à ingestão de bebidas, o autor explica-nos que as diferentes formas de beber variam de acordo com a natureza climática dos países. Em *O Espírito das leis*⁸⁷, nos deparamos com uma tentativa de justificar a bebida corretamente ingerida conforme certos climas: nas regiões frias, como a “parte aquosa” do sangue não se dissipa, pode-se tomar bebida alcoólica sem que esta coagule; já nas regiões quentes, a água se impõe como necessidade. Nesta lógica, o clima de uma região seria responsável por determinar o comportamento alcoólico adequado para a boa saúde dos povos. Nesse sentido, o autor reduz o uso de licores às suas contribuições fisiológicas, opera portanto, uma fisiologização dos padrões de beber. Mais do que isso, afirmações do tipo “a embriaguez está estabelecida em toda por toda a terra, na proporção da frieza e da umidade do clima”, apontam para uma proposta de explicação universal da embriaguez a partir deste princípio da proporcionalidade entre temperatura e ebriedade.

Todavia, o que mais nos interessa nesta fonte é a sua posição específica no processo geral de transformação da experiência ética. E esta posição, como citado, é de refino do processo de ataque à certa forma de embriaguez. A explicação fisiológica do uso excessivo de bebidas aliada à referencia a Aristóteles pretende tornar socialmente aceitável a punição ao homem embriagado: deve-se individualizar a punição da embriaguez pois a culpa é do sujeito isolado, e não da nação, pois este sujeito não respeita a lei do clima. Com isso, Montesquieu mantém a explicação fisiológica dos diferentes padrões de beber e legitima a punição da embriaguez, agora explicada

⁸⁷ Charles L. S. Montesquieu. *O Espírito das leis*. Brasília: Unb, 1982.

sinteticamente na frase: “um alemão bebe por hábito, um espanhol, por prazer”⁸⁸. Por isso, no clima frio a embriaguez é um hábito, todavia, mesmo nele, a individual deve ser punida. Parece-nos importante afirmar que estamos diante de uma proposta de *naturalização da punição individual por embriaguez*, proposta lastreada pela explicação fisiológica das diferentes formas de beber. Em outros termos, na chave da fisiologização a ingestão de bebidas pelos alemães se reduz a um hábito e pelos espanhóis a um prazer. É assim portanto que as experiências de ingestão alcoólica aparecem reduzidamente explicadas no interior do campo jurídico racionalizador do Iluminismo.

O que não significa que a articulação entre bebedice e loucura tivesse sido abandonada a partir de então. Os estados de ebriedade aparecem entendidos da seguinte forma ainda no século XIX:

Abominai o excesso da mesa e do vinho: esta máxima é fundada sobre a natureza e a razão [...] Debalde nos anunciam os animais a sobriedade: debalde a razão nos mostra as tristes conseqüências da intemperança, de que diariamente somos testemunhas: tudo he inútil. [...] Quanto à bebedice, basta só nomeá-la para causar horror a qualquer homem, que tiver alguma cousa de razoável. A bebedice, diz Seneca, he **uma loucura voluntária [grifo nosso]**; faz cometer mil desordens, de que nos envergonharíamos, se estivéssemos em nosso juízo. He, digamos assim, o thermometro de todos os vícios, que os põe evidentes, e lhes aponta a quantidade dos grãos. O homem bêbado he uma besta brava, de quem eu não posso fazer melhor comparação, do que a do animal, que representa o símbolo da golodice”⁸⁹.

Conforme se observa, a bebedice é uma “loucura voluntária” que faz os indivíduos cometerem atos vergonhosos por estarem fora do juízo. Diante disso, talvez possamos afirmar que a montagem de um quadro nosográfico que inclui a embriaguez contribuiu para o refino do processo civilizador da época moderna, porque a descrição precisa do estado de “bebedice” abre o espaço para a instituição de princípios de normalidade social cujo comportamento desviante é imoral e, por isso, vergonhoso. A aproximação da embriaguez com a loucura é pertinente para abafar a primeira e torná-la uma

⁸⁸ Idem, p. 178.

⁸⁹ Autor desconhecido. *Elementos de civilidade, e de decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1801, p. 276-277.

experiência individual socialmente padronizada legitimando-se nos preceitos burgueses de comportamento moderado e embaraçoso.

Brevemente acima caracterizada, a pressão regulatória exercida pelo conjunto discursivo classificador de plantas, substâncias e seus efeitos, dentre elas o álcool e a embriaguez, compõe o processo geral de burocratização da experiência social iniciado na época moderna. Inaugurando um novo movimento de racionalização que desvincula o ato de beber da ritualidade anterior que o circunscrevia, a partir do XVI a embriaguez se autonomiza, passa gradativamente a ser regulada por outras instâncias encarregadas do ordenamento social, escapando portanto das mãos de seus responsáveis anteriores. A passagem da botica para a taverna refere-se às transformações das diferentes formas de experimentar e representar as bebidas alcoólicas o que nos permite observar o processo de complexificação da sociedade européia. Permite indicar que a substância foi progressivamente se popularizando na Europa e estendendo suas funções sociais. E, em contrapartida, os médicos perderam o monopólio do seu uso. Passaram a disputá-la com taverneiros, botequineiros, vinagreiros, curandeiros, ervatários, etc, que inclusive popularizaram também as ocasiões de seu uso. Que ela era usada para dar coragem nas batalhas, evitar que se urinasse à noite na cama ou como panacéia significa que fazia parte de uma sociedade que dominava seus processos de significação, pois a atribuição de sentido à substância derivava do real vivido das pessoas que se ligavam com e por ela de diversas formas e diversas circunstâncias – em suma, a partir do XVI a administração e significação das bebidas aumentaram e se intensificaram. Em resposta a esta vulgarização, apareceram as práticas de poder que se traduziram na luta pela monopolização dos significados (derivados das práticas) válidos dos usos de bebidas atribuídos legitimamente apenas pelos especialistas da medicina, farmácia e moralidade social. Estes, por sua vez, não pretenderam acabar com a ingestão destes alteradores de

consciência, mas definir os sentidos e práticas que se impusessem como verdadeiros para lidar com as questões relativas às bebidas inebriantes.

Capítulo 3: Toda embriaguez é desvio de conduta: o valor específico do ambiente moral lusitano

a primeira vez, quando se come, era necessário para a sede; a segunda, para a alegria; a terceira, para o deleite; e a quarta, para a loucura e desatino

Vicênio Alarte, Agricultura das vinhas

Em resposta à conjuntura de maior disponibilidade de bebidas e de investidas regulatórias, Portugal intensificou a defesa do comportamento moderado. Neste capítulo, pretendemos refletir sobre o modo como a sociedade lusitana estabilizou esta situação de oferta maior de vinho, aguardentes e outros inebriantes, debruçando-nos especialmente sobre os tratados de médicos e moralistas que se encarregaram do problema. O objetivo central é defender a hipótese de que diante desse contexto a moderação se tornou valor estrutural no moralismo setecentista português. Moderação foi o eixo central que a sociedade portuguesa estabeleceu para lidar com as questões relativas às bebidas. Ela apareceu como horizonte que definiu como se deveria agir na relação com o vinho, principalmente. E dela também derivaram julgamentos e comportamentos que contribuíram para especificar a experiência ética lusitana da época moderna.

*

Na Antiguidade a ingestão do vinho estava imersa no que Foucault denominou o “cuidado de si” dos gregos, termo que assinala um conjunto de práticas indissociáveis

do cuidado dos outros e construídas no sentido da transformação da vida numa “obra de arte” bem como na busca de uma estética da existência. Ao descrever as precauções que se deve tomar para que o ato sexual e a fecundação se dêem em boas condições, o autor faz referência a Sorano que indica a necessidade da “conduta sábia e calma, evitando todas as desordens, todas as bebedeiras das quais o embrião poderia se impregnar, já que ele seria de certa forma seu espelho e testemunha: ‘A fim de que o feto não tenha o espírito desagradavelmente impressionado pela visão da embriaguez alheia convém que a mulher esteja sóbria durante o enlace’”⁹⁰. Em outra passagem, lê-se: “uma tranquilidade perfeita é necessária para que o feto não se pareça com um homem embriagado em delírio”⁹¹. Isso se explica pois, como ressalta Foucault, há um “regime dos prazeres” cujos princípios e razões de ser se situam na preparação da descendência e que conduzem a uma subjetividade específica.

Nesse mesmo viés, a medicina de Galeno teria a propor uma estrutura voluntária e racional de conduta, por meio da qual perpassa a concepção de temperança, definindo uma maneira de viver, um modo de relação refletida consigo, com o próprio corpo, com o alimento, com a vigília e com o sono, com as diferentes atividades e com o meio. A recomendação para um uso diminuto da bebida sempre aparece, como quando Ateneu dá conselhos para se evitar o inverno: “as bebidas consistirão em hidromel, em vinho meloso, em vinho branco, velho e aromático, em geral em substâncias capazes de atrair qualquer humidade; mas será diminuída a quantidade de bebida”⁹².

Uma função social mais positiva da embriaguez nos é apresentada por Platão no seu livro sobre as leis⁹³. O vinho seria uma espécie de estatuto legal para regular os banquetes, que não serviriam apenas para divertir e estreitar relações de amizade, mas

⁹⁰ Michel Foucault. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.130.

⁹¹ Ibidem, p.130.

⁹² Ibidem, p.108.

⁹³ Platão. *Leis*. Trad. Carlos A. Nunes. UFPA, 1980.

fariam parte da educação moral dos cidadãos. Nessa chave, o vinho então, detinha a função pedagógica de testar o caráter daquele que se pretendia um governante político: para governar os outros, que é do domínio da política, se deve provar que se é capaz de governar a si, que quando no momento da embriaguez. Portanto, a ingestão do vinho aparece como dispositivo para conhecer aquilo que estaria mais oculto no comportamento individual do sujeito. Sob efeito da embriaguez, tais características ocultas se manifestariam e, diante delas, o sujeito deveria mostrar coragem e capacidade de auto-controle. Isto porque o estado de ebriedade intensificaria as sensações de prazer e debilitaria as energias do discernimento. Embriagar-se era importante então para que os homens se expusessem à tentação do prazer e se fortificar diante dele, não deixando vacilar suas opiniões e comportamentos. Em suma, a embriaguez de vinho fazia parte da educação disciplinar dos homens. Por isso, segundo Platão, o preconceito espartano contra os banquetes e contra o uso do vinho não eram os meios mais adequados para educar o homem na *sophrosyne*, o saber beber. Para Platão, a embriaguez detinha esta função pedagógica que deveria ser exercitada nos banquetes⁹⁴.

Estas breves considerações sobre o lugar ocupado pelo vinho e pela embriaguez na Antiguidade pretendem servir como referência ao que veremos a seguir. Como os autores deste período irão aparecer citados nos tratados de medicina lusitana do século XVIII, consideramos necessário esquematizar sumariamente o que eles pensaram acerca do tema em questão. Adiantemos que esta significação positiva da função moral de educação política atribuída à embriaguez irá desaparecer das fontes setecentistas. O preceito da moderação é atualizado na época moderna sofrendo modificações que passemos agora a rastrear. Partiremos da descrição de “bebedice” existente no Vocabulário Portuguez de Raphael de Bluteau:

⁹⁴ José Renato de Araujo Sousa. *A prova do vinho: embriaguez, educação e prazer nas Leis de Platão*. Cadernos de Atas da ANPOF, n 1, 2001, p. 01-06.

Bebedice: segundo Galeno, é sintoma ou produção mortifica, que ofende as operações dos espíritos animais, e procede do enxofre do vinho, bebido com demasia, porque como o vinho é composto de partes diversas, a sua substancia toda não é o que embebeda. Este enxofre do vinho é o que prende imediatamente o sentido e suspende o movimento; e a razão com a qual se prova que ele ata os espíritos e causa a bebedice se funda na sua sustância, que é resinenta e viscosa, e consequentemente capaz de retardar os espíritos salino-voláteis nas suas funções. Escreve Platão, que no seu tempo, antes dos dezoito anos não se bebia vinho; e até os quarenta, se bebia aguado; daí por diante, se bebia-o puro e mais largamente. Os cartagineses não permitiam que o seu príncipe bebesse vinho no ano do seu governo. Os persas não bebiam vinho, senão para despertar o espírito, e só no dia, que ofereciam sacrifício ao sol. Entre os romanos era tão rigorosamente castigada a bebedice, que Manacio fez morrer a açoutes a mulher, por ela ter bebido demasiado vinho⁹⁵.

A dicionarização do termo indica que ele e sua definição tinham existência reconhecida, e mais, indica que se legitimaram, isto é, tornaram-se socialmente aceitos. Conforme se nota, a bebedice é inserida em outra discussão, que não aquela do “cuidado de si” e sim a que diz respeito aos males causados pelo seu excesso e o que há no vinho de perigoso. No século XVIII, a bebedice será associada a uma série de desvios morais. Em vista disso, ressalta-se que a ingestão excessiva de vinho aparece como a causa de inconvenientes no estômago, no sangue, além de provocar hidropisias, acidentes epilépticos, estupores, paralisias, apoplexias, gota artética, reumatismos, tremores de mãos, fastio, vômitos, pleurises e outras inflamações internas e externas. Neste novo ambiente, da recomendação platônica, por exemplo, restam apenas os impedimentos baseados na idade dos homens.

Embalado pelo projeto civilizador de estatização dos costumes, no início do século XVIII Francisco Fonseca Henriquez também contribui para a atribuição de novas

⁹⁵ O termo também é explicado como o “efeito que causa o vinho naqueles que se embebedam” ou “que perdeu o juízo pelo muito vinho”. Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra:1712 – 1728. Acepção semelhante é encontrada em outro dicionário do início do XIX: “Bebedice: o estado do bêbedo; o efeito de licores espirituosos e outras coisas toldando a cabeça; que perde o juízo por efeito de licores espirituosos, e outras coisas, dado à bebedice”. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806. Vale lembrar que no período o termo “alcoolismo” ainda não existia, só aparecendo em 1849 na obra *Alcoholismus Crhonicus*, do médico sueco Magnus Huss. João Azevedo Fernandes. Op. cit., p. 14.

funções à noção de temperança⁹⁶. Sua preocupação em submeter a alimentação a uma série de preceitos para garantir o bom “cozimento” do estômago e a boa nutrição do corpo sugere a importância atribuída ao tema. O argumento da “moderação” percorre todo o seu “Âncora Medicinal”, publicada em 1721 com o objetivo de catalisar esclarecimentos acerca da fisiologia digestiva e de sugerir um conjunto de atividades e comportamentos alimentares para as pessoas interessadas em prolongar suas vidas. Esta obra destoa das outras publicações de Fonseca Henriquez, que sempre se dedicou à descrição das doenças e medicamentos existentes no ambiente português. A eleição deste texto como pertinente à nossa análise se justifica na medida em que ele enuncia padrões de vida e de comportamento a serem observados em Portugal, condensando o imaginário médico português envolvendo a questão das bebidas e dos alimentos na primeira metade do século XVIII. Conhecedor das premissas da Escola de Salerno, considerada a mais antiga e ilustre instituição medieval do Ocidente europeu para o exercício e ensinamento da Medicina, e para a qual confluíram todas as correntes do pensamento médico antigo e medieval, Fonseca Henriquez mostra-se bastante impregnado pelos preceitos daquela escola, cujos ensinamentos, desde o século IX foram difundidos para todas as partes da Europa. Distinta pela tendência laica e centrada sobre uma disciplina alimentar rigorosa bem como sobre a abstinência de qualquer tipo de excesso, seu apogeu foi nos séculos XV e XVI, quando se redigiu o *Regimen Sanitatis Salernitanum*, uma reunião de preceitos higiênicos, dietéticos e farmacológicos em forma poética referentes à Antiguidade⁹⁷. Com o surgimento da universidade, a escola entrou em decadência, fechando suas portas em 1811, apesar de

⁹⁶ Francisco Fonseca Henriquez. *Âncora Medicinal para Conservar a vida com Saúde*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

⁹⁷ Segundo Braudel, o álcool terá provavelmente sido descoberto por volta de 1100, na Itália Meridional, “onde a escola de Salerno era o mais importante centro de investigação em química da época”. Braudel. Op. cit., p. 215.

continuar formando médicos ao longo de todo o Setecentos⁹⁸. Fonseca Henriquez se inscreve nessa tradição da escola salernitana, algo que se pode verificar já de início pela divisão de sua obra em seis partes: o ar ambiente, o comer e o beber, o sono e a vigília, o movimento e o descanso, os excretos e os retentos e as paixões da alma. Conforme atesta: “A Escola de Salerno, querendo dar documentos para conservar a saúde, todos fundou sobre o bom uso e administração destas seis coisas, de que entramos a escrever”⁹⁹.

O autor propõe algumas advertências que se devem observar no uso do vinho numa lista em que o pressuposto mais evidente de que parte é o caráter medicamentoso da substância, cuja função ressaltada seria a de facilitar a digestão. Para cumprir esta função, não se deveria usar qualquer vinho, e sim aquele “forte e generoso, sutil, fragrante e de cor moderada”¹⁰⁰, indicando a preocupação em fixar a distinção de qualidades específicas da bebida a ser ingerida pela nobreza. Soma-se a isso, o vinho pode nutrir pessoas magras que querem engordar ou aqueles que pretendem manter o peso, além do que, “os pobres, que ordinariamente vivem do seu trabalho, comendo alimentos de pouca substância, é muito necessário que bebam vinho”¹⁰¹ – mantém-se portanto a caracterização de que o vinho serve a todos por conter propriedades gerais. O curioso é que o autor cita que Hipócrates nunca aconselhara o vinho como alimento, senão como medicamento, pois entendera que havia outros alimentos melhores para compor a mesa. Todavia, Henriquez não segue esta sugestão, recomendando diferentes tipos de vinho para alimentar os temperamentos equivalentes de acordo com seus critérios, os quais sempre se baseiam na moderação dos hábitos para o prolongamento da vida: o lugar correto “há de ser às refeições e fora dela por nenhum caso”: fornece

⁹⁸ *Grande Dizionario della Língua Italiana*. Unione Tipografico-Editrice Torinese. Torino, 1994.

⁹⁹ Francisco Fonseca Henriquez, Op. cit., p. 31.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 244.

¹⁰¹ Ibidem, p. 238.

portanto uma proposta de estabelecimento da ocasião adequada para a ingestão do vinho. Seja como for, à bebida eram atribuídas uma série de benesses, a ponto de ser idealmente consumida por todas as camadas sociais¹⁰².

Uma pista reveladora de que Henriquez partilharia da explicação fisiológica *avant la lettre* encontramos na seguinte na advertência:

os que forem fracos do cérebro e dos nervos não bebam vinho, salvo se por algum achaque houverem mister; e bebendo-o, será linfado o mais que puder, porque, misturando-lhe pouca água, embebeda com facilidade, penetrando logo no cérebro e nervos muito mais brevemente do que sendo puro ou muito linfado¹⁰³.

Mesmo que discreta, a embriaguez aparece como fruto dos vapores do vinho que penetram no cérebro e nervos. Em todo caso, o que subjaz a esta afirmação é a idéia de que as pessoas “fracas” do cérebro são menos resistentes à penetração do vinho e, portanto, à embriaguez. Aparece pela primeira vez uma recomendação contrária ao uso deste “leite da senilidade”, cujo critério seria a fraqueza do cérebro. Portanto, Fonseca Henriquez atualiza Galeno, pressupondo na ingestão excessiva do vinho todos os males descritos por Bluteau, e acrescenta que a bebida em excesso “perturba a luz da razão, excita a ira e precipita os homens a atos torpes e libidinosos”¹⁰⁴. Assim, o problema de pessoas fracas de cérebro consumirem vinho é que elas seriam mais suscetíveis a estes atos, signos da Desrazão na época moderna. É algo semelhante ao que se desprende do texto de um contemporâneo de Henriquez:

¹⁰² Se ingerido pelos velhos, lhes “aquece as entranhas frias e debilitadas, dá vigor aos espíritos e à massa do sangue e faz sair pelas vias da urina as muitas serosidades de que abundam”. A bebida é de muita utilidade ao corpo, porque “ajuda os cozimentos, vigora o calor natural, alegra e conforta o coração, aumenta os espíritos, refaz as forças, atenua e adelgaça as fleumas, expurga a cólera pelas vias da urina e promove a expulsão de todos os excrementos pelos seus ductos”¹⁰² - vale notar que ao enumerar as virtudes medicinais da aguardente de uvas, o autor aponta os mesmos benefícios que o vinho pode trazer. Francisco Fonseca Henriquez, Op. cit., p. 238. Se a reposição desta recomendação generalizada tem a ver a generalização da oferta derivada da assinatura do Tratado de Methuen é algo que talvez mereça investigação.

¹⁰³ Ibidem, p. 244.

¹⁰⁴ Idem, p. 239.

o vinho tomado sem moderação supera as virtudes que tem quando se usa dele com temperança, pois não só obra os contrários efeitos das virtudes que tem, mas muda o entendimento em furor e em ímpetos perniciosos e em esquecimento de tudo o que é bom. Faz aos bêbados pálidos, perturba-lhes a vista, faz-lhes as mãos tremulas, ata-lhes a língua, destrói-lhes o estômago, acende a cólera, dispõe para preservar na bebedice, porque quanto mais bebe, mais desejo tem de tornar a beber; extingue o lume da razão, conforta a força brutal, de sorte que fica o corpo como nau no mar sem leme e governo [grifo nosso]; faz mentirosos, de sábios faz parvos; de benévolos, perversos e malignos; faz homicidas, adúlteros, ladrões e é causa de todos os vícios¹⁰⁵.

A crítica ao excesso aparece então de forma intensa e geral. Conforme sublinhamos, os efeitos do consumo em excesso de vinho são comportamentos caracterizados pela irregularidade na conduta dos homens, que se coaduna com o objeto da percepção estruturado pela razão clássica, a saber, “o submundo da moral da Desrazão, enquanto desordem de costumes e negatividade do pensamento”¹⁰⁶. Portanto a separação entre juízo e bebedice é ética, e não médica. E como o modo de relacionamento com a embriaguez se estabelece devido a esta cisão, Vicênio Alarte nos dá interessante testemunho a respeito do lugar reservado aos ébrios, como sendo todos pertencentes ao plano da imoralidade: mentirosos, parvos, perversos, adúlteros, homicidas e ladrões, cuja contrapartida é a formalização de uma moralidade que seja capaz de garantir a observância da mais significativa determinação dessa sociedade: produzir. E a inclusão da ebriedade neste quadro negativo da Desrazão expressa claramente que “a verdadeira mola do poder não é a imposição de uma norma de conduta, mas sim, a organização das possibilidades de escolha”¹⁰⁷. E as possibilidades de escolha oferecida pela racionalidade clássica excluem o ébrio e inserem a sobriedade como estado razoável para se trabalhar. Sendo assim, pode-se inferir que o problema maior do consumo excessivo de vinho é que ele justamente faz aparecer este “submundo

¹⁰⁵ Vicênio Alarte. *Agricultura das vinhas*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994, p.109.

¹⁰⁶ Roberto Machado. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

¹⁰⁷ Vladimir Safatle. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 202.

moral da Desrazão”, comprovado pelo fato de que o “bêbado” era uma das categorias sociais enclausuradas nas instituições semi-jurídicas construídas na Europa dos séculos XVII e XVIII.

Como afirmamos, a maneira pela qual foi experimentada a embriaguez nesse período se inscreve no movimento de atualização dos saberes da Antiguidade, iniciado a partir do Renascimento até fins do século XVIII. Nesse período, intensificou-se o processo de disciplinarização das experiências lúdicas e sensoriais realizada pela moralidade cristã e sustentada pelos Estados em formação¹⁰⁸. E o Estado português setecentista de D. José e do Marquês de Pombal, não se furtou disso, caracterizando-se pela repressão aos costumes considerados dissolutos¹⁰⁹. Os principais desses desvios eram o teatro, os romances, a música sentimental e o vinho¹¹⁰. Tais instrumentos a serviço do pecado sexual podem excitar os sentidos e dar ensejos às solicitações da carne. Devem, portanto, serem interditados para se impedir o risco das tentações, sobretudo o vinho, considerado como “combustível da fogueira e da sensualidade¹¹¹”. Além do mais, o corpo e seus cuidados, os deleites, os exercícios, o muito comer ou beber e mesmo o olhar demasiado devem ser objeto de um rigor ascético. E para sustentar esse discurso e erigir uma subjetividade modelar, a doutrina cristã adota a estratégia de atualizar os textos da filosofia antiga como uma prova da ubiquidade da

¹⁰⁸ Importante referir que a partir do Tratado de Methuen, houve um aumento sensível da oferta de vinho, levando a uma grande expansão da cultura do vinho sobretudo no Douro, o que acarretou a queda de preços. Segundo dados do dicionário organizado por Joel de Serrão, “calculava-se o consumo interno, por meados do XVIII, em 55 000 e 73 000 pipas de vinho de diversas qualidades”. Não se deve ignorar todavia que o vinho fazia parte da dieta alimentar lusitana desde a Idade Média. Tais dados parecem-nos valiosos para dar pista sobre a base material em que esta discussão do estabelecimento de novos padrões de beber está assentada no Setecentos lusitano., importando sobretudo marcar que aumentou-se a disponibilidade da bebida. Joel de Serrão. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol VI, p. 319.

¹⁰⁹ Henrique Carneiro. *A Igreja, a Medicina e o Amor: prédicas moralistas na época moderna*. São Paulo: Xamã, 200, p.112.

¹¹⁰ Conforme defende o autor, “juntamente com a prática sexual, o uso de drogas [inclusive do álcool] é o comportamento que mais diretamente evoca a noção de uma regulamentação moral do prazer que refere-se, antes de tudo, ao lugar, momento e condições em que ele é admitido como legítimo”. Idem, p.223.

¹¹¹ Ibidem, p.106.

revelação divina. De acordo com Henrique Carneiro, é por isso que autores como Epicteto, Plutarco, Sêneca, Marco Aurélio, Cícero, assim como Sócrates, Platão e Aristóteles são trazidos à baila pelos moralistas modernos. Conforme atesta, “a referencia à autoridade dos autores antigos, revistos à luz do cristianismo com a palavra registrada do passado encontrando-se com a palavra revelada torna-se indefectível em todos os autores morais da época moderna”¹¹².

É o que se verifica na obra de Brás Luis de Abreu, médico português familiar do Santo Ofício. Sua obra, publicada em 1726, é um manual moral medicinal onde se encontra descrições de elementos dos reinos animal, vegetal e mineral, com vistas a formar um indivíduo nas artes médicas. Ao lado destas descrições, há recomendações morais a serem verificadas pelo profissional da saúde. Dentre elas, a temperança aparece:

É a temperança um freio dos apetites, governado pelas rédeas da razão; ou segundo Santo Tomás: *Temperantia est moderatum cupiditatum rationi obediens*. Em menos palavras, porque em só três, a definiu aquele sábio da Grécia, que mereceu ser uma das sete maravilhas do racional, quando disse: *Ne quid nimis*. Esta é aquela famosa raiz, donde brotam as insígnies virtudes morais. Ela faz o homem na mesa abstinente; nas ações modesto; no procedimento parco; nas galantarias moderado; nos discursos tranqüilo e nas tempestades da vida seguro [...] Esta é a excelente virtude da temperança; a quem por ornato deve buscar o homem e a quem por preciosa gala deve trajar o médico¹¹³.

Enquanto manual, o trecho dá pistas de como as coisas devem ser, no caso, como o médico deve se comportar. As referências a São Tomás e ao sábio são recursos para dar credibilidade ao que afirma, garantida assim pela religião cristã e pela filosofia grega, esta última prestigiada justamente por dar provas da antiguidade do preceito. A seguir, a descrição dos comportamentos que a temperança provoca indica que trata-se de uma qualidade moral requisitada naquela sociedade. Mais do que isso: ser temperante

¹¹² Ibidem, p.110.

¹¹³ Brás Luis de Abreu. *Portugal Médico*. Lisboa: Oficina de Joan Antunes, 1726, p. 726.

expressava rigor moral que o médico deveria encarnar vigorosamente, portanto, atribuía-se ao médico a função de representante social da temperança.

Em tempo, no século XVIII o valor moderação teria sido atualizado dos autores clássicos pelos médicos e moralistas lusitanos. Na história da civilização ocidental este valor teria sempre recebido uma significação positiva e, em contrapartida, o excesso sempre fora negativamente significado. Na época moderna, devido sobretudo à vulgarização das bebidas alcoólicas, teria ocorrido uma intensificação dos pressupostos de valorização do bem-beber e da condenação do uso excessivo; ocorreria então que a vulgarização teria potencializado tanto os perigos do excesso quanto as vantagens da moderação, isto, é claro, do ponto de vista das atitudes morais, sendo a potencialização das conseqüências, portanto, a diferença mais substantiva desta época. Diante disso, afirmaríamos que a resposta do moralismo lusitano foi a reposição da moderação à condição de valor estrutural da sociedade portuguesa. Tratou-se de escolher o reforço e o aprofundamento em vestimenta moderna do padrão moderado (ou temperante) de ingestão de bebidas enquanto estratégia para estabilização do comportamento alcoólico. Mas não é que se pretendeu impor a moderação sobre todos os indivíduos que compunham a metrópole e as partes do Império colonial, nem que se quisesse reproduzir nos trópicos, por exemplo, as mesmas formas de relacionamento mediadas pelo álcool vigentes em Portugal. Não é que ele era o valor numericamente mais seguido – nem na metrópole nem nas colônias lusitanas do Setecentos (na metrópole talvez, mas não é isto que nos interessa defender por ora), nem que os homens do período o tinham claramente na cabeça. Todavia, o padrão moderado apareceu de fato como horizonte de comportamento ideal no tocante às relações com as bebidas alcoólicas. Talvez esta hipótese seja melhor formulada nos seguintes termos: a moderação tornou-se um padrão ideal que organizou o desenvolvimento de todas as

outras formas de comportamento alcoólico. É como se se tivesse estabelecido um horizonte que se começa a seguir, horizonte que orienta não só a relação, mas também o julgamento de todos os problemas ligados ao consumo do álcool.

Ao estudar os fatores históricos e culturais que afetam a disponibilidade e o consumo do álcool na América Latina, o antropólogo estadunidense Dwight B. Heath fornece pistas que reforçam tal hipótese. Sem meias palavras, afirma este autor que a “moderação é o traço mais respeitado no homem da Ibéria”¹¹⁴. Ao examinar os trabalhos de historiadores que se debruçaram sobre o problema do consumo de bebidas na época da conquista espanhola do México e Peru, como Lopez Gomara, William Taylor, Sonia C. Mancera, dentre outros, Heath detecta que o alarme expresso nas fontes oficiais acerca da ebriedade lamentável dos indígenas seria fruto de diferenças fundamentais no entendimento de como e porque cada um deve beber. Insiste ainda que o traço do temperamento espanhol que permaneceu mais constante durante séculos de contatos com outros povos seria justamente a sobriedade. Explica-nos o antropólogo que esta fora uma herança da visão cristã medieval

que enfatizava a singularidade do homem diante das criaturas da Terra, distintivo por sua parte racional. De acordo com esta visão, a razão se destaca como o elo entre o Céu e a Terra em uma cadeia ordenada de relações que permeiam o universo. A razão é a parte divina – aquela pela qual o homem conhece Deus (e portanto recebe a cosmologia cristã). Isso é evidenciado com estatura ereta, graça de hábitos, beleza de discurso e – crucial do ponto de vista da teologia – a estabilidade através da virtude. Desta perspectiva, a embriaguez pagã ilustrava o poder de Satã externamente e o poder interno das forças irracionais – tendências demoníacas à solta no mundo e também inerente ao homem – que se combinam para minar esta virtude, se o homem não tiver a força moral cristã para resistir. Em resumo, os conquistadores, os frades e seus europeus contemporâneos eram convictos que os pagãos, em falta de um “estado de graça”, eram facilmente submetidos às tentações e aos seus instintos mais básicos, dentre os quais a embriaguez era tanto a prova como o resultado. Um bom cristão, pelo contrário, não daria lugar à embriaguez, a qual interfere com a razão dada por Deus¹¹⁵.

¹¹⁴ Dwight B. Heath. *Historical and cultural factors affecting alcohol availability and consumption in Latin America*. Providence: Research Papers in Anthropology, n 2, 1984, p. 09.

¹¹⁵ Esta visão teria sido a referência para as descrições espanholas não só das beberagens indígenas mas também para explicar outros comportamentos sociais delas derivados relatados nos documentos, contribuindo assim para se criar a imagem de que a embriaguez dos índios era idolatria. Dwight B. Heath. Op. Cit., p. 11-13.

Algo semelhante pode ser constatado na visão lusitana da embriaguez. Visão também derivada da religião cristã medieval, marcada esta pelos preceitos agostinianos que os padres e moralistas como Manuel Bernardes atualizaram:

nas letras encomenda a Escritura Sagrada sobriedade: Non plus sapere quam oportet sapere, sed sapere ad sobrietatem (Aos Romanos, XII, 3). Mas ao amor de Deus aconselha a ebriedade: Comedite amici et bibite, e inebriamini charissimi (Cântico, VII, 1). Nos estudos diz o Eclesiastes que tenhamos limite e modo: Neque plus sapias quam necesse est, ne obstupescas (Eclesiastes, VII, 17). No amor de Deus diz S. Bernardo que o limite e modo é não ter modo, nem limite: Modus diligendi Deum est diligere sine modo. Saber um mais do que lhe é necessário, é faltar-lhe, por saber, muito do que lhe é necessário, porque é necessário saber que o saber demasiado não agrada a Deus; e fazer o que a Deus não agrada, verdadeiramente é não saber¹¹⁶.

Portanto, nem a sobriedade excessiva nem a total ebriedade. Saber ter limite, saber apenas o que lhe é necessário. Especificamente, Bernardes não poupa restrições ao uso do vinho, incluindo-o entre os inimigos da vida religiosa: “Assim como no vinho há luxúria [...] assim na luxúria há vinho; quero dizer, efeitos semelhantes aos do vinho quando é muito; que aliena o juízo e desterra os cuidados de importância, deixando só vontade de rir, folgar e dormir e tornar a beber”¹¹⁷. Ressalva feita ao fato de que a condenação não era ao álcool em si, pois na eucaristia ou no banquete parco, ingeri-lo era lícito e legítimo.

Importante referir que o preceito pretendia-se seguido não somente enquanto recomendação diante do vinho, mas se estendia ao comer, vestir, dormir, etc¹¹⁸. Esta regra geral que regulava o comportamento social lusitano deveria ser difundida e verificada, como dito, por médicos. Quando isto não ocorre, vejamos o que ocorre:

nem também o que aconteceu a Quinto Médico Romano, o qual entregando-se licenciosamente ao vinho, em certo dia que foi visitar a um cidadão, como este não pudesse suportar o ingrato e vaporoso hálito, lhe pediu se afastasse da cabeceira; a que

¹¹⁶ Manuel Bernardes. *Textos doutrinários*, 1969, p. 32.

¹¹⁷ Henrique Carneiro. *A Igreja, a medicina e o amor: prédicas moralistas na época moderna*. São Paulo: Xamã, p. 106.

¹¹⁸ Idem, p. 107.

respondeu o médico fazendo gala indigna dos torpes sacrifícios de Baco , que assim como o médico sofria as odiosas transpirações da febre, dissimulasse também o enfermo os odoríferos vapores do vinho¹¹⁹.

Como o médico fez “vista grossa” aos odores do doente, este deveria fazer o mesmo para com aquele. Disso, podemos inferir que para a medicina os efeitos do uso recreativo do vinho eram semelhantes aos de outras doenças, algo que não era socialmente aceito, justamente porque ela aparecia como expressão da ausência de temperança. Se é verdade ou não o caso descrito, não nos interessa, e sim, que o tema da embriaguez deveria ser objeto de preocupação na época. E como a embriaguez expressava ausência de temperança que era virtude que o médico deveria encarnar, logo, o médico bêbado perdia credibilidade por não representar aquilo sobre o que ele versava. A descrição do que ocorreu quando o médico bêbado foi assistir ao paciente serve para educar, isto é, corrigir conduta inadequada. E a educação deste tipo de prática significa socialmente que há momentos autorizados para o fazer e que o médico deveria ser aquele que raramente ou nunca o faz publicamente.

Algo semelhante a isso encontramos na obra de Bernardo Pereira¹²⁰ que, comparando a medicina à teologia, diz que “mal se pode curar o corpo pela medicina, se não concorrer para medicar a alma à teologia”, pois as leis de direito são remédios para curar a peste dos delitos, na medicina os remédios são leis para atender a saúde dos enfermos e Jesus Cristo em ‘medico divino’, assim como para Siqueira (1745) ‘Maria Santíssima é a verdadeira botica preciosa’”¹²¹. Neste texto do início do século XVIII, pode-se verificar a fusão da confissão com o interrogatório médico, do pecado com a doença e do sacerdote com o médico. Indica ainda que comer e beber pouco, assim

¹¹⁹ Idem, p. 727.

¹²⁰ Bernardo Pereira. *Anacephaleosis médico-theologica*. Coimbra: Officina de Francisco de Oliveira, 1734.

¹²¹ Henrique Carneiro. Op. Cit., p. 53.

como castigar a vontade e “pondo interdito às luzes dos olhos” é capaz de “reprimir os estímulos libidinosos”. Ou,

nos livraremos destes danos, se evitarmos da gula os desconcertos, que são os maiores incentivos da lascívia; e encendi[a]da esta na fragoa da destemperança, quais portentosos efeitos não produzirá? Falo somente da imoderação do vinho, que é tempestade do corpo e naufrágio da castidade, como diz S. Ambrósio, isca da intemperança, destruição da mocidade: opróbrio da velhice, deshonor do sexo feminino, copo da infâmia, conduta da insolência, parlezia do juízo, alienação da virtude, inflamação da sensualidade, como lhe chama S. Gregório¹²².

A descrição destes malefícios do uso imoderado do vinho pode informar sobre a sociedade lusitana do período. A temperança mais uma vez é afirmada como lei social fortemente requerida, compondo assim o conjunto de regras morais exigido. Logo, seria questão se saber como esta sociedade se organiza tendo o suporte da temperança como elemento central de sua moralidade. O trecho diz que a gula é incentivo da lascívia. Há portanto uma articulação direta do sexo para o prazer carnal e não para procriação e do uso abusivo de bebidas e alimentos, ambas formas de excesso, todo ele em si, pecaminoso. As manifestações desse excesso se expressam em vários sentidos que, tomados em conjunto, nos permitem supor que fazem parte de um *processo de desqualificação e desmoralização da embriaguez*, atividade em curso em Portugal no período e capitaneada por médicos, moralistas e homens da Igreja a fim de incutir suas regras de conduta consideradas como válidas e legítimas. Como se vê, para isso, mobiliza-se todos os “lugares comuns” da moralidade cristã do período lastreando-os por religiosos supostamente eminentes da história do cristianismo, que torna credível o que se narra. Enfim, não é questão de sabermos se a embriaguez gera de fato tudo o que foi descrito, mas sim, porque se atribui a ela tais características – atributos bastante condizentes com o ambiente lusitano do período dominado pela Igreja.

¹²² Bernardo Pereira. Op. Cit., p. 247.

Diante disso, talvez seja o caso de questionar sobre a força de regulação social da temperança? Vale referir, todavia, que não nos parece que são esses discursos dos moralistas que colocarão a embriaguez num padrão aceitável (ao menos não temos muitos meios de medir o alcance disso). Examinamos tais tratados para dar pistas da constituição do valor que conformou o uso do álcool à época bem como para indicar a norma legítima que dava suporte à classificação e ao comportamento social do ato de beber. Sendo assim, mais uma vez afirmamos que o médico é agente responsável pela materialização do comportamento adequado – não o único, por certo, mas com mais força neste XVIII lusitano. Referindo-se ao uso demasiado de vinho, Pereira afirma:

e se é opróbrio da velhice, destruição da mocidade e desonra do sexo feminino, como não será afronta da Medicina e infâmia dos médicos. O certo é, se em todos é vício repreensível, nos médicos abominável. Se nos mais é somente pecado, nos médicos parece sacrilégio. É um médico, pela sua profissão de letras, digno de honras, acreedor das vontades, roubador dos afetos e merecedor de toda estimação entre os homens, mas como estimarão os homens a um bruto, como tributarão afetos a um louco, como renderão vontades a um nécio, como darão honras a um stulto, ou, por melhor dizer, a um infame e torpe, que se deixa cativar deste vicio, que transforma os homens em brutos, e os transmuta em estátuas, carecedores de toda razão e discurso¹²³.

No interior do processo de desmoralização a bebedice é caracterizada como pecado, e o médico tem a função de dar o exemplo de sobriedade como expressão de conduta a ser seguida. Embebedar-se portanto é transgressão do modelo de expectativa social para a categoria “médico”. Mas, se ele não representar esta sobriedade e praticar seus contrários, imediatamente ele se transforma em tudo que é abominável: louco, nécio, torpe e infame. Logo, transforma-se em toda irregularidade de conduta e negatividade do pensamento, de que fala Foucault. Isto marca a forte pressão social a que o médico é submetido nesta sociedade, que não tolera deslizes provocados pela bebedice. Prova disso é que não se titubeia em associá-lo ao “louco”, associação que parece um mecanismo que reforça a legitimidade do preceito de “temperança”, acima até do

¹²³ Bernardo Pereira. Op. Cit., p. 249.

comportamento do médico. Pelo visto, o moralista não faz concessões na verificação deste preceito, arrogando para si a responsabilidade de classificação social da “bebedice”: nos homens é pecado repreensível; já nos médicos, sacrilégio abominável (a ofensa é maior, pois eles também deveriam agir para impor esta lei social da temperança: os médicos, pelo visto, deveriam ser o braço forte do moralismo lusitano). Delegar ao médico esta responsabilidade talvez contribua para a intensificação da exigência de cumprimento do valor. Portanto, estamos diante de pistas acerca de como se constitui uma certa noção de uso socialmente aceito e ordenado do álcool. Uma anedota veiculada em Portugal setecentista ajuda dimensionar o que estava em jogo:

Sentindo o imperador Frederico III de não ter sucessão, consultou com os médicos. Votaram estes que só usando a imperatriz de beber vinho poderia conceber. Respondeu ele: Assim será, mas eu mais quero mulher estéril que mulher que beba vinho. Constando à imperatriz a resposta do imperador, acrescentou: Dizei ao imperador que se mandava beber vinho, escolheria antes a morte do que bebendo-o ter filhos. Não é de admirar esta resposta, pois era Senhora Portuguesa¹²⁴.

Se a narrativa é verdadeira não nos interessa, e sim o fato de que a existência desta história nos fornece a pista de que ela possa fazer sentido em Portugal, com circulação atestada, afirmação que se fortalece quando observamos os tratados e prédicas daquele espaço-tempo acima estudadas. De início, ficamos sabendo que a medicina prussiana provavelmente recomendava a ingestão de vinho para estimular a fertilidade da mulher. Ao rejeitá-la, Frederico III sintetiza a forte pressão social para que a mulher mantenha sua sobriedade, pois para isso, o imperador abdica até de ter descendentes que o sucedam no trono: não há concessão nem mesmo nesta ocasião. Beber vinho portanto é castigo maior do que a morte e a esterilidade: a moral lusitana reservava à mulher a exigência de se verificar a sobriedade a qualquer custo e a aversão das mulheres lusitanas pelo visto era algo socialmente conhecido. Além disso, é plausível supor que a presença de integrantes da nobreza na anedota sugere que esta camada tinha força para

¹²⁴ Henrique Carneiro. Op. Cit., p. 106.

orientar comportamentos na sociedade, que os nobres serviam de referência social. Em suma, a moderação deveria ser verificada mas não pelas mulheres, que deveriam ser abstinentes a todo custo, principalmente as de corte. Talvez possamos conjecturar que este impedimento da embriaguez feminina seja herança cristã medieval popularizada em anedotário num momento de maior intolerância ao excesso alcoólico.

Assim se forma, ou melhor, se reforma e se difunde o valor social que orienta o uso de bebidas (ou do alimento vinho) na sociedade lusitana da época moderna. Vale lembrar que a significação positiva da ingestão de vinho foi mantida, todavia. Imersa em novo ambiente moral

Para o vinho ser bom, há de ter três qualidades contrárias à água. A água boa não tem cor, nem cheiro, nem sabor, e o vinho bom tem boa cor, bom cheiro e bom sabor. Também o uso medicinal do vinho é muito salutar. Têm os seus espíritos faculdades para temperar os humores ácidos, que no nosso corpo se ajuntam [...] Dizem alguns **médicos modernos** [grifo nosso] que até nas febres ardentes é bom o vinho, e que por muito que se diga o vulgo, que o vinho aquece, se pode dar sem perigo ao febricitante. Tem-se observado, que em febres contínuas e intermitentes o vinho tem feito melhores efeitos que as Jalapas e outras laboriosas composições. Porém é necessário usar dele com prudente moderação, porque não se pode negar, que com excesso é muito pernicioso à saúde¹²⁵.

A passagem não poderia ser mais explícita: se verificadas as características organolépticas estabelecidas pela norma social o vinho era digno de ser ingerido. Primeiro ponto portanto, a hierarquização dos tipos que já aparecera em Fonseca Henriquez; depois, temos a instrumentalização central: o uso médico. Aí são os médicos modernos que garantem a administração em pessoas febris, contrariando a recomendação popular não só de evitá-lo, mas também de se dar mezinhas. Se estas são mais eficazes, não podemos precisar, interessando pensar que o relato acima dá pista sobre a luta da medicina moderna que quer abafar e se impor sobre o receituário caseiro, valendo-se do vinho como instrumento de combate, por ele ser produto da “planta de civilização”, aceito socialmente como medicamento antigo, ou seja, toda a importância

¹²⁵ Raphael Bluteau. Op. Cit., p. 502. Há uma série de descrições do uso benéfico do vinho, todas porém derivadas das premissas até então apresentadas.

histórica que o vinho detém é mobilizada pela medicina para converter-se em arma de combate contra a tradição de cura popular. Nesse contexto, o vinho se torna então veículo para a imposição da verdade científica; verdade imposta pela medicina ancorada na moderação. Outro elemento importante é o argumento da preservação da saúde: para a moderação se impor como preocupação inquestionável, este argumento aparece para lastreá-lo – ele pode até ser usado em composições, desde que estas sejam formuladas pelo discurso médico com aspirações de positividade.

O tema da “saúde dos povos” entrava gradativamente na pauta de preocupações dos Estados Nacionais, e, a partir de meados do XVIII, as doutrinas mercantilistas pressupondo que a população constituía o fundamento da riqueza nacional, viram a necessidade de se multiplicar os indivíduos e conservar-lhes a saúde¹²⁶. Conservação que exigia a verificação de um comportamento moral preciso: em capítulo do Desengano dos pecadores, do padre da Companhia de Jesus, Alexandre Périer, ficamos sabendo que

“Deos não proíbe o comer necessário, para o sustento, mas o supérfluo, e demasiado da golodice. Não veda o uso das bebidas, mas o abuso da bebedice. [,,] Abomina Deus a qualquer excesso”¹²⁷. E para castigar esse desvio, Deus abrevia a vida dos gulosos e dados a bebedice com mortes espantosas e precipitadas. Outro grande pecado abominável é a luxúria: enquanto os outros pecados perturbam o juízo, ela o apaga totalmente, além de escurecer “o lume da razão”. Para prová-lo e dar lastro ao que narra, o padre recorre a Aristóteles, que não se contentaria em chamar a luxúria de “uma espécie de bebedice, mas diz que é um ramo da loucura: “*Stultulia máxime nascitur ex luxuria*. A razão é, porque os motivos da virtude, já não penetram o coração de um

¹²⁶ Jean Luis Neves de Abreu. *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de Doutorado em História, UFMG, Orient.(a): Adriana Romeiro. Belo Horizonte, 2006, p. 122.

¹²⁷ Alexandre Périer. *Desengano dos pecadores: necessário a todo o gênero de pessoas*, 1724.

impudico; e as inspirações divinas alumiam o seu entendimento, assim como os raios do Sol alumiam a um cego”¹²⁸. De início, esta costura entre bebedice, luxúria e loucura ancorada em Aristóteles nos parece no mínimo distorcida, cuja intenção maior seria naturalizar um comportamento social determinado por uma moralidade condizente com as demandas do mundo do trabalho em formação à época. Até porque, como indicamos acima, a embriaguez na Antiguidade tinha função moral de testar o caráter dos indivíduos. De todo modo, a perspectiva de Périer parece estar em sintonia com a medicina moral lusitana que procurava aliar saber científico e regulação comportamental. Em tempo, como a medicina perdeu o monopólio de receitar o álcool (vinho ou aguardente), ela se dedicou a descrever seus efeitos fisiológicos e a reivindicar proeminência nas suas formas de utilização, com intenção de tornar socialmente aceitável que a embriaguez fosse desvio conduta e que o discurso científico revelasse a verdade do uso de bebidas.

É o que se observa dos tratados de médicos que freqüentaram as diversas paragens do Império lusitano: a preocupação com a bebedice existe em toda parte: de Portugal a Goa, passando pela capitania mineira¹²⁹. Ao reconhecer a circulação das teorias médicas pelas partes do Reino, Márcia Ribeiro identifica a mesma receita contra o vício do álcool em dois tratados médicos notavelmente distantes um do outro. Conforme já havíamos verificado em nossa pesquisa de iniciação científica, Luis Gomes Ferreira recomenda ao ébrio:

tomem a cabeça de um cordeiro com lã, ossos e dentes e um quartilho de sangue do mesmo cordeiro, e uma mão cheia de cabelos da cabeça de qualquer homem, e o fígado de uma enuia com o seu fel; tudo junto se meta em uma panela barrada com o seu texto tudo novo,

¹²⁸ Posição semelhante é encontrada em Ângelo Siqueira, que na sua *Botica Preciosa* afirma que a gula é um vício desordenado no comer e no beber. Para defender-se de tal pecado, o autor lista uma série de recomendações ancoradas no ideal de temperança pregado por Jesus Cristo. Ângelo Sequeira. *Botica Preciosa e o Tesouro Precioso da Lapa*, 1754, p. 327-28; Alexandre Périer, Op. cit., p. 247.

¹²⁹ Se a intensificação destas críticas ao excesso corresponde a uma conjuntura de aumento do degredo de delinquentes para as paragens coloniais é uma articulação que talvez mereça ser investigada.

e se meta no forno, até que fique tudo bem torrado para se fazerem pós do que tiver dentro da panela, dos quais se darão ao bêbado todos os dias uma oitava desfeita em vinho¹³⁰.

A autora acrescenta a descrição de receita contida na farmacopéia de Affonso da Costa, jesuíta que vivera em Goa. Vejamos:

tomem a cabeça de um cordeiro com lâ, osso e dentes e uma mão cheia de cabelos de qualquer homem, a que se ajuntará um quartilho de sangue do mesmo cordeiro com o fígado de uma enguia, e com o fel da mesma, e tudo se meta em uma panela nova a qual coberta com o seu tescos (sic) e muito bem barrada se meta no forno e aí se deixe secar, ou torrar tudo, até que possa reduzir o pó e deste se dará ao bêbado em vinho uma oitava cada dia¹³¹.

Talvez não seja absurdo aproximar estas duas descrições de uma receita encontrada nas *Observações médicas de cem casos gravíssimos*, de Curvo Semedo. Recorreu o autor à experiência de muitos médicos para fazer um beberejo se aborrecer de vinho. Para tanto, devia-se dar ao ébrio

o vinho em que se afogarem duas enguias vivas ou o que misturarem um pouco de esterco de homem; ou o suor dos companhões de um cavalo, quando estiver suado; ou o em que deitarem de infusão um ovo de uma coruja mal assado, e feito em talhadinhas miúdas; ou o em que deitarem uma fatia de pão que estivesse duas horas no soto de um agonizante; ou o vinho que se deitou por meia hora dentro dos sapatos do mesmo bêbado, quando os descalçar, estando ainda quentes; ou o vinho em que misturarem os pós do rabo, ou espadana da pescada, cortado do mesmo instante, em que se acabou de tirar do mar estando ainda viva; ou o vinho em que estiverem deitados os pós do pardal Francês torrado no forno com penas e carne, ou o em que deitarem em boa quantidade de bagos de uvas podres; ou o pó de rosas balaustras; ou o pó do coração do corvo; ou o pó da flor do trigo, que se acha em maio nas pontas das arestas das espigas, ou outros mil remédios, que há para aborrecer o vinho¹³². (p. 524-527)

Nos três excertos selecionados, trata-se de receitas para fazer o bêbado parar de beber. Chama atenção a variedade de formas oferecidas na intenção de ser o mais abrangente e eficaz possível. De nosso ponto de vista, o que há de comum nos três casos é a estratégia de *estimular o nojo ao vinho*: descreve-se a mistura da bebida a uma

¹³⁰ Luis Gomes Ferreira. Op. cit., p. 220.

¹³¹ W.I.H.M-Mss. *Árvore da vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas aprasíveis e saudáveis folhas em que se deixam ver muitos e singulares remédios...* Província de Goa (C. de 1720) tronco 1, parte 1, ramo 1. Apud Márcia Moisés Ribeiro. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 59.

¹³² Curvo Semedo. *Observações de cem casos gravíssimos*. Lisboa, 1707.

variedade de substâncias para que o beerrão fique enjoado ao bebê-lo. Lembremos que o estímulo ao sentimento de aversão, náusea, asco também faz parte do processo civilizatório. Neste caso, talvez possamos afirmar que a proposta de estímulo ao nojo faça parte do movimento de regulação da sensibilidade e do paladar em curso na época moderna. Processo, como estamos afirmando, levado à cabo pelos médicos e moralistas defensores da moderação e, portanto, intolerantes ao excesso. Incitar a aversão foi uma *tática para fazer valer o hábito moderado de ingestão do vinho*. O fato de figurar entre os cem casos gravíssimos de Semedo indica a dimensão do problema.

Tais constatações nos permitem inferir também que o consumo excessivo de álcool era um problema comumente percebido nestas partes dos domínios lusitanos. Conforme sugere Márcia Ribeiro, este fenômeno de coincidência do receituário deve ser inserido no contexto mais amplo de veiculação de idéias e de livros pelo Império Português. Endossamos esta idéia e acrescentaríamos que, antes ou ao mesmo tempo em que se espalharam as terapias, se difundiram também os problemas que elas preocupar-se-iam em dar conta, pois consideramos que não basta reconhecer a amplitude do problema causado pelo consumo excessivo de álcool nas diferentes regiões do Império. Também devemos examinar a especificidade de seu modo de aparecimento, partindo sempre da premissa de que o elo comum entre as partes tinha o objetivo de explorar os corpos dos colonos a fim de garantir a organização do trabalho para a acumulação primitiva do capital. A identificação da semelhança entre as práticas de cura realizadas nos diferentes domínios portugueses se não for verticalizada corre o risco de abafar os confrontos decorrentes do embate entre as diversas formas de vida encontradas nas paragens coloniais¹³³. A especificidade da questão das bebidas na sociedade colonial

¹³³ A postura adotada por Márcia Ribeiro em seu trabalho deriva da seguinte assertiva de Sérgio Buarque de Holanda: “noções e práticas muito familiares ao silvícola, outras absolutamente alheias combinaram-se dando origem à medicina dos tempos coloniais, que nada mais que o conjunto de conhecimentos, hábitos

será abordada com mais vagar nos capítulos seguintes. Por ora, cabe indicar como o problema aparece na metrópole portuguesa do XVIII.

Curvo Semedo ainda nos fornece informações preciosas acerca do gravíssimo caso da bebedice. Para dar notícia deste vício, o autor conta que certo sujeito tinha “torpíssimos pensamentos”, sendo o mais horroroso, o de “querer usar mal de uma filha donzela, que estava com ele sem nenhuma companhia, nem resguardo, porque sua pobreza era tão grande, que não podia sustentar uma criada”. No entanto, a donzela não quis fugir de casa, pois assim ela iria “expor-se a que presumissem mal do seu procedimento, e virtude, para declarar os depravados desejos do seu pai, era infamá-lo e pô-lo no risco de ser preso pela inquietação como criminoso e falto de fé”. Mais à frente, o autor descreve que o uso do vinho “é uma das principais causas da gota, assim porque é mais abundante de tártaro que outros alimentos, como também se azeda mais facilmente no estômago que qualquer outro alimento”. Lemos também que: “destas observações ficaram os médicos modernos sabendo, que o vinho e o uso de mulher são para os gotosos mais nocivos que veneno”¹³⁴. Ao relatar o caso de outro homem que “bebia muito vinho”, informa-nos que isto o

debilitou de sorte os nervos, que não só lhe tremiam muito as mãos, mas tinha uma tão grande fraqueza nelas, que não podia escrever, nem pegar coisa alguma, que logo lhe não caísse delas; vivia este enfermo muito desconsolado, porque o sustento de sua mulher e filhos dependia dos lucros do seu trabalho, e como estava incapaz para o fazer pela excessiva fraqueza das mãos, se via em termos de pedir esmolas¹³⁵.

Semedo portanto catalisa todo o conjunto de referências posto em prática para a redução da experiência etílica na época moderna: fonte de degeneração moral e física, a bebedice leva os homens a atos torpes e libidinosos e incapacita-os ao trabalho. Talvez este último seja o problema maior: a pobreza seria consequência do comportamento imoral

e práticas nascidos a partir do convívio assíduo entre as três culturas”. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*., p. 10, Apud Márcia Ribeiro. Op. cit., p. 08.

¹³⁴ Idem, p. 525.

¹³⁵ Ibidem, p. 562.

de incapacidade de trabalhar devido ao uso excessivo do vinho, a embriaguez impede que o homem ganhe o pão com o suor do próprio rosto – e pode fazer o indivíduo ser até preso pelos atos derivados da bebedice. Desta forma se constitui uma experiência empobrecida de ebriedade que a enquadra em descrições fisiológicas e segundo pressupostos estabelecidos por instâncias gerais de modulação social. Tais pressupostos contribuem para a atribuição de significados negativos à embriaguez, para o que, como vimos, alega-se que ela seria capaz, no limite, de estimular o incesto.

Em síntese, não se trata aqui de definir precisamente o significado do termo moderação, até porque, segundo Paul Veyne, “o desejo freqüentemente expresso, de ver a história definir precisamente os conceitos que usa, e a afirmação de que essa precisão é a condição primeira dos seus progressos futuros, são um belo exemplo de falsa metodologia e de rigor inútil”¹³⁶. Nossa intenção foi a de indicar que a moderação teria sido o valor que organizou as formas de significação e interação mediadas pelo vinho na sociedade lusitana. Ela pretendeu pautar recomendações e orientar comportamentos e julgamentos dos atos de beber no século XVIII em Portugal. Instrumentalizado por médicos e moralistas que aprofundaram a exigência de sua verificação no período, esforçamo-nos por caracterizar brevemente o contexto no interior do qual o valor foi posto em circulação bem como as ocasiões em que fora mobilizado o preceito, dando atenção em especial à questão das bebidas alcoólicas.

Por fim, vale destacar como contraponto que o protestantismo pretendia erradicar completamente o consumo do álcool de certas comunidades. É o que se verifica na obra de Ludwig Haetzer (1500-29), que em seu *On Evangelical Drinking* insistia crença de que o mundo todo havia sucumbido ao beber excessivo já que os evangélicos bebedores estavam mais interessados em beber do que em louvar a Deus. Outro padre luterano que

¹³⁶ Paul Veyne. Op. cit., p. 167.

abominava o pecado da embriaguez foi Sebastian Franck (1499-1542) que, em seu *Concerning the Horrible Vice of Drunkenness* (A respeito do vício horrível da embriaguez), defendia a reforma moral das terras de língua germânica. Para este, beber álcool em excesso provoca “confusão mental selvagem, cabeça tonta, olhos turvos, respiração mal-cheirosa, dor de estômago, mãos trêmulas, gota, hidropisia, feridas na perna e água no cérebro”¹³⁷. Franck atribuía a totalidade dos males sociais ao álcool, incluindo blasfêmia, idolatria, roubo, assassinato e até as guerras camponesas do século XVI. No limite, segundo Mack P. Holt, no interior da ética protestante beber ia contra a natureza humana, era pecado por ser invenção do demônio. Em suma, estamos diante de posições radicais diante da reputação dos bebedores de vinho e cerveja¹³⁸.

Diferente do que observamos no moralismo católico lusitano, onde o beber moderado era tolerado muito embora a proposta educacional de oferta do vinho tenha desaparecido quando da mobilização dos autores antigos. Esta função pedagógica não aparece enquanto possibilidade de escolha na época moderna e na sociedade portuguesa a moderação se transforma no horizonte de como deve ser a conduta alcoólica dos indivíduos: trata-se de uma proposta de colonização dos atos e mentes encampada pelo moralismo cristão português. A difusão e intensificação do comportamento moderado foram fruto de escolhas políticas e sociais que pretendiam estabilizar a situação daquela sociedade. Esvaziamento da função educacional, momento da loucura, signo da imoralidade, herança cristã medieval, esboço de medicalização, descrição fisiológica e estímulo ao nojo foram as características centrais que compuseram o “regime étlico” moderado imerso no ambiente moral lusitano – ao invés de mera descrição idealista. Mais do que intensificação, moderar-se no beber se tornou exigência inquestionável na

¹³⁷ Mack P. Holt. *Europe Divided: Wine, Beer and the Reformation in Sixteenth-century Europe*. In: Holt, Mack P. (org). *Alcohol: a social and cultural history*. Oxford: Berg, 2006, p. 25-40, p. 32.

¹³⁸ Idem, p. 33.

administração e julgamento das bebidas alcoólicas. Ressignificada assim no contexto de burocratização da vida social, o valor serviu também para dar legitimidade ao discurso médico bem como nortear a posição do aparelho estatal nas questões relativas às bebidas. Deste modo, o médico também se tornou representante estatal e como o Estado lusitano se centralizou precocemente, ele se preocupou desde cedo com questões que extrapolassem o monopólio da força e do capital, ou melhor, o monopólio da questão das bebidas fazia parte do projeto lusitano de monopolização estatal da força, assim como será de todos os Estados nacionais modernos em formação.

Capítulo 4. Hidróticos, preguiçosos e violentos: a função das terapêuticas e a explicação dos viajantes

Finalmente chegamos à sociedade colonial. Neste capítulo, iniciaremos o esboço da *cartografia* do tema. Privilegiamos a reflexão sobre as informações coletadas em alguns tratados médicos e relatos de viajantes que descrevem aspectos das formas de beber naquele espaço-tempo. Nesta primeira aproximação não nos restringimos a nenhuma região ou capitania em específico, sobretudo por conta da escassez de fontes encontradas. Consideramos que os médicos e cirurgiões que lidaram com as questões derivadas do consumo dos álcoois foram agentes estatais dedicados a instrumentalizar os usos de aguardente entre os negros e colonos em geral. E, ao entrarem em contato com as circunstâncias do beber na América lusitana, contribuíram de forma específica para o estabelecimento de novos modos de ingestão. Todavia, este conjunto de experiências étlicas não pode ser entendido se examinarmos sem historicizar as descrições fornecidas pelos cientistas que viajaram pelas paragens coloniais.

*

A obra do cirurgião, comerciante de escravos e dono de navios, João Cardoso de Miranda nos traz informações valiosas para os propósitos da presente proposta¹³⁹. Este português radicado, membro da “Academia Portopolitana dos Imitadores da Natureza”, representava ora os interesses dos mercadores baianos que realizavam diretamente o comércio com a costa da África, ora a defesa das prerrogativas dos cirurgiões em seus direitos de praticarem de forma ampla as artes médicas. Em sua *Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a*

¹³⁹ João Cardoso Miranda. *Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica*. Lisboa, 1741.

infecção escorbútica, de 1741, procurava divulgar remédios específicos contra o escorbuto que acomete os escravos da travessia atlântica¹⁴⁰. Nela, pretendeu formular um remédio específico para o escorbuto que, no ano de 1731, matou dois mil escravos em Salvador e, durante as viagens para a América, morriam de duzentos a trezentos e sessenta negros. Por isso, suas receitas circulavam pela sociedade entre os manuais de medicina doméstica e as coleções compiladas pelos jesuítas e largamente utilizadas por boticários do Rio de Janeiro, de Recife e Salvador, de Angola e da costa da Mina, ao longo de todo o século XVIII¹⁴¹. Cardoso Miranda se preocupam em curar a erisipela utilizando-se o espírito do vinho e a “água ardente, remédio universal em todos os tempos”¹⁴².

No entanto, alerta:

já que neste capitulo falley na agua ardente, e espírito de vinho, quero descobrir a utilidade dos enfermos os danos, que se seguem dela pela intempestiva, e nimia applicação, com que alguns professores a applicão, abusando de suas virtudes, e querendo fazer delles remédios universaes para todas as enfermidades, e seus tempos; o que bem sey há de causar grande novidade por ser matéria que nunca encontrei em auctor algum; mas por isso mesmo he que o relato; pois assim se pode melhor evitar os danos, e desgraça dos successos, que da sua desordenada applicação resultão, o que muitas vezes encontrei, entre os quaes são de maior ponderação os dous casos seguintes¹⁴³.

Pretende, portanto, relatar dois casos de uso inadequado da aguardente, sobretudo para que se utilize dela com maior prudência – trata-se proposta preventiva. Vale observar

¹⁴⁰ Para o período, o escorbuto é um problema de entorpecimento do sangue devido ao extreme contato com alimentos estragados e salgados e com os “salitrosos vapores do mar”: “o escorbuto sempre procede (como fica dito) de hum acido, que na massa do sangue se introduz, causado do nimio uso de alimentos corruptos, e salsiginosos, e de receber continuamente os salitrosos vapores do mar; o que tudo conduz para se entorpecer a circulação do sangue”. João Cardoso Miranda. Op. cit., p. 04.

¹⁴¹ Maria Cristina Wissenbach. *Cirurgiões no Atlântico Sul* – conhecimento médico e terapêutico nos circuitos do tráfico e da escravidão (séculos XVII-XIX). Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

¹⁴² “Extincta a inflamação, e dor, tem lugar o uso de água ardente, e espírito de vinho alcanforados, e outros semelhantes remédios, para acabar de volatilizar, e resolver alguma matéria mais crassa, que na parte existe; e na erysipela edematosa, e cirrosa, se devem usar os ditos remédios em todo o tempo; pois os frios e humidos sempre são danosos.” João Cardoso Miranda. Op. cit., p. 29.

¹⁴³ João Cardoso Miranda. Op. cit., p. 37.

que, seu uso como panacéia é atacado, como veremos. Antes, conta-nos que um morador da praia - havia ficado “com as mãos prezas por algum tempo, de que se lhe seguio ficarem com o sentimento, e movimento bastantemente entorpecidos pela degeneração de espíritos”. Chamou-se um cirurgião experiente que lhe aplicou panos molhados em aguardente, durante três dias, de que nada adiantou, não havendo movimento nem sentimento nas mãos machucadas. Miranda foi chamado e teve de mutilar as mãos do rapaz.

Agora entra meu reparo que nem o assistente, nem os mais companheiros fizeram reflexão sobre a causa daquella mortificação; e só sim entenderão tinha sido a falta de circulação, e comunicação dos espíritos no tempo da prisão; porém eu fiz diferente juízo, considerando a prisão só por causa primaria; pois com ella só houve denegação parcial, e não total, a qual fez a applicação da água ardente, abrindo os poros e resolvendo o pouco calor, com que a parte se achava, que por isso se virão secas, e arrugadas, frias, e de todo inanidas as ditas partes¹⁴⁴.

Como se observa, há uma relativização do uso indiscriminado da aguardente para a cura de qualquer enfermidade: no caso citado ela contribuiu para a “denegação total” da mão machucada do sujeito. Então, talvez possamos afirmar que não há mais nesse momento um consenso no discurso médico a respeito de todas as ocasiões em que se deveria aplicar a aguardente, isto é, o objeto, que é a aguardente do Reino, foi problematizado de forma negativa. E continua:

Sarjandose, se achou a carne branca, sem nenhum suco, nem fétido, sendo estes os sinaes que sempre encuentrey nas partes mortificadas por causa da resolução, que o espírito de vinho e água ardente faz. Este discurso comuniquey em particular ao assistente para que delle se utilisasse em outra ocasião, dizendolhe que se no caso presente elle applicasse remédio, que corroborasse, e conservasse o calor da parte, não abrindo os poros, mas constipando-os, teria muy diferente successo; porém, elle com autoridade de ancião me respondeo, que nunca tal vira nem ouvira; e que na água ardente se encontrava tudo, o que eu dizia, era necessário para corroborar, e conservar o calor da parte, e assim o deixey ficar com seu dictame¹⁴⁵.

¹⁴⁴ João Cardoso Miranda. Op. cit., p. 37.

¹⁴⁵ João Cardoso Miranda. Op. cit., p. 38.

Nota-se duas representações opostas da aguardente: uma que nela “encontrava tudo”, e outra que a usava para abrir os poros e sendo incapaz de corroborar e conservar o calor da parte enferma. Isto sugere certo questionamento da representação da aguardente como panacéia universal – pois há casos que ela não resolve -, apontando para usos inadequados do álcool, denotando certa dispersão das representações e, ao lado delas, das práticas.

O segundo caso refere-se a um rapaz de vinte e cinco anos esfaqueado. O cirurgião novamente chamado costurou e colocou panos com aguardente em cima para “vigorar o calor da parte, que pelo grande derramamento de sangue, considerava diminuto”. Continuando o tratamento, no quinto dia o braço estava “quase sem nenhum movimento, nem sentimento”. Miranda foi chamado e julgou que a causa daquela “mortificação” era a aguardente, “pois estava o braço, e mão seca, o couro muy crespo, e arrugado: o que não succederia, sendo por outra causa”. Curadas as feridas com óleo de Aparício e terebentina, cobriu o braço com “emplasto estitico de Crolio”, para que se vigorasse o calor do membro e voltasse os seus movimentos. E conclui: “é necessário fazer a reflexão sobre a causa das enfermidades, pois só assim se resolve o problema: verdade he, que nas regioens, em que os povos andao mais constipados, do que nesta, se não encontrem com tanta facilidade estes danos; com tudo se se vir com a applicação dos ditos remédios ficar a parte fria, seca, e o couro muito arrugado, e crespo, fiquem certos, que vay caminhando para uma total mortificação; por cujo motivo se deve levar mão delles, e usar de remédios que favoreção, e corroborem as partes.”¹⁴⁶. Contudo, ficamos com uma dúvida: se o cirurgião não recomenda o uso da aguardente em qualquer caso, em qual deles a substância deve ser aproveitada?

¹⁴⁶ Ibidem, p. 39.

Ele mesmo nos responde ao indicar curas para a optalmia, “inflamação da túnica adnata, ou conjunctiva dos olhos com dor, vermelhidão, ardor e lágrimas”, doença causada pela exposição ao sol, vento, pó, fumo ou pancada. Para curá-la, deve-se “primeiro ordenar a vida do doente”, depois “evacuar a causa antecedente” e terceiro, resolver a “causa conjunctiva”. Evitar os doces e o

vinho de nenhuma sorte permita no princípio desta enfermidade; porque agrava muito; porém na declinação, ou sendo antiga, se pode beber em pouca quantidade tão somente para ajudar ao cozimento do estomago: ja se forem sujeito, que usem delle, será mais necessário concederlho: se a optalmia for antiga, e depender de lynfa crassa, e pituitosa, se pode com mais confiança conceder; porque já encontrey caso, que não cedendo por tempo de quatto annos a vários remédios com que muitos professores o pertenderão curar, o alcancey com lhe mandar beber vinho branco aos comeres. Outros semelhantes casos referem alguns autores. entre os quaes aponta o doutíssimo Francisco Fonseca em sua Medicina Lusitana¹⁴⁷.

Isto quer dizer que a situação tolerada para a correta ingestão do vinho é designada pelo grau da doença, pela fisiologia e costume do enfermo. Reiterando, não mais em qualquer ocasião¹⁴⁸, ou seja, a complexificação do uso do álcool chegara nos trópicos.

O que não significa que ele se transformara de todo em problema. Ao descrever um “remédio de especial virtude para a loucura, ou delírios, não sendo destes causados por inflamação dos panículos do cérebro”, o cirurgião restitui seu caráter curativo. Deve-se raspar a cabeça do enfermo com navalha, depois lavá-la com vinho ou aguardente quente, “e então se tome o que baste de emplasto de goma elmi, e se estenda em pano branco”. Deve-se cobrir a cabeça do doente à noite e limpá-la de manhã para que ela transpire. Continuar o tempo que for necessário, aplicando o emplasto sempre quente. Conclui Miranda:

¹⁴⁷ Ibidem, p. 43-44.

¹⁴⁸ Como foi alertado, o autor reporta-se à aguardente de uvas para fazer suas considerações. Em certa altura, noticia o uso da “água destilada de cana de açúcar” como remédio, “porque resolve, alimpa e conforta os olhos”. Usada há mais de dez anos em Salvador, não a aguardente, “mas só sim huma água, que se distila de cana de açúcar machucada sem mais fermentação; e dela tenho usado muitas vezes, alcançando sempre maravilhosos efeitos; porém há se de applicar na declinação”. João Cardoso Miranda, Op. cit., p. 54.

vários são os doentes, que tenho livrado de delírios só com este remédio, depois de lhe não terem aproveitado varias evacuaçoens, e estarem deixados por incuráveis. Foy invento meu, fazendo discurso sobre a virtude attractiva, com que este emplasto obra nas feridas com ossos submersos, e delle uso há mais de quinze annos, quase sempre com bom successo¹⁴⁹.

Do que fora descrito, podemos inferir que Miranda cuidava da saúde dos seus escravos comercializados e que, como a oferta de álcool era considerável na capitania baiana do período, ele preocupava-se, ao menos de forma marginal, com o uso que se fazia da substância, ele mesmo instrumentalizando-a para remediar as doenças do Atlântico. Mais uma vez, a loucura aparece vinculada ao álcool, agora componente na cura de seus problemas. Expressão de uma sociedade em que as formas de alteração da consciência deveriam ser reguladas por um saber médico instrumental. E é este o ponto que nos interessa desdobrar: a racionalização da cultura do álcool na sociedade colonial foi expressão do saber médico instrumentalizado para aumentar a durabilidade dos escravos e garantir assim maiores rendimentos no tráfico negro. Importa-nos situar a administração da substância no conjunto de saberes colocados a serviço da otimização da expropriação colonial.

Ocorre que os médicos e cirurgiões conviveram com formas de uso da bebida alcoólica realizada pelos próprios escravos e pobres livres que estabeleciam lógicas internas de mediação. O saber médico instrumental não só não detinha o monopólio de regulação do consumo como entrava em conflito com outras formas de beber. Apegar-se e reforçar os usos medicinais da substância talvez fosse uma estratégia para disciplinar sua utilização de acordo com o padrão moderado. Pista disso foram encontradas nas apreciações do cirurgião barbeiro lisboeta Luis Gomes Ferreira que, no seu *Erário Mineral*, inscreve a aguardente como um novo método catártico para expelir

¹⁴⁹ Ibidem, p. 202-04.

humores indesejáveis e bastante adequada à capitania mineira, fria e úmida já que, enquanto quente e seco,

não há remédio mais singular, nem mais pronto, nem que tenha as virtudes que tem a aguardente para o caso presente e para outros semelhantes, principalmente nestas Minas; porque tenho usado dele milhares de vezes, não houve uma em que deixasse de conhecer a sua rara virtude, nem experimentasse mau sucesso; e para impedir gangrenas não há outro.¹⁵⁰

Ao incorporar os saberes da medicina hipocrática e galênica e os adaptar às circunstâncias que o ambiente luso-brasileiro lhe oferece, o cirurgião transfere o caráter medicamentoso do álcool europeu, atribuindo-lhe os poderes de anti-sepsia¹⁵¹, capacidade de fortificação de membros corrompidos¹⁵², dentre outros. E assim a aguardente do Reino participa das curas do cirurgião, que por outro lado condena como imoral toda outra forma de uso do produto. É o que fica claro no excerto a seguir:

em todo tempo que tenho assistido nestas Minas, não há coisa alguma nelas que seja mais prejudicial à saúde, assim de pretos como de brancos, como é a dita aguardente ou, por outro nome, e bem próprio, cachaça, pois, ordinariamente, quando queremos afirmar que uma coisa não presta para nada dizemos que é uma “cachaça”. Esta tem sido a causa de morrerem inumeráveis escravos e também bastantes brancos irremediavelmente; os escravos, uns bebem tanta que, perdendo o juízo, se matam em pendências compram tanta que não conseguem pagar, outros, bebendo-a de ordinário, adquirem doenças gravíssimas, como são obstruções nas veias e canas de todo o corpo, no baço, no mesentério e no fígado pela maior parte, e esta mais difícil de curar; os brancos, de tal sorte se casam com este vício que, quase todos, morrem hidrópicos, sendo a origem desta hidropisia o formar-se-lhe no fígado obstrução, e aumentada esta por se ir cevando com a tal bebida e o fígado obstruto, vai inchando, e, inchado, faz compressão ao bofe e o vai apertando, de tal modo que os doentes desta obstrução vem a morrer sufocados [...] os que não têm morrido hidrópicos têm morrido trêmulos e com as entranhas assadas, porque estes e aqueles, tanto que caem neste miserável e abominável vício, quanto mais bebem, mais secura têm, e, por isto, compram um barril e, enquanto ele dura, não cessam de beber, e, como é barata, mais

¹⁵⁰ Luis Gomes Ferreira. *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, p.468.

¹⁵¹ Decorrência da vulgarização se estendeu inclusive as funções medicamentosas: para curar feridas, “se lave com aguardente quente e se seringue com ela, que é maravilhoso remédio, para que chegando ao grumo de sangue, o dissolva e adelgace, e sair melhor por meio da emborcação que se fazer.” Luis Gomes Ferreira. Op. cit., p. 506. João Antonio Mendes fornece recomendações que vão na mesma direção. Em seu *Governo de Mineiros*, são descritas algumas doenças que a aguardente pode ajudar, como: fleimão, erisipela, edema, carbúnculo, feridas na cabeça, cursos de sangue, escorbuto e “louquice”. João Antonio Mendes. *Governo de mineiros*. Lisboa: Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1770, p. 10, 25, 68-74, 79, 89, 96-97, 122, 125-126.

¹⁵² Em outro trecho, a substância era recomendada para “corroborar, aquecer e fortificar aquele membro e chamar espíritos a ele [...] para que tido ajudasse a regenerar espíritos que animassem aquela parte, pois tão falta estava deles”. Luis Gomes Ferreira. Op. cit., p. 622.

cobiça faz; e o pior é que os devotos lhe dão tantas virtudes como dias tem o ano, faltando-lhe pouco para venenosa.”¹⁵³

Formado no Hospital Real de Todos os Santos, Gomes Ferreira chegou às minas por volta de 1710 atraído pelas descobertas auríferas, e de lá saiu por volta de 1733, retornando ao Porto, onde provavelmente redigiu de memória seu *Erário* publicado em 1735. Resultado da experiência prática que o cirurgião reuniu realizando curas em Minas Gerais, o texto assume a forma híbrida entre um dicionário de medicina, uma narrativa de curas e um levantamento das plantas e dos animais úteis para a cura de moléstias tropicais e males diversos que acometiam os numerosos escravos, brancos pobres, assim como mineradores e agricultores mais remediados. Escreveu-o com a intenção de divulgar conhecimentos úteis para os moradores das Minas e de transmitir a outros as experiências vividas por ele, fazendo da obra o precursor dos tratados de medicina prática para a orientação dos colonos¹⁵⁴. Quanto à aguardente utilizada em suas mezinhas, vale ressaltar que se tratava daquela produzida em Portugal, considerada preventiva, curativa e energizante. Diferente do produto colonial, ao qual se atribuía problemas de saúde, periculosidade e fonte de arruaças¹⁵⁵. É o que fica claro no trecho citado: insistindo que tem conhecimento de causa sobre o que irá versar, Gomes Ferreira eleva a aguardente de cana à categoria da mais prejudicial bebida que ele tem notícia. Provavelmente, ele era convocado para assistir a uma quantidade razoável de casos de embriaguez, o que lhe causara certo espanto. Por isso, considera a bebida como um “mal em si”, isto é, independente da quantidade ingerida ela traz malefícios, sendo maiores entre os escravos, logo, postura condizente com o que nos informa Julita

¹⁵³ Luis Gomes Ferreira, Op.cit, p.661.

¹⁵⁴ As informações obtidas sobre Luis Gomes Ferreira e seu *Erário Mineral* foram retiradas de estudos críticos publicados junto à nova edição da Fundação João Pinheiro. Luis Gomes Ferreira, Op. cit.

¹⁵⁵ Julita Scarano. *Bebidas alcoólicas...*, p. 471.

Scarano. Chega a insinuar que os escravos fossem bebedores – “uns bebem tanta” -, informação de que não temos certeza. O que de fato fica clara é a vinculação da embriaguez com a “perda do juízo”, algo que já referimos para apontar que a época moderna estabelece um padrão de comportamento no qual a racionalidade é sinônima de sobriedade. Apesar da descrição aterrorizada com a violência, outro dado que o cirurgião nos fornece é que os negros se embebedavam juntos e isso gerava situações violentas com os negros vendedores. Pelo visto, alguns compradores ficavam devendo e essa “pendência” gerava uma espécie de “acerto de contas”. Como pretendemos indicar, é muito provável que houvesse uma rede clandestina para o comércio da bebida na capitania mineira.

Preocupado em verificar a moderação, informações legitimadoras são as das doenças que acometem aqueles negros e brancos que caem no excesso, ou melhor, no vício da bebedice. Percebe-se inclusive que o cirurgião acompanhava mais de perto as consequências nos brancos indicando diferença no tratamento dos males causados pela bebida, de acordo com a cor do doente: os brancos eram tratados com mais cuidado, permitindo Gomes Ferreira verificar com precisão o desenvolvimento da doença naqueles homens. Aliás, pela descrição, não havia pendências entre eles, indicando que talvez tivessem fonte de renda para pagá-la. Em todo caso, nota-se que tanto brancos quanto negros bebiam a aguardente e que, podemos sugerir, o consumo não era baixo. Vale destacar que, ao contrário do que afirma Julita Scarano, havia uma preocupação do cirurgião com os efeitos fisiológicos da bebida¹⁵⁶. Parece que a crítica aos malefícios da “cachaça” pretendia coibir seu uso, no entanto, com pouca eficácia, denotando-se os conflitos de perspectivas que marcaram a experiência colonial de consumo alcoólico na

¹⁵⁶ Para a autora, os motivos das preocupações eram somente de ordem política, econômica e de controle social, ou, em suas palavras de “sossego público” perturbado pelo abuso do álcool. Julita Scarano, *Bebidas alcoólicas...*, p. 477.

sociedade luso-americana. E mais, talvez o padrão de ingestão alcoólica naquelas paragens não fosse decisivamente imposto pelos médicos e cirurgiões. Estes lutavam para estabelecer o vetor das possibilidades de cura e da seleção das ocasiões do uso de acordo com as necessidades do colonizador.

No entanto, ao lado da instrumentalização para a dominação, os costume de uso do álcool em Portugal e aqueles realizados na América se imbricavam para garantir a sobrevivência do colonizador. Segundo Márcia Ribeiro¹⁵⁷, como estava distante das boticas européias, desarmado perante certas moléstias e pouco familiarizado com as plantas medicinais da flora brasileira, os portugueses em geral tiveram de se submeter aos ensinamentos naturais, procurando, na medida do possível, combiná-los com as vagas noções terapêuticas que trouxeram da metrópole. A autora cita o exemplo dos alexifármacos. É claro que os colonos conheciam formulares milenares, todavia estas nem sempre eram suficientes para combater males causados pelas substâncias liberadas por bichos e plantas típicas das matas brasileiras. Por isso, dentre os gêneros medicinais do Brasil divulgados na Europa, destacam-se aqueles dotados de propriedades contravenenosas. Márcia Ribeiro destaca do *Erário* a “raiz de mil homens”. O que nos interessa é que essa planta misturada ao vinho e/ou à aguardente era recomendada como virtuosa contra tais malefícios e contra dores de barriga. É o mesmo que informa Sérgio Buarque de Holanda, conforme o qual, a cachaça era empregada como “veículo para toda sorte de medicamentos”¹⁵⁸, o que revela traços bastante nítidos da influência portuguesa na vida material da sociedade paulista setecentista. Tomando o papel que no Reino estava reservado ao vinho de uvas, tornou-se “indispensável no tratamento de indivíduos mordidos por cobras, e velhos depoimentos são acordes em atestar que

¹⁵⁷ Márcia Moisés Ribeiro. *A ciência nos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.56-57.

¹⁵⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.133.

fortalecia a eficácia curativa atribuída a ervas tradicionalmente empregadas para esse fim, como a própria raiz-preta¹⁵⁹”. E Julita Scarano por sua vez acrescenta que a convicção de que se deve fornecer aguardente para os que pretendem realizar um trabalho considerado árduo e difícil foi comum a vários períodos. Na França, por exemplo, durante o século XVIII, havia um ritual corriqueiro no qual camponeses tinham o hábito de beber vinho antes dos trabalhos mais penosos. Em Minas Gerais, devido ao clima mais frio e o trabalho dentro dos rios, como acontece na mineração, fornecia-se geralmente aguardente para os escravos que trabalhavam nessas condições. Tal hábito era considerado necessário para dar energia aos trabalhadores e evitar doenças pulmonares. A autora afirma que “quando se buscava salitre em Bom Sucesso, Minas Gerais, se recomendava dar aos escravos aguardente do reino a fim de evitar doenças¹⁶⁰”. Em suma, o conhecimento terapêutico do álcool extrapolava as utilizações da medicina.

A função colonizadora do saber terapêutico diante da ingestão do álcool restringia-se à verificação do seu uso moderado por parte dos integrantes das paragens do além-mar. Como vimos, na sociedade lusitana, a moderação fazia parte do ideário (conjunto sistemático de idéias) estabelecido para a regulação social. Já nos trópicos, trabalharemos com a hipótese de que a moderação transformou-se em valor ideológico, isto é, em instrumento de dominação que forneceu uma representação prescritiva aos membros da sociedade colonial acerca de como deve ser o comportamento alcoólico dos seus integrantes. Representação esta que pretendeu esconder dos indivíduos as próprias formas que significam suas respectivas experiências éticas¹⁶¹. Na sociedade colonial, os processos de atribuição de sentido aos usos de bebidas por parte de grupos indígenas,

¹⁵⁹ Se a “raiz de mil homens” é a mesma que a “raiz preta”, ficamos sem o saber. Idem, p.133.

¹⁶⁰ Idem, p.470.

¹⁶¹ Marilena Chauí. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

escravos e homens e mulheres livres pobres assentavam-se em condições materiais outras daquelas encontradas na metrópole. Mais do que a vinha, não adaptada nos trópicos devido ao clima, às formigas e à concorrência, a imposição do comportamento alcoólico moderado aparecia como estratégia para se estabilizar uma sociedade organizada para a expropriação de recursos. E como não derivou da experiência etílica verificada no cotidiano dos agentes, a moderação virou uma universalidade ilusória que contribuiu para encobrir as diferentes formas de beber existentes na América Lusitana. Daí a intolerância de Gomes Ferreira para com os bebedores mineiros: ele julgava-os a partir do comportamento alcoólico ideal português e, com isso, não entende porque aqueles homens bebiam aguardente. Mas afinal, quais as características da experiência etílica dos indivíduos na sociedade colonial?

Encontramos uma descrição sugestiva na carta de novembro de 1750 endereçada à rainha de Portugal, D. Maria Ana de Áustria, esposa de D. João V, em que o remetente João Brawer, padre alemão da Companhia de Jesus desde 1737, após reconhecer a “natural inclinação e amor” que a rainha dispensa à Companhia, noticia o que de fato lhe aflige na aldeia de Ibiapaba, no Ceará, de onde observa o que segue:

uma coisa devo ainda lembrar à Vossa Majestade sobre esta Missão, e é que foi introduzida aqui, este ano, e se introduz ainda cada dia, grande quantidade de aguardente; esta bebida não só rouba aos índios quanto têm – até vestidos e os mais com que se cobrem chegam a vender para comprá-la – mas é fonte de muitas outras desordens, pois com ela perdem os índios de todo o pouco juízo que têm, e é bem de ver que neste estado pelo mais fútil motivo se ferem e matam uns aos outros, como ainda a poucas semanas aconteceu, havendo até quem, na embriaguez, vibrou a si próprio umas poucas facadas no ventre¹⁶².

Por conta disso, o padre requisita da rainha a solução do problema, que lhe parece insolúvel. Ele propõe que se envie um visitador para fiscalizar o comportamento dos indígenas e coibir aquela “adversidade”. De fato, a intenção do texto é alertar e pedir ajuda à rainha para que ela resolva o problema da bebedice na referida missão. Disso

¹⁶² Original de carta do padre alemão João Brawer, 1750. Coleção Alberto Lamago, IEB-USP.

desprende-se que a Coroa também tem interesse e responsabilidade com os indígenas, que os efeitos da embriaguez por aguardente não são controlados pelos padres e que a entrada recente da bebida na aldeia - pelas mãos de quem não se sabe - e sua oferta freqüente geram problemas no processo de catequização. Surge este problema que escapa e requer ajuda Real. Em todo caso, a acreditar nela somos levados a concluir que aquele grupo de índios era composto de bebedores descontrolados.

Entretanto, antes de chegar a esta conclusão devemos lembrar que a embriaguez detinha uma função específica no interior das sociedades indígenas, participando de festas, casamentos, funerais e até dos espaços de decisão política. Enquanto manifestação da vida social dos tupinambás, as cauinagens funcionavam como uma espécie de “passe livre” que permitia a transgressão isenta de punições. Nelas algumas iniciativas consideradas delituosas eram toleradas, como brigas entre guerreiros da mesma tribo e ateamento de fogo às malocas. Pelo contrário, “os indivíduos que cometiam o maior número de ‘desatinos’ subiam mais nas estimativas e na consideração dos companheiros”, dotando este estado permissivo da importante função de conservar o equilíbrio psíquico dos indígenas¹⁶³. No caso dos tupinambás, as sessões de cauinagem eram no mais das vezes oferecidas pelos homens que alcançavam prestígio a partir de sua proficiência na guerra e de sua habilidade política, denominados

¹⁶³ Maria da Glória Kok. *Os vivos e os mortos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 84-87. Um episódio disto nos é descrito por Frei Vicente de Salvador. No oitavo capítulo de sua *História do Brasil* ao referir-se à capitania de Pernambuco, conta que ela foi dada em mercê pelo rei D. João III a Duarte Coelho. Este deu ordens para se erigir uma vila no interior da capitania, denominada Iguaraçu ou São Cosme e Damião. Para ela “mandou vir de Viana seus parentes, que tinha muitos, e mui pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores que já havia, plantando mantimentos e canas de açúcar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho. E em tudo os ajudavam os gentios, que estavam de paz e entravam e saíam da vila com seus resgates, ou sem eles, cada vez que queriam. Mas embebedando-se uma vez, uns poucos se começaram a ferir e matar, de modo que foi necessário mandar o capitão alguns brancos com seus escravos que os apartassem, ainda que contra o parecer de nossos línguas e intérpretes, que lhes disseram que os deixassem brigar e quebrar as cabeças uns aos outros, porque se lhes acudiam, como sempre se receiem dos brancos, haviam cuidar que os iam prender e cativar, e se haviam de por em resistência”. Pelo visto, nem nosso primeiro historiador entendera a função da embriaguez entre os indígenas. Frei Vicente de Salvador. *História do Brasil*, p. 86-7.

“principais”, que deveriam dispor de grande quantidade de bebida e comida como forma de cimentar relações de dependência com os mais jovens de seu grupo local e como forma de travar contatos com jovens de outros grupos. É plausível supor que os tais “principais” fossem os responsáveis pelo “rito de passagem”¹⁶⁴ para a vida adulta expresso pela iniciação etílica dos jovens, por isso serem de sua responsabilidade distribuir o cauim produzido pelas mulheres da tribo. Portanto, o caráter redistributivo das bebidas servia como um meio de reforçar os laços de amizade e a coesão grupal bem como cimentar alianças, sempre fluidas, tendo-se em vista a ausência de classes ou sistemas hierárquicos rígidos entre estes povos.

Todavia, as diferenças sociais eram fortemente estabelecidas pelo gênero e as bebidas fermentadas eram importantes marcadores na medida em que sua produção era de responsabilidade das mulheres, “que fornecem o trabalho agrícola e de coleta necessário, fabricam e decoram os recipientes adequados ao preparo de bebidas e, em ultima análise, influenciam decisivamente sobre sua utilização”¹⁶⁵. Sendo assim, duas práticas artesanais muito decisivas nas sociedades indígenas eram apanágio feminino: a fabricação das cerâmicas e a manipulação de microorganismos responsáveis pela fermentação. Mas o prestígio das bebidas nessas sociedades pode ser dimensionado pela equiparação feita entre o cauim e o sêmen. Para os Araweté (tupi), o sêmen parte dos homens para as mulheres, e “fermenta” em suas barrigas, produzindo as crianças. Por sua vez, o cauim parte das mulheres que o “fertiliza” com sua saliva e o “ferve” nas cerâmicas para os homens, os “principais” bebedores. O esperma é “azedo como o

¹⁶⁴ Luis da Câmara Cascudo. Op. cit., p. 94-5. O cauim se inscreve no quadro de bebidas alcoólicas produzidas pelos tupinambás na medida em que é um tipo de cerveja insalivada, amplamente difundido a ponto de constituir um dos traços marcantes de sua cultura, ao lado da antropofagia. De acordo com Fernandes, o cauim é uma bebida de reduzido teor alcoólico, “em que a embriaguez se origina muito mais de fatores culturais do que propriamente da potência etílica”. E seu consumo não estava reduzido às elites, sendo distribuído para todos em grandes quantidades, em espaço curto de tempo e diversas circunstâncias. João Azevedo Fernandes, Op. cit., p. 274.

¹⁶⁵ João Azevedo Fernandes. Op. cit., p. 103.

cauim”, dizem as mulheres de Araweté, apontando a relação “sêmen/cauim” como um elemento fundamental para a construção cotidiana de seu mundo. Segundo Oswaldo Gonçalves de Lima, a relação entre o processo de fermentação e o estado fisiológico da mulher foi variável considerada na prática de elaboração de bebidas alcoólicas. O fenômeno bioquímico tinha todas as características de um ato mágico, “tanto pelo inusitado ato de um ‘fervido a frio’, como pela emissão misteriosa de dióxido de carbono, e também pela mutação operada no gosto, no aroma e nas propriedades engendradas no líquido sacarino primitivo”.¹⁶⁶ E para que o processo não se corrompesse, a mulher deveria estar “pura”¹⁶⁷.

Além do mais, desde sua chegada nos trópicos os jesuítas se esforçaram para destruir as cauinagens já que aos colonizadores era necessário “reduzir” os indígenas, isto é, conduzi-los ao “bom governo” de seus próprios corpos conforme o quer o cristianismo, e levá-los a um aprimoramento civil dos costumes, o qual dependia, entre outras coisas, do abandono do “beber supérfluo” e da idéia de “honra” associada às proezas étlicas – conforme Fernandes, a destruição das cauinagens constituía um pressuposto forte para a conversão. Neste sentido, os jesuítas instrumentalizaram o consumo de cauim para atingir seus objetivos de colonização, de modo que os padres permitiram-se fazer uso da bebida nos rituais das tribos a fim de compreendê-las e subjugar-las, além de incitarem o uso da bebida pelos nativos para fomentar a guerra e

¹⁶⁶ Oswaldo Gonçalves de Lima. Op. cit., p. 317.

¹⁶⁷ Os pajés também faziam uso da bebida para alcançarem a condição de leveza necessária à comunicação com os mortos, operação complexa e reservada a alguns homens especiais. Essa leveza é causada pelo vômito gerado pelo consumo do cauim. Todavia, segundo Fernandes, para grande parte dos índios dos séculos XVI e XVII, a forma privilegiada para a obtenção da leveza xamânica era o tabaco, pois ele permitia que se alcançasse um estado de sonho representado por desmaios, estado em que o sonhador pode viajar ao estado dos espíritos e dos mortos. Nestas cerimônias, o tabaco deve ser usado pelos grandes pajés (pajé-açu), únicos que podiam ultrapassar a simples cauinagem e enfrentar os riscos causados pelo contato direto com os espíritos, obtido unicamente através do tabaco. Desse modo, enquanto o cauim estava associado às mulheres que o produziam, o tabaco possuía uma posição metafísica abertamente masculina. Sobre este tema, consultar: Johannes Wilbert. *Tobacco and shamanism in South America*. Yale University Press, 1987; e Jean Baptiste Nardi. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

impedir que se unissem contra o domínio português. Tanto lusitanos quanto espanhóis procuraram reprimir as formas de embriaguez “enteogênicas” – isto é, aquelas que trazem o “deus para dentro de si” - a partir de uma experiência que vê na ebriedade um atentado à temperança, conforme indicamos, noção central do cristianismo pós-tomista. Por conta desse movimento, Fernandes pode afirmar que:

o ‘vácuo étlico’ provocado pela extinção ou desvalorização simbólica das bebidas nativas, preparou o terreno para a introdução de uma bebida mais potente e para a criação de um espaço de ebriedade que superava em muito os limites da embriaguez cerimonial, lançando os índios no mundo do etilismo moderno, com o qual os europeus e africanos também estavam se havendo e que marcaria para sempre a visão que a sociedade ocidental nutria acerca dos povos indígenas¹⁶⁸.

Se assim o for, no século XVIII estaríamos diante de um novo padrão de sociabilidade em torno do álcool cujas coordenadas gerais estamos tentando detectar. E a carta citada do padre alemão nos dá pistas importantes a esse respeito, apesar de não ter compreendido o conteúdo social dos modos de beber indígena. Feita esta breve digressão, voltemos a ela e observemos que o padre está preocupado com a ordem da missão e que os índios dela trocavam suas vestes por aguardente¹⁶⁹ cujo problema maior seria que a bebida faz “perder o juízo”, sendo “fonte de muitas outras desordens”. A nosso ver, aí reside o argumento central do padre para condenar o álcool: a “perda do juízo” que causa assassinatos e suicídios. O fato é que a embriaguez comprometia a

¹⁶⁸ João Azevedo Fernandes. Op. cit., p. 363. Ao estudar o tema nas populações da Nova Espanha, Sonia Corcuera de Mancera afirma que aqueles povos indígenas tinham seu próprio conjunto de normas sobre o uso sagrado e profano de bebidas, além de ter possuírem meios práticos de razoável eficácia para reprimir os bebedores. Entretanto, os frades cristãos que ali estiveram não mediram esforços para suprimir a experiência ética dos indígenas e impor o discurso normativo europeu, inócuo naquele local. Sonia Corcuera de Mancera. Op. Cit.

¹⁶⁹ Vale lembrar que o desejo nativo por bens é algo que, além de extremamente variável, é totalmente determinado por suas próprias percepções culturais. A noção de “utilidade”, por exemplo, é bastante estranha às culturas nativas, e não pode responder pela aceitação de tal ou qual bem de origem européia, ou neo-européia. O valor primordial da posse de mercadorias “reside na neutralização simbólica da desigualdade entre eles e os estrangeiros, na medida em que esta é definida em termos da posse dos produtos mais complexos e eficazes da indústria ocidental, e da capacidade de controlar a tecnologia a eles associada”. A diferença reside então em termos de posse e uso de bens. João Azevedo Fernandes. Op. cit., p. 274.

catequese, pois gerava um estado que suspendia temporariamente os preceitos religiosos incutidos pelos padres católicos nos ameríndios. E isto não era interessante nem para a Igreja e nem para a Coroa, pois na sociedade luso-americana fortemente assentada nos valores cristãos – necessários à ordem e à paz social – dever-se-ia legitimar apenas o uso do vinho nas cerimônias para representar o sangue de Cristo.

Como se nota, a carta aponta para uma situação nova em que, ao menos nas missões, as cauinagens foram suprimidas, mas a entrada da aguardente reativava comportamentos que os estados de transe provocavam. Talvez não seja demasiado supor que ela indica a emergência de novos padrões de sociabilidade em torno do álcool vigentes desde o início do século XVIII que pretendemos agora esboçar e do qual não mais saímos: a embriaguez ocorrerá também em espaços privados como engenhos, missões, tavernas, além dos quilombos, festas, etc. No caso dos índios bebedores podemos inferir que o uso do álcool nas “reduções” jesuítas expresse uma resistência daqueles agentes à condição imposta pelos padres¹⁷⁰.

Uma descrição que fornece contraponto à embriaguez desbragada das tribos indígenas descrita por Brawer é a imagem encontrada nos relatos da *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), feita por Spix e Martius¹⁷¹. Denominada *Festa de embriaguez dos Coroados*, a tela de início do XIX retrata uma sessão de cauinagem realizada pelos integrantes da tribo tupinambá. Do ponto de vista espacial a imagem retrata uma parte reduzida do local, em mata fechada, com árvores chegando à parte de cima da cena: troncos de variada grossura, qualidades diversas de plantas num fundo escuro,

¹⁷⁰ Ao recusar a hipótese do álcool como presente “presente envenenado” do colonizador europeu ao indígena americano vitimizado, João A. Fernandes insiste na existência de regimes étlicos aborígenes capazes de negociação com os brancos e impedir os resistentes ao consumo de vinho. Isto para os séculos XVI e XVII, isto é, antes de a aguardente da colônia entrar em cena. Como ele próprio sugere, a partir do século XVIII o álcool destilado da cana transformou a experiência ética daqueles povos. As características desse novo momento é o que pretendemos descrever. João Azevedo Fernandes. Op. cit., p. 4 a 11.

¹⁷¹ Spix e Martius. *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 195.

indicando certa natureza inóspita, paisagem rica, mas hostil e ameaçadora. Os personagens estão distribuídos por toda a tela com suportes de várias atividades humanas: malocas, barcos, vasos, cestas, bolsas, armas etc. A cena ocorre à beira de um rio. O espaço está claramente demarcado: os quatro visitantes estão agrupados no canto da cena observando a celebração dos indígenas. Chama atenção o espaço aberto no centro da imagem entre os índios e os europeus: ninguém o preenche demonstrando a clara área de concentração daqueles que não fazem parte do ritual. Quanto a isso, vale observar que quem coordena o festejo são os homens, cabendo às mulheres o cuidar dos filhos ou a mera observação e, dentre eles, aquele que comanda o ritual é visivelmente o mais velho, indicando uma ocasião de forte hierarquia social. Vale notar que o velho índio serve os homens que estão mais próximos do vaso, permitindo pressupor que sejam eles os homenageados na ocasião. A ação é dramática, em certa medida tensa, como se desprende do olhar que o índio principal lança sobre o grupo de estrangeiros. No entanto, os outros integrantes estão concentrados no que ocorre dentro do vaso em torno do qual eles se encontram. Mesmo os que estão mais longe (há um casal dentro do barco), olham para o que faz o “principal”. Os europeus, por sua vez, observam tranquilamente a cena, com exceção do que está na frente deles separando-se dos indígenas, de costas para o ritual, apontando para ele, indicando certa relação de distanciamento entre as duas culturas e para certo exotismo da indígena. Juntos da maloca e do tronco grosso e liso, os europeus se aglutinam separando-se dos indígenas nus da natureza ameaçadora, demarcação feita por uma frondosa bananeira. Vale notar que há um negro atrás dos europeus, vestido como eles, como que dando suporte à sua chegada ao novo local. Além da disposição espacial, é a postura corpórea, a feição e a vestimenta que acentuam a distância entre os agentes, apontando para certa imponentia dos europeus. O único homem que está sentado é um branco, apontando para certo

domínio da natureza, o que também se pode pressupor pela limpeza de suas roupas – em mata fechada, o que justifica a limpeza das vestimentas senão certa habilidade para andar no meio do mato? Portanto, os brancos são capazes de dominar a natureza sem lutar com ela, diferente dos indígenas que caçam e coletam para sobreviver. Portanto, olhar superior do europeu, seguro de sua proeminência que é condição para incluir os indígenas nos quadros classificatórios. Nesse período, está em curso o projeto de recolonização do Brasil por parte de Portugal, projeto que, no entanto, mudou de feição com a independência. O interesse em conhecer o território fazia sentido para um Estado interessado em otimizar a exploração das riquezas. A tela portanto atende às necessidades simbólicas da sociedade brasileira em que chegaram Spix e Martius, sociedade interessada em civilizar a experiência etílica dos povos indígenas da região amazônica que entretanto insistia em resistir até aquele início do XIX. Portanto, a cauinagem, ação exótica e pouco integradora, compromete a interação dos agentes civilizadores com os atores da tribo. Daí a legitimidade em extirpá-la para garantir o contato entre os povos.

Convém referir que os viajantes que percorreram nosso território tinham a missão de descrevê-lo e dá-lo a conhecer aos europeus. Ou seja, trata-se de fontes que contém pistas de como o imaginário europeu representava os trópicos. Segundo Ângela Domingues, na Europa esta literatura eurocêntrica tem o objetivo de estabelecer uma posse intelectual e abstrata de um saber e da natureza¹⁷². As experiências de viagens relatadas pretendiam criar aos leitores um sentimento de veracidade e credibilidade. Dar a conhecer o território brasileiro à elite européia, tornar melhor conhecida a ocupação, os costumes, as artes e produtos destes lugares, estes os objetivos dos relatos. Todavia, mais do que servir à curiosidade pelo exótico, esta literatura informava as academias

¹⁷² Ângela Domingues. *O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII*: produção de discursos sobre o Novo Mundo. Revista Brasileira de História, vol. 28, n 55, ANH, São Paulo, 2008.

aristocráticas ligadas à navegação transatlântica e ao comércio internacional a possibilidade de comercialização e transformação das matérias-primas brasileiras em fonte de lucro considerável. A ciência, as viagens científicas e a divulgação dos resultados eram, para além do mais, um instrumento dos Estados europeus para legitimar o poder territorial e soberano sobre os seus domínios coloniais ou o domínio comercial sobre as colônias de outros países e de outras zonas do universo da época¹⁷³.

Ora, a forma como se dava a ver a experiência etflica destes povos era de grande interesse para estes possíveis investidores europeus. Talvez não seja absurdo conjecturar que descrevê-la de um modo tal que justifique sua destruição ou, ao menos, que ela não comprometa os rendimentos destes comerciantes é algo importante a estes homens. Em todo caso, é preciso admitir que ao descrever a festa de embriaguez dos coroados da

¹⁷³ Ângela Domingues. Op. Cit.

imagem acima, estes viajantes dão pistas de que o ritual da cauinagem é bastante organizado, pois o chefe é quem dita o ritmo e dá o tom; a sessão, além de reforçar a coesão do grupo, serve para demarcar hierarquias, pois só bebem depois que o chefe beber e apresentar sua cuia. Além do mais, na festa tinha dança, que se caracteriza por movimentos sincrônicos e treinados, o que permite inferir que se tratava de ocasião em que havia preparação prévia sendo, portanto, atividade extra-cotidiana e tradicional. O local da festa era espacialmente demarcado indicando que este também fazia parte do ritual, pois não se pulverizava em qualquer lugar. A subdivisão era marcada pelo “principal”, assistentes em volta da panela com cauim, demais participantes e, finalmente, o europeu (estrangeiro amigo) que observa. Logo, a seqüência é bem definida: primeira a dança, depois o chefe prova cauim, recomeço das danças e cantos, nova ingestão do chefe e depois todos bebem. Por fim, conclui: “a bebida tem sabor semelhante ao de nossa cerveja de malte; tomando-se muito, embriaga, efeito que no fim da festa se percebia de sobra pelos pulos desordenados e pelo canto delirante de li-lá-lá”¹⁷⁴. Disto infere-se que a bebida fermentada, provavelmente fermentada de milho ou mandioca. Como já é sabido, o ritual termina em embriaguez generalizada devido à ingestão excessiva da bebida nesta ocasião. A caracterização de desordenada e delirante as ações dos indígenas ébrios indica a desaprovação do europeu ao depositar seus valores de moderação sobre o que via na América. Logo, a descrição apenas confirma o que a imagem quer mostrar. A embriaguez indígena era barreira que impedia a aproximação do estrangeiro.

A relação que interessava aos estrangeiros estabelecer com os indígenas, não é novidade, era pragmática. Dentre outras ocasiões, os coroados eram mobilizados para colher a ipecacuanha e, às vezes, tinham de caminhar doze léguas distantes de suas

¹⁷⁴ Spix e Martius. Op. cit. 196.

aldeias para pegá-la¹⁷⁵. Para conquistar a confiança dos indígenas, os colonos faziam-lhes “muitas promessas”. Com isso, alguns se aproximam e para os quais, diz o relato, “lhes oferecemos cachaça”¹⁷⁶. Isto parece-nos importante: a bebida encontra-se no interior de uma estratégia de convencimento do indígena. Convencimento de que os colonos não eram inimigos e que tinham o que lhes interessavam. Nesse bojo, a cachaça aparece como expressão de boas-vindas e agradecimento pela concessão em ir até onde estavam os colonizadores e esconde que serve à manipulação do indígena. Não se trata de pintar o colonizador como um monstro, mas apenas reconhecer sua categoria que aqui significa aquele que colabora com uma estratégia de dominação com vistas a inserir os indígenas ébrios na condição de empecilho à conquista. Não por outro motivo, em busca de plantas medicinais na floresta (como a própria ipecacuanha também denominada “verdadeira poaia”), relata-se a mobilização de índios e negros escravos que durante todo o ano a coletava, especialmente após o período das chuvas porque o solo úmido facilita que se extraíam as raízes. Uma vez arrancadas, elas são lavadas e reunidas em feixes, secas ao sol e vendidas aos fazendeiros da redondeza ou aos ervatários vindos do Rio de Janeiro e dos Campos dos Goitacazes, ou seja, a coleta regular era feita para suprir a troca demandada dos colonos. O preço dos índios é pago com cachaça, utensílios e ferro, panos de algodão, etc¹⁷⁷. Isto quer dizer que existia comércio de plantas entre índios e colonos mediados pela moeda de troca cachaça. Então, a colonização implicava na atribuição de maior valor de troca a determinadas

¹⁷⁵ Spix e Martius. Op. Cit., p. 221.

¹⁷⁶ Spix e Martius. Op. Cit., p. 221.

¹⁷⁷ Continua o relato afirmando-se que: “Asseguram-nos que esses filhos das selvas aprenderam o uso da poaia com a irara, uma espécie de fuinha, a qual, ao engolir muita água suja ou salgada de riachos ou lagoas, tem o costume de mastigar as folhas e raízes dessa planta para provocar vômitos. Talvez isso não passe de uma das muitas lendas que os portugueses aceitaram dos índios, sem verificação. Aqui, assim como em todo o Brasil, é geral o hábito de tomar a ipecacuanha em infusão fria depois de a raiz ficar doze horas de repouso e, em geral, a dose é maior do que na Europa porque a raiz fresca ainda contém muita água”. Spix e Martius. Op. Cit., p. 222.

plantas da flora americana e no estabelecimento de uma hierarquia de plantas preferidas – algo semelhante ao que se passou nas regiões de colonização espanhola.

Muito embora os indígenas não tenham sido vítimas passivas dos colonizadores, o que se pretende indicar é que os relatos de viajantes tinham compromissos opostos aos dos telúricos e que suas descrições não podem ser tomadas com descrições reais do cotidiano colonial. E isto nos interessa porque neste conjunto documental há informações sobre as condições de ingestão de bebidas na sociedade colonial. Estes dados devem ser examinados, ou melhor, devemos fazer uma leitura histórica deste tipo de fonte para a aproveitarmos da melhor forma possível. Por isso, insistimos em analisar a aparência das descrições acerca dos usos de aguardente pelos grupos indígenas e escravos. Quando narra o que ocorre com o africano recém aportado na América lusitana, Freireyss alega que eles chegam ao seu novo dono que os batiza, dá-lhe roupas e depois disso começa seu período de trabalho. Em condições não tão duras e quase não mal-tratados, não é raro que suas condições melhorem ainda mais¹⁷⁸. Na sequência, ficamos sabendo que

As relações entre os donos e os escravos são reguladas por lei e o escravo criminoso é julgado pelas leis do país. Por faltas pequenas, o próprio dono pune o escravo, mas deste poder abusam muitos, sendo muitas vezes o motivo de vingança ou de fuga por parte dos escravos. Não é raro o escravo saciar-se no sangue do seu tirano e pode-se aqui tomar a palavra ‘saciar’ no seu sentido próprio, porque, em 1813, na proximidade do Rio de Janeiro, vários escravos que tinham assassinado os seus senhores, misturavam o sangue de suas vítimas com a aguardente e bebiam¹⁷⁹.

Pela leitura é possível inferir que o dono do escravo tem direito de lhe impor a lei mas que muitos senhores extrapolam na violência dispensada ao escravo – abusam do poder

¹⁷⁸ Depois de chegar e ser recebido por seu dono, “começa então o segundo período da vida dos escravos. Não é raro, porém, que as suas condições não melhorem, mas em geral não é mau o tratamento deles e o trabalho muito menos duro do que se costuma contar. O mais feliz é aquele que é destinado ao serviço doméstico, sendo o trabalho da fazenda de cana e das minas o mais penoso”. Freireyss, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 134.

¹⁷⁹ Freireyss. Op. cit., p. 134.

de classe, em suma – e isto era prática disseminada entre os senhores. Ao que os negros reagem fugindo ou se vingando contra seus donos injustos. Portanto, a relação só se desequilibra devido ao senhor abusado. A vingança narrada ocorreria fora da cidade em uma espécie de reunião de escravos organizados para assassinar o senhor – o que indica que a violência servia para aproximar os escravos. Disto importa-nos a impressão de que interessa à fonte demonstrar a barbárie dos escravos e tornar aceitável as investidas de controle e repressão a suas atividades, dentre elas, a proibição de que eles consumissem sua aguardente - bebida pelo visto associada a esta categoria social. Melhor dizendo trata-se de uma tentativa de aproximar a ingestão de aguardente a atos de violência realizada por negros, ou ainda, a descrição deste episódio estimula a naturalização da selvageria dos escravos, contribui para que eles sejam aceitos como brutos e violentos e que, portanto, reprimi-los e explorá-los é legítimo. Devemos destacar que a aguardente contribui para compor esta percepção: a descrição do episódio de vingança fortalece o processo de desumanização (ou animalização, que fica patente pela função do termo “saciar”) do negro e de criminalização da ocasião de consumo da aguardente. Em resumo, ficamos com a impressão de que é como se o autor dissesse que o senhor é violento, mas isto não justifica a reação animalesca do escravo. O trecho pretende legitimar a escravização de negros utilizando-se da referência a um episódio vampiresco e da inserção da aguardente como substância que cristaliza tais atos, como se a bebida com sangue fosse o ápice da prova de animalidade dos escravos.

Em trecho no qual argumenta pela manutenção da escravidão, Freireyss alega que em liberdade os “negros libertados eram muito mais infelizes depois de terem deixado os seus senhores”¹⁸⁰. Se livre,

¹⁸⁰ E continua: “Pela escravidão perderam o sentimento da conservação própria; havia anos que já não tinham de cuidar das suas necessidades e as idéias de prosperidade, já bastante resumidas no negro, estavam completamente apagadas”. Idem, p. 136.

trabalha ele somente quando a mais extrema necessidade o obriga e o ganho serve-lhe apenas para satisfação do desejo de beber; permite-se igualmente toda espécie de vícios, um vício segue o outro e, finalmente, doente e sem amigos que o socorram, está ele reduzido à miséria. Até a tranquilidade pública é muitas vezes perturbada por estes libertos, do que são testemunhas as cadeias¹⁸¹.

Liberto, o escravo se entregaria a todos os tipos de vícios. Portanto, negro bom é negro escravo. Há uma proposta de legitimar a escravidão partindo do princípio de que ela ocupa os negros, ela dá-lhes o que fazer, preenche seu tempo livre. O argumento é que os negros libertos tinham dificuldades para se adaptar à vida social longe de seus senhores. Diz o texto que os negros libertos não têm disciplina no trabalho, tornam-se vagabundos (ou melhor, a liberdade acostuma o negro à vadiagem). Diz também que o negro só trabalha para comprar bebida e que ele bebe para satisfazer um desejo. Logo, no raciocínio do agente colonizador, a possibilidade de comprar bebida é o único atrativo que faz o negro liberto trabalhar. A impressão do texto é que o negro não trabalha apenas por falta de ânimo de sua parte. De toda forma, do texto desprende-se o primeiro passo para degradação do negro é sua libertação, o segundo é o contato com a bebida, o terceiro é a generalização dos vícios até chegar à miséria e/ou à prisão. De tudo isso, o que mais me interessa é o argumento de que a bebida é o único atrativo que convence o negro liberto a dispor sua força de trabalho. Todo trabalho serve como um meio para conseguir a bebida que, por sua vez, é a porta de entrada para os outros vícios que levarão o escravo à miséria e à perturbação do sossego público. Neste início de XIX, nada mais adequado ao discurso oficial para tentar conter o consumo de bebidas e repor a aceitação da violência perpetrada contra os escravos, do que alegar que o regime

¹⁸¹ Ibidem, p. 138.

escravista evitava a preguiça e o perigo ao sossego público da burguesia medrosa luso-americana.

Outra pista que indica esta ideologia da embriaguez e a incapacidade do europeu para compreender a lógica da experiência alimentar e alcoólica dos indígenas (e escravos) emerge no seguinte trecho:

Insensível aos prazeres do paladar, dado sobretudo à alimentação animal, o índio, em geral, é sóbrio, e, sem respeito a horário, contenta-se com atender à necessidade de refazer-se; até frequentemente jejua por comodidade. De outro lado, porém, quanto à bebida, é apaixonado da sua vinhaça ou da cachaça, quando a pode obter. Taciturno, dócil no serviço dos brancos, tenazmente perseverante no trabalho obrigatório, não se encolerizando com modo algum pelo qual o tratam, porém suscetível de rancor demorado, **o índio, como costumam dizer os colonos, nasceu para ser mandado** [grifo nosso]”¹⁸².

Portanto, o índio era dócil e de fácil controle e o escravo seria bem aproveitado se mantido no mundo do trabalho. Em suma, estas descrições ideológicas (e fascistóides, com o perdão do anacronismo) povoaram a explicação do etilismo da sociedade colonial. É o que fica sintetizado em afirmações como: “O brasileiro é sóbrio, mais ainda no beber do que no comer e, com efeito, talvez em nenhum outro país haja tão poucos bêbados como no Brasil. Outros vícios são, por isso, mais freqüentes”¹⁸³. Disto podemos concluir que o autor não só fora incapaz de compreender o regime etílico vigente na América lusitana, mas também que estas afirmações pouco nos dizem a respeito dos usos sociais do álcool na América lusitana, sem falar que esses viajantes estiveram no Brasil em expedição que fazia parte do projeto português de recolonização do território. Assim sendo, é lícito pensar que a representação tecida do que foi visto na América esteja comprometida, mesmo indiretamente, com esta causa. Plausível é ressaltar que a embriaguez desequilibrada, fechada e perigosa dos índios e negros e a

¹⁸² Ibidem, p. 231.

¹⁸³ Ibidem, p. 116.

sobriedade do “brasileiro” são interessantes a um Estado interessado em intervir na América para levar a cabo seu programa de colonização – no limite, talvez seja o caso de afirmar que estas descrições cumpriam função legitimadora exploração colonial e propagandística da colônia na Europa¹⁸⁴.

¹⁸⁴ Referências semelhantes são encontradas no texto de Cascudo examinado no primeiro capítulo desta dissertação: “Atenda-se que o brasileiro é devoto da cachaça mas não é cachaceiro”. Afirmação baseada na obra de August de Saint Hilaire, onde se lê: “Não se deva supor, todavia, que o gosto desses homens pela cachaça os conduza frequentemente à embriaguez. Apresso-me a dizer, em louvor não só dos goianos, como ainda dos habitantes do Brasil em geral, que não me lembro de ter visto, no decorrer das minhas longas viagens, um único homem embriagado”. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*, 2º, São Paulo, 1937, Apud Cascudo, Op. Cit., p. 41. Uma preocupação em fazer o relato nestes termos parece mais adequada a fixar uma imagem de Brasil promissor do que interessada em descrever a realidade social dos usos de bebidas nas paragens visitadas, em suma, estamos diante de descrições das aparências do fenômeno.

Capítulo 5. As tensões em torno das formas de beber na sociedade colonial

Neste capítulo final desdobramos um pouco mais a cartografia do tema tentando ao menos indicar algumas das principais categorias envolvidas na produção, distribuição, consumo e regulação da aguardente no século XVIII luso-americano. Atenção especial foi dedicada ao conjunto de questões ligadas ao controle social do uso de bebidas pelos escravos e homens livres pobres. Insistimos que foram os padres e visitantes aqueles que se encarregaram com mais afínco de normatizar os modos de beber dos fiéis e infiéis e que o valor moderação cumpriu a função ideológica de velar as condições materiais em que se assentavam o uso de bebidas alcoólicas no período estudado. Isto provocou conflitos e negociações que tentamos pontilhar.

*

Parece justo considerar que os médicos e cirurgiões não tinham a primazia do direcionamento dado às formas de julgar o comportamento alcoólico dos integrantes da sociedade colonial. A orientação mais fortemente seguida vinha dos representantes da Igreja na América, tanto dos padres quanto dos visitantes do Santo Ofício. Como ficou indicado na carta do jesuíta João Brawer a embriaguez indígena não seria tolerada no interior das missões e, para abafá-la, a vinda de um visitante inquisitorial era possibilidade à vista. Então, parece-nos que se quisermos descrever o processo de domesticação da ingestão de bebidas alcoólicas naqueles lugares é forçoso examinar o modo de relacionamento que estes homens estabeleciam com aqueles que escapavam da regra moral cristã do uso moderado – até porque a religião cristã era um forte

instrumento de regulação social na América Lusitana do período¹⁸⁵. Uso moderado que não era hegemônico, mas que certas escolhas favoreceram sua vitória, quais sejam, a da opção pela escravidão, a imposição da ideologia do cristianismo e a vigência de um conjunto de variáveis necessárias à adequação dos costumes da mão-de-obra às necessidades do trabalho na colônia. Como estes elementos se articularam e a relação deles com as formas de beber dos diferentes grupos é o que tentaremos demonstrar.

A religião cristã também se responsabilizou para com os bêbados e teve papel considerável na atribuição de representações e na tomada de atitudes para a formação e conseqüente repressão a esta categoria social. Quando vieram fazer as visitas requeridas pela Inquisição portuguesa, os padres jesuítas relataram algumas denúncias que dão aspectos que nos parecem reveladores. Segundo Vainfas, os religiosos insistiram na difusão e preservação do casamento como forma adequada para a vida em comum entre homens e mulheres da colônia. Todavia, no real vivido do sertão houve circunstâncias imprevistas que comprometeram a fiel consecução dos papéis sociais planejados. Alguns maridos mineiros que escapavam do papel austero que lhes cabia o matrimônio foram classificados nas visitas como responsáveis pela ‘má vida’ de suas mulheres. As violências conjugais desconheciam posição social, como o caso de um juiz de Cachoeira que “muitas vezes se embebeda e por essa razão dá má vida e pancadas a sua mulher que é honrada (...)”¹⁸⁶. E há notícias de um preto forro de nome Bartolomeu que, casado com a preta forra Antonia Coelha, tinha “bulhas” com sua esposa por andar vadiando e “tratando” com outras mulheres. Na mesma acusação de comprometer o casamento, “cairia um pardo forro que ‘costuma-se embebedar e por razão de tal bebedeira dá má vida a sua mulher e roga pragas a si mesmo, dizendo que o

¹⁸⁵ Ronaldo Vainfas. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

¹⁸⁶ AEAM, Livro Z-10 (1762-9), fl. 10, apud Luciano Figueiredo. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 88-9.

diabo o leva em corpo e alma”¹⁸⁷. Ora, explicar que foi o diabo que provocou o efeito de o homem bêbado bater na mulher contribui para esconder as razões sociais que levavam os homens a beber e a cumprir o papel de marido. Logo, contribui para reforçar a explicação ideológica da violência provocada pelo estado de embriaguez. Portanto, desta forma os inquisidores colaboraram para demonizar o Novo Mundo e, portanto, colaboram para reforçar a legitimidade da exploração de seus habitantes. Explicar que era o diabo e não a pobreza, a miséria, a fome que levava à embriaguez desativa a revolta e colabora para a anulação de conflitos.

Em tempo, estamos considerando que não era a embriaguez que comprometia a ordem social na colônia, mas que esta ordem é que era impraticável sem desvios, sem embriaguez. Não é à toa que a capitania mineira era onde muito se bebia¹⁸⁸. Ou melhor, não é à toa que os inquisidores se preocupavam com os homens livres, ainda mais os forros, pois estes representavam ou deviam representar o horizonte de expectativas da realização social dos escravos. Por isso, os inquisidores atacavam a embriaguez de homens livres ou libertos, sobretudo, porque aquele modo de organização social deveria se impor e ser aceito em especial pelos escravos. Desta maneira, os visitantes cristãos usavam suas forças para verificar a sobriedade, criminalizar sexualidades desviantes,

¹⁸⁷ AEAM, Devassas, 1734, fl. 17v, apud Luciano Figueiredo. *Barrocas Famílias...*, p. 89. Enfim, como esta sociedade conseguiu dar à embriaguez o sentido de desvio e ao bêbado o estatuto de exclusão? Como tentaremos indicar, esta fonte contribui para transformar em pecado a embriaguez, pois seus atos fazem agir de modo oposto ao que se espera de um cristão fiel aos preceitos da Igreja. Pecar é tornar peco, definhar; logo, embriagar-se nesse caso é definhamento, entorpecimento, incapacidade de seguir as leis de Deus. Portanto, se não é Deus quem o leva, quem o faz é o Diabo. Indica com isso a pressão para que o pardo dê explicações de sua conduta inadequada perante as leis de Deus.

¹⁸⁸ Segundo Mafalda Zemella, tanto a aguardente quanto o tabaco eram produtos de vital importância nas minas. Em suas palavras, “os escravos podia viver mal vestidos em mal alimentados, porém, jamais poderiam passar sem sua dose diária de aguardente e sem um naco de fumo”, sobretudo os que trabalhavam nas faisqueiras, tabuleiros e grupiarias. As duas substâncias cumpriam a função de “suavizadores dos trabalhos das minas”. Informa-nos que revoltas e reivindicações pela legalidade da venda da bebida eram freqüentes na capitania e que, em documento da Câmara de Vila Rica no ano de 1789, acusava-se para a comarca o consumo de 80 mil barris da bebida por ano. Mafalda Zemella. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 186-193.

valorizar o casamento e reprimir a feitiçaria¹⁸⁹, cumprindo assim a função precisa de regular a normatividade social, função de definir a norma a ser seguida. Em suma, quando os padres e visitantes estabelecem que a bebedeira é um problema demoníaco, eles pretendem reduzir ou até eliminar o espaço para se perguntar o que levava aqueles homens a beber e, na esteira de Paul Veyne, o historiador deve se perguntar sobre o que para os homens do período estudado não pedia explicação, ele deve pretender explicar como a normalidade de uma época fora constituída¹⁹⁰.

Em todo caso, se é verdade que o marido batia na esposa quando naquele estado, não podemos ter certeza, pois, como informa Luis Mott, em inúmeros processos, tanto de sodomia quanto de blasfêmia, solicitação *ad turpia* e outros crimes do conhecimento do Santo Ofício, os inquisidores habitualmente perguntavam o estado de consciência dos réus por reconhecerem que deviam ser relevadas ou consideradas menos graves aquelas faltas cometidas sob forte efeito da bebida¹⁹¹. É o que percebemos ao ler a carta redigida em março de 1753 no Rio de Janeiro por um minerador que envia à Inquisição lisboeta o que segue: “Eu, Bernardo Gomes da Costa, me denuncio perante Vossas Mercês da culpa abaixo expressada: estando fora do juízo por demasia de vinho, chamei ao escravo mina Francisco, de Goiás, estando nas minas de Paracatu, sendo paciente do negro há três anos passados, não tendo confessado antes por estar preso”¹⁹². A carta é uma confissão redigida pelo próprio autor e enviada à Inquisição. Isto sugere que havia uma pressão social que não tolerava atos homossexuais. O fato de o sujeito nomear-se culpado pode indicar certa estratégia para escapar de penas mais severas – e como dá o nome inteiro indica que não era escravo, o que talvez possa explicar o fato de poder

¹⁸⁹ Ronaldo Vainfas. Op. cit., p. 345 a 347. A inclusão da exigência da sobriedade neste quadro de condutas repreensíveis, é importante ficar claro, é por nossa conta.

¹⁹⁰ Paul Veyne. Op. Cit., p. 91-94.

¹⁹¹ Luis Mott. *In vino veritas: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-americanos à época da Inquisição* em Renato Pinto Venâncio e Henrique Carneiro (orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil...*, p. 60.

¹⁹² ANTT, II, 20 Caderno do Nefando, 149-7-698, fl. 138 apud Luis Mott. Op. cit., p. 68.

dirigir-se diretamente à Inquisição. A primeira informação que dá é a que estava “fora do juízo por demasia de vinho” justamente para alegar a situação excepcional em que se encontrava, situação na qual seu “juízo” estava suspenso. Se de fato o sujeito estava fora de si não podemos garantir, o que se pode inferir é que a Inquisição dava como legítimo e excepcional esse estado, mas por que? O que garante à embriaguez este argumento de autoridade que exime ou atenua a punição? Antes de encaminhar a resposta é preciso considerar que conforme esta e outras fontes fornecidas por Mott¹⁹³ os réus tinham em vista que a confissão da embriaguez atenuava a prisão. Bem, mas a punição atenuada é a da sodomia e não a da embriaguez. Então, podemos inferir que a embriaguez não era alvo inquestionável de punição; não era alvo de perseguição sistemática na sociedade colonial.

Ainda assim, a resposta à questão talvez esteja justamente no dado “fora do juízo” – o que indicaria outra forma de julgar, semelhante ao que o padre alemão João Brawer reconheceu nos índios de Ibiapaba. Em ambos os casos quem resolve é a Inquisição. Forma de julgar não aceita, mas atenuada se a ponte que a acessa é a embriaguez. No entanto, os inquisidores não podiam condenar totalmente o consumo de vinho porque eles também o usavam em seus ritos – se fosse aguardente a história talvez fosse outra, no caso da confissão acima. O que era condenável então é o que seu consumo gerava e como não se sabia com precisão a quantidade que os indivíduos podiam bebê-lo sem alterar sua percepção, o “termômetro” eram as práticas, as condutas – e uma das

¹⁹³ O autor noticia fontes que informam a preocupação dos visitantes em perguntar se os réus estavam sóbrios no momento em que cometeram a falta. Em outro trecho, assinala Mott que “em Ouro Preto, no ano de 1735, Lourenço Ferreira Esteves, seringueiro, natural de Vila Real, entregou carta ao comissário do Santo Ofício local dizendo que ‘por temor do castigo e por temor que os seus escravos o declarem, confessa que turbado com aguardente, cometeu sodomia com os seguintes seus escravos: José Muria, Teresa, angolana; Inácio, Mina; Mariana, angolana; e três vezes com o moleque Antonio”. Luis Mott, Op. Cit., p. 61-62.

condutas inaceitáveis era a sodomia¹⁹⁴. Portanto, o estado de embriaguez era condenado porque nele, os agentes cometiam atos que comprometiam a imposição da moralidade cristã nos trópicos, como brigas entre cônjuges, relações homossexuais, transgressão da doutrina e com festas profanas. Para os padres então, o estado de ebriedade era problemático porque era o gatilho que disparava as ações que transgrediam a doutrina e, mais até, porque perturbava o “sossego público”, dificultando com isso não só a catequização, mas o projeto português de controle social.

Como ficou indicado, a experiência colonial de consumo alcoólico foi em parte assentada sobre a relação entre embriaguez e presença do diabo. Se considerarmos que natureza edênica, humanidade demonizada e colônia vista como purgatório foram as “formulações mentais com que os homens do Velho Mundo vestiram o Brasil nos seus três primeiros séculos de existência”¹⁹⁵, ficaremos mais próximos de entender o lugar reservado à forma de repressão a quem se embriagava nas Minas coloniais. A representação do demônio encarnado no ameríndio é o que dava o sentido infernal da colonização. Seu tipo físico, cor e costumes se associavam à animalidade e humanidade diabólicas dos monstros medievais europeus, transpostas para os trópicos quando os colonizadores se depararam com a selvageria, a nudez e a antropofagia daqueles povos. Havia três níveis que expressavam a percepção que tinham os europeus dos indígenas americanos, todos depreciativos: primeiro, o índio era adjetivado como “bárbaro”, cujo incesto, o canibalismo e a nudez eram comportamentos que o comprovavam; segundo, aparece sua “animalidade”, que dificultava a conversão pois tratava-se “de uma maneira de gente de condição mais de feras bravas que de gente racional”¹⁹⁶; por fim, aparece o

¹⁹⁴ Mott ainda dá notícia de alguns casos em que os sodomitas apontam a mistura da ingestão de aguardente com o uso do ‘pito’ (não se sabe se tabaco ou maconha) como responsável pela perda do juízo. Luis Mott, Op. cit., p. 64-5.

¹⁹⁵ Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*..., p. 84-5.

¹⁹⁶ Idem, p. 64.

terceiro nível em que se considerava o indígena como demônio: “uma gente ‘notável’ pela barbaridade de seus costumes e pela fereza do seu natural”¹⁹⁷. Conforme diagnostica a historiadora Laura de Mello e Souza:

constatada nos hábitos e na vida cotidiana, confirmada nas práticas mágicas e na feitiçaria, a demonização do homem colonial expandiu-se da figura do índio – seu primeiro objeto – para a do escravo, ganhando, por fim, os demais colonos. [...] A catequese e as medidas ‘normalizadoras’ das autoridades coloniais e dos dignatários da Igreja, a ação do Santo Ofício somaram esforços no sentido de homogeneizar a humanidade inviolável, animalesca, demoníaca do Brasil colonial. Cumpria ‘corrigir o corpo do Brasil’, afastar as populações do demônio e aproximá-las de Cristo, amansando-as¹⁹⁸.

Dá ser legitimada a investida cristã sobre as cauinagens e sobre a bebedice dos indígenas, escravos e colonos: elas expressavam a presença do demônio que deveria ser extirpado.

Ao tratar das relações entre senhores e escravos, que eram o foco principal das tensões que permeavam a sociedade luso-americana na passagem do século XVII para o XVIII¹⁹⁹, os jesuítas passaram a se ocupar sistematicamente com a organização de projetos de regulação social. E, ao descrever os padrões ideais de comportamento que deveriam observar os senhores de engenho, Antonil dá pista de que participa da mesma lógica demonizadora. O temor que as autoridades tinham de uma revolta escrava, sem falar nas diversas formas de resistência como o assassinio do senhor, as fugas para os mocambos ou para os matos, o suicídio, o aborto, as práticas fetichistas configuradas nas “*artes diabólicas*” e no “*feitiço*”, além da embriaguez, determinaram tais projetos²⁰⁰. A escala da pressão para que os agentes coloniais se convertessem ao cristianismo é expressa quando o jesuíta italiano recomenda que o primeiro oficial a ser escolhido no

¹⁹⁷ Ibidem, p. 65.

¹⁹⁸ Gandavo. *História da Província de Santa Cruz*, p. 131 apud Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra...*, p. 71.

¹⁹⁹ Rafael de Bivar Marquese. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999, p.52.

²⁰⁰ Alice P. Canabrava. *João Antonio Andreoni e sua obra em Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p.59

engenho seja o capelão, cujas obrigações são de evitar que os escravos cometam o pecado moral e de impor a lei segundo a qual

são dignos de abominação os feiticeiros e curadores de palavras, e os que a eles recorrem, deixando a Deus, de quem vem todo o remédio; os que dão peçonha ou bebidas (como dizem), para abrandar e inclinar as vontades; os borrachos, os amancebados; os ladrões, os vingativos, os murmuradores e os que juram falso²⁰¹.

Trecho curto, mas importante. Primeiro, indica que havia um comportamento social abominável, informando que o autor dirá como as coisas devem ser no tocante às crenças no interior do engenho. Além disso, indica que os feiticeiros eram conhecidos pelos escravos, tinham adeptos entre eles, mas que não seriam aceitos, pois o cristianismo é a única religião legítima para normatizar a vida social. “Peçonha” refere-se a substância que altera ou destrói funções vitais. Peçonha e bebidas são aproximadas enquanto produtos que abrandam ou “inclinam as vontades”, ou seja, enquanto substâncias que alteram a percepção dos indivíduos, logo, os escravos faziam e usavam misturas que serviam de aliciantes para manipular seus pares. É provável que os escravos usassem tais elementos entre si como instrumento de negociação e de manipulação, escapando, com isso, da gerência dos senhores, padres e capelães. Podemos inferir também que havia beberões (“borrachos”) entre os delitos morais: embriaguez e concubinato eram crimes no mesmo patamar de abominação. Isto nos permite questionar o que autoriza esta aproximação. O que havia em comum de relevante entre ambos? Vale lembrar que a mancebia era prática generalizada na colônia, fruto da falta de escolha dos pobres que viviam, em sua grande maioria, num mundo instável e precário. Estar concubinado “era contingência da desclassificação, resultado de não ter bens ou ofícios, da fome e da falta de recursos, não para pagar a

²⁰¹ André João Antonil. Op. cit., p.149.

cerimônia de casamento, mas para almejar uma vida conjugal minimamente alicerçada segundo os costumes sociais e a ética oficial”²⁰². Portanto, a aproximação talvez esteja na proximidade da condição de existência de ambos os tipos de pecadores. Seja como for, o excerto estabelece uma hierarquia entre atos abomináveis: os dois primeiros referentes às influências sobre um maior número de escravos provavelmente; os outros relativos a casos individuais, aproximando o ébrio a ladrões, vingativos e “murmuradores” sugerindo que a bebedice provocava atos imorais segundo as leis cristãs, algo semelhante ao verificado nas afirmações dos moralistas lusitanos examinadas no capítulo anterior.

Por sua vez, os escravos devem se persuadir de que devem respeitar tanto o capelão quanto o feitor que, no entanto, “não deve dar bater com pau neles, e aqueles que brigaram com feridas ou se embebedaram, devem ser presos para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor”²⁰³. Então, os feitores batiam no ambiente hostil do engenho em que escravos brigavam, se embebedavam e, por isso, deveriam ser punidos. Mas não pelo feitor e sim pelo próprio senhor, assinalando alto grau de hierarquização no contexto, talvez até para facilitar a introjeção da condição escrava pelos negros. Se ele fizesse algo de errado seu dono iria puni-lo, pois seria o prejudicado. Portanto, cada um com sua função e o senhor sendo aquele que concentra o poder de fazer justiça e fiscalizar a ordem, e ao escravo cabe reconhecer nele a autoridade. Quanto aos borrachos, devem ser presos e mandados castigar como merecem. De que tipo é este castigo, ficamos sem o saber. O que fica claro é que o aprisionamento não bastava. Importante destacar, todavia, que então no ambiente do engenho, a embriaguez em si era problema a ser resolvido. É o que fica claro no seguinte trecho:

²⁰² Ronaldo Vainfas. Op. cit., p. 89.

²⁰³ André João Antonil, p.152

o que se há de evitar nos engenhos é o emborracharem-se com garapa azeda ou água ardente, bastando conceder-lhes a garapa doce, que lhes não faz dano, e com ela fazem seus resgates com os que a troco lhes dão farinha, feijões, aipins e batatas²⁰⁴.

Como se vê, mais uma referência à embriaguez escrava, atingida por dois tipos de bebidas: primeiro, a garapa azeda indica que era produto clandestino, indicando resistência do escravo. Depois, a aguardente que, como informam vários autores, havia engenhos que destilavam a bebida para a troca na África e não para uso no engenho²⁰⁵.

²⁰⁴ André João Antonil, Op. cit. p.164.

²⁰⁵ Nas zonas açucareiras a aguardente ganhou função econômica diversa daquela observada nas regiões mineradoras. Stuart Schwartz em sua tese sobre a história da sociedade açucareira na Bahia, salienta que o destilo de aguardente era não só o que dava lucro aos senhores, mas também representava uma alternativa para os engenhos enfrentarem os períodos de crise. No Rio de Janeiro, como veremos durante o século XVIII, era a cachaça e não o açúcar o principal produto dos engenhos, e boa parte da produção era usada no comércio de escravos com Angola. Na Bahia, isso ocorreu em escala menor, pois a maior parte era vendida e consumida localmente. De acordo com Schwartz, “os senhores de engenho ocasionalmente afirmaram que a produção de açúcar só pagava suas despesas e que era a venda de aguardente e ‘meles’ o que lhes proporcionava a margem de lucro”. Ao estudar o engenho dos padres de São Bento, o autor afirma que “durante o século XVIII, as receitas auríferas com o açúcar vez por outra compuseram quase 70% da renda dessa ordem na Bahia”. No entanto, após 1670, “quando a indústria açucareira começou a enfrentar dificuldades, os beneditinos diversificaram suas operações, e a parcela dos rendimentos correspondente ao açúcar diminuiu para menos de um terço. Somente com o boom ocorrido em fins do século XVIII a proporção da renda gerada pelo açúcar e pela aguardente elevou-se aos níveis do início do século XVII”. O incremento da economia cachaceira quando o preço do açúcar está em queda demonstra, segundo Schwartz, “como a indústria açucareira enfrentou os períodos difíceis sem que ocorressem mudanças radicais em sua estrutura”. Expressão disso é que em 1757, havia 39 destilarias na cidade de Salvador e mais de 32 no Recôncavo, sendo todas produtoras de aguardente, boa parte da qual consumida localmente. Desse modo “os baianos bebedores apresentavam-se como alternativa aos açucareiros dos europeus”, apesar das objeções dos interesses dos vinicultores portugueses e das queixas das autoridades locais sobre seu consumo. A cidade de Salvador, que era a maior cidade luso-brasileira durante boa parte do período colonial, constituiu-se em um mercado concentrado para o açúcar e a aguardente locais. Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*/ tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 146-206. No Prelúdio da Cachaça, Cascudo apresenta dados que ajudam diagnosticar a posição do comércio de aguardente na economia baiana. Na fonte “Notícia Geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759”, do engenheiro militar baiano José Antonio Caldas, lê-se: “Deste porto para o Reino de Angola saem todos os anos para cima de doze embarcações carregadas de fazenda da Índia e Europa, águas-ardentes da terra e outros gêneros a buscar escravos e cera para o serviço desta América. Não menos serve de opulência a esta Capitania as muitas fábricas e casas de alambique das quais só pude averiguar com certeza as que existem a esta cidade, e seu termo, e as que existem nos termos das vilas próximas a esta cidade; porque as que há pelo sertão e portos de mar da sua Capitania são inumeráveis nas quais se fabricam águas-ardentes de cana, da cabeça, e da terra, gêneros que a maior parte se dá consumo na terra, e nos portos da Guiné”. Portanto, havia pequenos e grandes negociantes; produzir aguardente era importante, prestigiosa e disseminada atividade econômica em Salvador e arredores; “aguardente-de-cana, da cabeça, e da terra” me parece que se refere a 2 tipos de bebidas, às 2 qualidades de aguardentes extraídas no processo de destilação: a aguardente da cabeça é de qualidade inferior, resultante do início do processo, já a da terra seria fruto do meio da destilação, de maior qualidade. A “da cabeça”, pelo visto não era descartada indicando que se aproveitam tudo da destilação do caldo da cana e o que aponta para uma hierarquia de qualidade das aguardentes. Provavelmente a “da cabeça” era mais barata, a outra mais cara. De toda forma, eram 2 gêneros diferentes de mercadoria. Indica que o mercado

Importante ressaltar a tentativa de fazer o escravo reconhecer a vantagem de beber garapa doce, por isso, o senhor a concede a ele: isto indica a intenção de forçar o próprio negro a admitir que fosse vantagem manter a sobriedade. Talvez seja o caso de afirmar que a oferta de garapa doce pelo senhor ao escravo indique a preocupação que tem Antonil em fazer o escravo introjetar sua situação. Chegamos a isso percebendo que Antonil por estar interessado em normatizar as relações entre senhor e escravo e sabendo que a embriaguez é um problema latente nos engenhos por comprometer o rendimento da produção, sugere que o senhor organize a ocasião adequada para se beber (nos dias santos e feriados) e, além disso, que o senhor indique a melhor bebida para se consumir nestas ocasiões. De qualquer modo, a oferta da bebida não alcoólica aparece como mais uma estratégia do senhor para fazer o escravo assumir a submissão – incorporando como seu o interesse do senhor, que neste caso é o de não consumir bebida alcoólica, e sim, a garapa doce, que também serviria como moeda para os escravos conseguirem trocar por outros alimentos.

Entretanto, deve ficar claro que o confronto em torno da questão das bebidas aproximava não só os escravos, mas todos os trabalhadores do engenho. Ao informar sobre os prejuízos do senhor diante da indiferença com que olha para a ignorância do seu mestre de açúcar, Luis dos Santos Vilhena informa-nos que homens iletrados

por não poder fazer-se a necessária separação da grãa, sucede que uma grande quantidade de açúcar sai com o mel e tanto que dele se tiram infinitas caixas de bom açúcar que chamam batido; do mel de dois engenhos sei eu que se estão tirando em cada uma safra não menos de vinte caixas de açúcar em um grande lambique, onde, dos resíduos temperados e destilados se tira muita aguardente; à proporção pois, destes, atende meu Filipono, quanto

de aguardente era complexo a ponto de se distinguir no paladar as qualidades da aguardente (exigência de mercado?). Diante disso, talvez possamos supor que, na Bahia, a ingestão de aguardente-de-cana não era privilégio de escravos, sendo consumida também por integrantes de outras categorias sociais: daí a alta e disseminada produção e as exigências de distinção das qualidades do produto. Bem, se isto é verdade, quem bebia o quê, como, onde e quando? Além disso, como se bebia? Quem regulava esta ingestão?. Cascudo. Op. cit., p. 35-36.

será o açúcar, que por todos os engenhos se perde, pela ignorância dos mestres de açúcar”²⁰⁶.

Dizer que a solução do problema que ele aponta é a educação dos mestres-de-açúcar é tática para justificar a continuidade do trabalho do professor Vilhena, até porque, conforme Antonil, o mestre deve ter experiência local para saber o “lugar e qualidade da cana, aonde se planta e se mói”, sendo determinante perceber se a cana é forte, isto é, se contém muita sacarose, ou fraca, ou seja, com pouca. Isto que vai definir o tempo do cozimento. Logo, o mestre não precisa ser iniciado nas letras, deve sim ser um homem experiente e da confiança do senhor, pois sua atividade é decisiva para garantir o rendimento do engenho. Ocorre que “se o mestre se fiar dos caldeiros e dos tacheiros, umas vezes cansados, outras sonolentos e outras alegres mais do que convém, e com a cabeça esquentada, acontecer-lhe-á ver perdida uma e outra meladura, sem lhe poder dar remédio”²⁰⁷. Em todo caso, o autor da fonte nos informa que os escravos que trabalhavam no engenho desperdiçam muito mel que poderiam transformar-se em açúcar branco, os mestres estão perdendo muito do mel dos engenhos. O que ele não diz, mas podemos inferir é que este mel “perdido” na verdade é encaminhado para o destilo de “muita aguardente”. Pelo visto, este mel se perde não pela ignorância do mestre, mas ao contrário, pela sua esperteza em ser capaz de desviar parte da produção para o fabrico da bebida. Portanto, pelo visto estamos diante de uma forma utilizada pelos negros para garantir a produção de sua bebida. O mel cozido para fabricar açúcar é desviado para a destilação de aguardente. E como o açúcar era produzido por várias mãos, apesar de existirem feitores para fiscalizar o processo, é provável que este desvio do melado fosse obra de diferentes trabalhadores, uma vez que era ação perigosa e não se bebia cachaça sozinho, apontando para certa cumplicidade na hora de cometer a

²⁰⁶ Luis dos Santos Vilhena. *Cartas de Vilhena: Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*. Vol I. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922, p. 192.

²⁰⁷ Antonil. Op. cit., p. 155.

transgressão. Em suma, diante disso poderíamos afirmar que a produção da aguardente com a matéria-prima do engenho era transgressão que para ser realizada exigia a solidariedade entre os escravos. Além disso, pelo relato de Vilhena, esta situação não deveria ser ocasional.

Um observador afoito poderia concluir que esta atitude passava despercebida diante dos olhos dos fiscais da ordem no engenho. Não é o que nos informa a obra do padre Antonil, que recomendava a distribuição de bebida não alcoólica por parte do soto-mestre e do soto-banqueiro, oficiais do engenho que, além de dever enviar o açúcar à casa de purgar bem como outras funções,

deve também procurar que se faça a repartição justa dos claros entre os escravos, conforme o senhor ordenar, e que nesta casa haja toda a limpeza e claridade, água, decoada e todos os instrumentos dos quais nela se usa [...] a soldada do mestre do açúcar nos engenhos que fazem quatro ou cinco mil pães, particularmente se ele visita também a casa de purgar, é de cento e vinte mil réis; em outros dão-lhe só cem mil réis. Aos banqueiros, nos maiores, quarenta mil réis; nos menores, trinta mil réis. Ao soto-banqueiro (que comumente é alguém mulato ou crioulo escravo da casa) dá-se também no fim da safra algum mimo, se serviu com satisfação no seu ofício, para que a esperança deste limitado prêmio o alente novamente para o trabalho²⁰⁸.

Retornamos então à preocupação em conquistar o escravo convocando-o a preferir o mimo oferecido pelo senhor. Talvez este jogo de relações mediado pelas bebidas fique mais claro no trecho abaixo:

a escuma, também, desta segunda caldeira vai ao parol da escuma, e daí torna para a primeira ou segunda caldeira, até o fim da tarefa, e desta escuma tomam os negros para fazerem sua garapa, que é a bebida de que mais gostam e com que resgatam de outros seus parceiros farinha, banana, aipins e feijões, guardando-a em potes até perder a doçura e azedar-se, porque então dizem que está em seu ponto para se beber, oxalá com medida e não até se emborracharem. À derradeira espuma da última meladura, que é a última purificação do caldo, chamam claros, e estes, misturados com água fria, são uma regalada bebida, para refrescar e tirar a sede nas horas em que faz maior calma²⁰⁹.

²⁰⁸ Antonil. Op. cit., p. 156.

²⁰⁹ André João Antonil. Op. cit., p. 203.

Disto, podemos inferir que a “escuma” era desviada de seu destino previsto no engenho para os negros fazerem suas bebidas. Se eles tinham preferências quanto às bebidas podemos sugerir que eram pelas alcoólicas, sejam destiladas ou não. E, como indicado acima, as bebidas compunham o quadro de elementos de trocas não monetarizadas dos negros, indicando a existência de relações comerciais entre si não mediada pelo senhor²¹⁰. Todavia, a produção da bebida deveria ser prática clandestina com local específico e escondido dos olhos dos fiscais, com técnicas dominadas pelos escravos. Sabendo disso, o padre jesuíta insiste em recomendar a quantidade adequada para o consumo dos negros: não até “se emborracharem”. Esta é a medida tolerável para a ingestão de garapa azeda – preocupação provavelmente derivada do fato de que os escravos de engenho baiano bebiam com certa autonomia e que não existiam ações muito efetivas para coibir tal prática, sobretudo porque havia distribuição regular da garapa nos engenhos. Os “claros, ou última espuma das meladuras” são repartidos ordenadamente, no fim da primeira tarefa aos que trabalham na casa de caldeira e fornalha, no fim de outra tarefa, às escravas que trabalham na casa da moenda, depois aos que buscam caranguejos e mariscos e por fim, aos barqueiros que trazem a cana e a

²¹⁰Em trecho sugestivo retirado de Henry koster, afirma Cascudo: “Guiné, como no tempo de Garcia da Orta, era a costa d’África ocidental. Eram setenta e um, esses lambiques arrolados pelo sargento-mor engenheiro. Não citando os múltiplos escondidos, mas fecundos. Henry Koster, residindo onze anos em Pernambuco, observara em 1810: - ‘Até recentemente somente um número reduzido de plantadores possuía alambique para destilação, e se limitavam a vender o mel produzido aos pequenos destiladores. Muitas pessoas, das classes baixas, possuem um ou dois desses primitivos e rudes alambiques, dos quais retiravam relativo proveito sem muito esforço. A lenha está ao alcance da mão e dificilmente existirá um homem sem que tenha seu cavalo. As mulheres ficavam vigiando o alambique enquanto os homens se ocupavam noutras obrigações. Com a abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, grandes quantidades de aguardente (Koster escreve sempre RUM) foram exportadas para a América do Norte e os pedidos de Lisboa foram mais avultados que outrora. O preço, conseqüentemente, subiu, induzindo a vários agricultores destilar os seus meles” (Viagem ao nordeste do Brasil”, cap. XVI). Cascudo. Op. cit, p. 35-36. A crer nestas pistas é lícito pensar que havia uma rede de produção da bebida em Pernambuco e que destila-la ali era meio de vida do pobre pois ter um alambique requer baixo investimento Às vezes um alambique não era suficiente para suprir a demanda ou ela era alta e havia poucos alambiques? Ficamos sabendo também que as mulheres trabalhavam nos alambiques, indicando que fosse produção familiar. A sociedade devia ser pouco monetarizada, sendo provável que nessas paragens a aguardente fosse moeda de troca também entre os habitantes da colônia. Por fim vale questionar se houve aquecimento da economia cachaceira com a abertura dos portos. Em todo caso, é provável que houve rearranjo da sociabilidade mediada pelo álcool a partir desta abertura em 1808.

lenha ao engenho. E a distribuição sempre se repetia na mesma ordem para que todos que trabalhassem receber seu pote, “que é a medida com que se reparte este seu desejado néctar e ambrósia²¹¹”. Vale notar que nessa hierarquia de recebimento da garapa os negros são os primeiros da lista. Então, potencialmente todos os escravos podem fazer da bebida alcoólica, não sendo demasiado afirmar novamente que muitos o faziam, o que aumentava ainda mais o temor tanto do padre como do senhor quanto às desordens dos cativos, por isso a recomendação para evitar que se embebedassem. Mas por que a garapa era distribuída? O mesmo Antonil responde: “ainda que depois todos tenham sua parte na repartição da garapa, contudo, sentem muito o trabalho sem este limitado alívio entre dia²¹²”. Nesse sentido, à garapa se queria atribuir uma função recreacional, estimulando-se que o escravo a use em momentos de descanso para resistir ao excessivo trabalho no engenho – contribuindo desta forma para a reprodução da ordem escravista, como bem percebe Carlos Magno Guimarães²¹³. Além disso, ela deveria acalmar os ânimos no engenho, servindo de consolo que garante o condicionamento do escravo e, em decorrência, a manutenção do estado de coisas. Disso podemos desprender que a aparente ambigüidade expressa entre a preocupação em evitar a embriaguez dos negros ao mesmo tempo em que se serve garapa a eles aponta para a intenção de se utilizar não só de métodos violentos para incutir o controle social da escravaria. Como as relações mediadas pelo álcool deixam entrever, há uma preocupação em forçar o consentimento direcionando certos comportamentos e práticas das mais corriqueiras: tudo para domesticar a experiência ética dos escravos. Esta investida aparentemente menos agressiva sobre os escravos é, na verdade, uma

²¹¹ Idem, p.208.

²¹² Antonil dá pistas do que é feito dessa garapa ao tratar do “mel inferior”, caldo que é recolhido pelas bicas e distribuído aos escravos durante o inverno: “repartindo a cada qual cada semana um tacho, e dous a cada casal, que é o melhor mimo e o melhor remédio que têm. Outros, porém, o tornam a cozer, ou o vendem para isso aos que fazem dele açúcar branco batido, ou estilam água ardente”. André João Antonil, *Op. cit.*, p. 215-16.

²¹³ Carlos Magno Guimarães. *Op. cit.*, p. 98.

violência, pois justamente tenta controlar até a esfera de sua vida íntima. A oferta da bebida não alcoólica é tentativa de introjeção de novo comportamento alcoólico que, pelo visto, tinha pouca eficácia.

Talvez isso possa ser reforçado quando lemos o que é mandado o senhor fazer quanto ao uso da aguardente pelas “mãos e pés” do engenho:

o mel que cai das formas, depois de lhes botarem barro, torna a cozer-se, e a bater-se nas tachas, que para isso estão destinadas, com sua bacia; e se faz dele açúcar, que chamam branco batido; e dá também seu mascavado, que chamam mascavado batido. Ou se estila dele água ardente, que eu nunca aconselharia ao senhor do engenho, para não ter uma contínua desinquietação na senzala dos negros, e para que os seus escravos e escravas não sejam com a água ardente mais borrachos do que os faz a cachaça²¹⁴

Desta descrição da última etapa do processo de feitura do açúcar no qual o “mel” tem certas funções, podemos verificar que os escravos bebiam aguardente nas senzalas, portanto, fora do controle do senhor, podendo gerar atos que escapavam da normalidade adequada à produção: a aguardente era o motivo da “desinquietação” dos escravos – havia escravos que estavam sempre bêbados? De todo modo, a acepção de “cachaça” implícita neste trecho difere da que o autor informara antes, que dizia respeito à espuma resultante da primeira fervura do caldo de cana²¹⁵, portanto sem álcool. No caso acima, trata-se de uma bebida alcoólica (porque embriaga) que não é destilada, por isso, tem menor teor alcoólico, logo, menor potencial embriagante: isto significa que a embriaguez gerada por esta cachaça era mais tolerável? Supomos que sim, pois talvez ela fosse menos agressiva para os negros - na condição de “borrachos”. Talvez possamos supor que, como inclusive havia certa distribuição de garapa aos negros, a

²¹⁴ Idem, p.218.

²¹⁵ Na caldeira, o caldo ferve e “começa a botar fora a imundícia com que vem da moenda. O fogo faz neste tempo o seu ofício, e o caldo bota fora a primeira espuma, a que chamam *cachaça*, e esta, por ser imundíssima, vai pelas bordas das caldeiras bem ladrilhadas fora da casa, por um cano enterrado, que a recebe por uma bica de pau, metida dentro do ladrilho que está ao redor da caldeira, e vai caindo pelo dito cano em um grande cocho de pau e serve para as bestas, cabras, ovelhas e porcos; e em algumas partes também os bois a lambem, porque tudo o que é doce, ainda que imundo, deleita. Antonil, Op. cit., p. 201-02.

embriaguez proveniente do uso desta garapa azeda fosse menos condenada pelos senhores e padres – até porque eles não podiam ser intolerantes com o emborrachar dos escravos para não comprometer o andamento do trabalho. Talvez seja este o limite tolerável, estabelecido de acordo com o prejuízo causado na produção do açúcar, limite estabelecido tendo-se em vista um padrão de sociabilidade adequada para o bom andamento da produção, ou seja, o padrão lusitano moderado.

Dado importante para marcar o alcance das relações sociais mediadas pela aguardente é saber que as mulheres dos engenhos também se embebedavam. Antonil nos informa que as escravas que labutavam na moenda sofriam acidentes nos eixos do aparelho, como cortar os dedos, a mão ou até os braços. E

esse perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia, posto que se revezem as que metem a cana por suas esquipações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou costumadas a se emborracharem²¹⁶.

Logo, o revezamento garante a constância da moagem e as negras embriagadas se dedicavam ao trabalho no sistema de “*palitos*”, onde duas pessoas permaneciam fixas em frente à moenda, uma de cada lado, repetindo milhares de vezes ao dia os mesmos movimentos. O problema é que tal continuidade trazia desvantagens concretas na medida em que a moenda necessitava do concurso dos trabalhadores para a passagem dos roletes de cana e as escravas que exerciam essa função cansavam-se, tornavam-se sonolentas e, como se desprende do excerto adquiriam o vício da bebida. Consequências da continuidade e mecanicidade de um trabalho uniforme e destruidor do impulso

²¹⁶ Idem, p.189-190.

anímico²¹⁷. Não é por outro motivo que a recomendação era o rodízio de atividades nas moendas como forma de recuperar a capacidade de atenção e concentração dos escolhidos para esta tortura.

Estes combates em torno do álcool não eram travados da mesma forma em todas as regiões da sociedade colonial, variando de acordo com o palco em que se posicionavam os atores. Retornando à capitania mineira, encontramos vestígios destas tensões que podem ser reconstituídas de modo fragmentário na medida em que nos deparamos com a súplica de janeiro de 1738, do rendeiro Francisco Machado de Souza, morador de Ouro Fino, informando que

dando ontem licença a um seu escravo, por nome Thomas Mina, para vir ser padrinho de outro escravo novo, vindo com efeito e sendo costume entre eles, no dia do batizado fazerem sua festa que consta de alguma cachaça para os que acompanham, dada pelo padrinho e madrinha, sucedendo o escravo do suplicante vir comprar a cachaça, e encontrando-o os oficiais da Almotaxaria, o prenderam na cadeia donde se acha, sendo os mesmos oficiais a quem o mesmo escravo disse antes que vinha buscar a cachaça para a dita festa e porque nunca foi acostumado a semelhantes contrabandos, nem os bandos publicados parece se deve nos termos [ilegível]²¹⁸.

De início, ressaltamos que o rendeiro tem prestígio social para se dirigir ao Rei ou a alguma autoridade colonial bem como o direito de interceder em favor de seu escravo. Para o que estamos tentando detectar, a fonte informa que havia relações de compadrio entre os cativos mineiros e que eles não eram bebedores, diferente do que informa Antonil respeitante aos escravos do engenho por ele examinado. Além disso, o costume de ofertar “cachaça” entre os negros das Minas aponta para investimentos que reforçam laços de solidariedade – aí sim aproximando estes dos escravos do engenho. A bebida podia ser adquirida por quem tivesse uma mínima parcela de dinheiro e, como a fonte indica, ela era fornecida aos amigos a ponto de garantir algo a mais do que a simples

²¹⁷ Vera L. Amaral Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988. Em síntese, parece adequada a idéia de se pretender impor uma direção moral da conduta dos negros conformando sua forma de beber.

²¹⁸ “Súplica de um rendeiro a favor de seu escravo preso por comprar aguardente”.. *Museu da Cachaça*, Paty do Alferes – RJ, 13/ 01/ 1738.

ingestão da bebida, como tudo aquilo que está em volta do ato, que neste caso, é a festa, o encontro comemorativo que possibilitava a troca de informações e idéias²¹⁹. Parte da dimensão deste ato pode ser medida se considerarmos que nesse período o problema do abastecimento de alimentos era grave nas minas, tanto é que se dizia mais fácil alforriar um escravo, e muitas vezes deixá-lo morrer na miséria, do que alimentá-lo. Por isso, a aguardente de cana servia inclusive como incremento alimentar²²⁰ que se conseguia das “negras de tabuleiro” ou nas vendas, que é de onde parece ter comprado o escravo da fonte acima, pois ele foi em lugar específico para adquirir a bebida, do que podemos inferir que havia disponibilidade regular do produto. No entanto, vale destacar que o casal de escravos foi preso por ir com a bebida a uma festa com a anuência do seu senhor. Vale lembrar que o álcool nas festas fornecia estímulos para dar vigor aos cânticos, estreitar laços de amizade e, no limite, abria o espaço para combinar levantes ou preparar fugas. Por sugestionar esses elementos, o documento nos aponta para a ambigüidade de costumes que marcava as práticas relativas às bebidas alcoólicas no século XVIII mineiro, conforme nos alerta Julita Scarano²²¹. Crença nos poderes curativos atrelada a queixas e investidas sobre a embriaguez dos desvalidos da colônia compõem a tensão para se estabelecer um uso moderado do álcool na América Portuguesa setecentista. Pressão vinda de senhores, padres, médicos e cirurgiões e de autoridades de modo geral, com o fim de ordenar um padrão de sociabilidade moderado – indício dessa inconstância é a posição dúbia da Coroa diante dos engenhos de aguardente durante todo o XVIII, pois, ao mesmo tempo em que editava bandos e ordens régias os proibindo continuava a conceder cartas de sesmarias e licenças para a

²¹⁹ Julita Scarano. *Cotidiano e Solidariedade...*, Op. cit..

²²⁰ Julita Scarano reconhece na aguardente de cana o que Brillat-Savarin denomina “comida”, isto é, a sociabilidade que circunda o ato de beber ou comer, ato que serve não só para matar a fome mas também por ser algo prazeroso que permite o encontro. Idem, p. 68.

²²¹ Julita Scarano. *Bebida alcoólica...*, Op. cit.

ereção dos mesmos. O que se faz para implantar certo padrão – se é que o conseguem -, as disputas para dissuadi-lo e as negociações realizadas, como dissemos, é o que nos interessa pontilhar. Importante salientar que estes representantes do poder estatal lusitano se encarregavam de realizar uma espécie de gestão diferenciada das ilegalidades de acordo não com o crime que era a embriaguez, mas de acordo com a procedência do criminoso – se indígena, escravo ou homem livre – e de acordo com o local do delito. O fio condutor desta gestão seria justamente o ponto de vista do comportamento moderado do colonizador.

A prisão do escravo que comprou aguardente nos encaminha para as medidas tomadas pelo poder lusitano instalado na colônia com vistas a dar conta do problema dos usos do álcool. É o que se verifica com a sentença de José Pereira que, preso por embriaguez, deveria se apresentar a cada três meses com “uma certidão de bem-viver”, sem o que seria enviado à prisão mineira do Cuieté²²². Donde se denota que a embriaguez era argumento para se justificar a prisão também dos vadios. Como já se percebe a punição por embriaguez era negociável: ora os bêbados eram reclusos, como indica a súplica, ora soltos e obrigados a prestar contas. Mas, a prisão deste branco pobre suscita questões como: quem emitia esta “certidão de bem-viver”? Veja-se que o sujeito deveria prestar contas trimestralmente: portanto, pode-se inferir que a sociedade é quem verificaria sua sobriedade, ele não poderia mais perturbar o “sossego público” com sua “bebedice” – o que denota certo consenso acerca dos prejuízos que aquele estado trazia. Logo, podemos insistir na existência de pressão social para se evitar a bebedeira – e, como indica Laura de Mello e Souza, por mais que fosse uma transgressão menos grave se comparada ao crime ou roubo, acreditamos que nem por

²²² Conforme citado por Laura de Mello e Souza: “Para o capitão-mor Manuel Furtado Leite de Mendonça” – 21-I- 1773, APM, SC, cód. 199, fls. 8V-9, em *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 114.

isso era mais tolerada por aquela sociedade. Como observamos, parece que neste caso o tempo imposto pelas autoridades indica que este sujeito deveria dar satisfação de sua sobriedade – além de servir para incutir gradativamente no sujeito que ele não deveria beber nunca mais, caso contrário, a repressão seria forte. Por fim, fica claro que não só os escravos, mas também os homens livres pobres se embriagavam e eram presos – inclusive, durante o processo de colonização em curso na América lusitana, os vadios (que bebiam ou não) eram utilizados em determinadas tarefas como a construção de presídios. Tais construções eram mantidas e desenvolvidas à custa do trabalho dos “desclassificados” em terras remotas e suscetíveis a ataques de índios, doenças, fome, dentre outras intempéries, com isso, purgava-se a sociedade civil dos seus perturbadores e economizava-se nos jornais dos trabalhadores das obras²²³.

Uma pequena tipologia dos componentes das cadeias paulistas nos é oferecida pela carta de Julho de 1756 de Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão endereçada ao Vice-Rey, em que se reclama a prisão de delinquentes para a continuidade das obras públicas das fortificações. Na carta, Botelho Mourão justifica a prisão de criminosos “para servirem nas obras reais”, pois

estes são brancos, notoriamente mal procedidos, refugiados no Certão, são os negros calhanbolas, são os escravos, que de noite se prendem pelas rondas militares, por trazerem facas, são os bêbados por officio, perturbadores do sucego publico, são os que tem por costume furtarem mulheres cazadas, sem fazerem cazo da justiça, nem da Ley de Deus, e são outros infinitos desavergonhados, que inda são peyores que os acima referidos. De toda esta gente tenho povoado Angola, Banguela, Caconda, e tenho hum grande número de Serventes nas Obras, o que cauza a mayor quietação nesta Capitania, e húa grande utilidade a real fazenda, pois lhe evita por este modo muitos mil cruzados que havia de despende com os Serventes, senão tivece estes que sem sellario os empregos nas Obras Reais²²⁴.

A intenção do texto é dar recomendações de como proceder contra os “insolentes” chamando a atenção para a possibilidade de instrumentalizá-los para otimizar o

²²³ Laura de Mello e Souza. Op. cit., p. 112.

²²⁴ “Cartas pertencentes aos governos antecedentes que dão introdução as que pertencem ao governo presente”, n 84, em *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. vol. 14, São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Arquivo do Estado de São Paulo.

funcionamento da colonização. E “os bêbados por officio”, nesta tipologia de “malfeitores” é presença clara, visível e discernível na paisagem social, criminalizado, cujo delito é o de perturbar o sossego público, ou seja, a ordem pública que se instaurava construindo-se fortificações e prendendo tais delinquentes, que deveriam ser enviados para o degredo ou utilizados nas construções. Neste caso, os bebedores aparecem aproximados dos homens armados e dos adúlteros.

*

De certa forma a Coroa portuguesa também arrogou para si a responsabilidade de resolver o problema do consumo de aguardente na sociedade colonial. É o que vemos em algumas determinações exaradas pela administração nos trópicos quando, por exemplo, no ano de 1735 o governador-geral José da Serra ordenou ao Capitão-Mor da capitania de Sergipe que prendesse alguns índios da aldeia de “(...) tuba” que haviam faltado com respeito e a obediência” ao missionário capuchinho Anselmo de Adorno, por conta de “algumas desordens originadas das bebidas e folguedos em que se ocupam”. Alegava o governador que somente “o castigo os fará reprimir para viverem como Católicos, e Vassalos de Sua Majestade”²²⁵. Para João Azevedo Fernandes, o mais provável é que esta ordem se refira à aguardente, já que, alguns dias depois, Serra ordena ao mesmo Capitão-Mor que castigue os mesmos vizinhos das aldeias por “perturbar e arruinar o sossego da missão com bebidas [a cachaça, certamente] e fogos pelas suas lavouras”²²⁶. O autor não explica os motivos que o levaram a concluir pela aguardente, apesar de ser provável que de fato fosse ela, devido à sua oferta desmedida

²²⁵ “Portaria para o Capitão-mor de Sergipe de El-Rei. (07/03/1735). DH: LXXVI: 73” apud Fernandes, Op. cit, p. 359.

²²⁶ “Portaria para o capitão-mor da Capitania de Sergipe de El-rei” (28/03/1735). DH: LXXVI: 85 apud Fernandes, p. 360.

nesse período por todo o território luso-americano e porque sua oferta adentrou nos aldeamentos indígenas, como sugerimos, e, por isso, concorreu com o cauim pela posição de bebida ritual.

A respeito da economia da cachaça, deve-se ressaltar que a constante venda da bebida na capitania mineira envolveu uma série de categorias sociais, sejam os donos de escravos que obtinham lucros e participavam do contrabando, sejam os negros e negras de tabuleiro que iam vender o produto²²⁷. Destaque para figura dos cachaceiros, isto é, os vendedores que traziam a cachaça que, segundo as autoridades da época, vinham à noite e com tiros para cima avisavam os vendedores fixos de sua presença, efetuando assim as trocas. A aguardente era escondida, muitas vezes enterrada, para ser oferecida aos amigos e consumida em ocasião oportuna, geralmente em festas que reuniam as pessoas de cor, mesmo naquelas das irmandades²²⁸.

No entanto, um dos problemas enfrentados pelos produtores era que o cultivo da cana com a finalidade de produzir cachaça não era bem visto pelas autoridades reinóis, pois os agricultores deixavam de cultivar gêneros necessários à sobrevivência dos escravos. Além do mais, a mão-de-obra escrava era muito cara para ser empregada numa produção de menor lucro. Desse modo, o cultivo de cana para a produção do álcool ocupava sempre posição secundária, tendo “lugar em pequenas propriedades ou, quando nas grandes, de maneira marginal ou quase clandestina e muitas apenas para o

²²⁷ Vale referir que nestes acontecimentos de ordem econômica, parte das disputas provocadas pela produção e distribuição da aguardente estava ligada diretamente às tentativas da Coroa em fazer valer o “exclusivo metropolitano”. Segundo Fernando Novais a expressão referia-se ao mecanismo através do qual se garantia a transferência da renda produzida na colônia para a metrópole, “bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino”. Todavia, outro conjunto de problemas estava ligado apenas indiretamente a este mecanismo, uma vez que os produtores de cachaça, conforme indicaremos seguindo Julita Scarano acerca da capitania mineira, eram de pequeno porte e apenas sobreviviam com a comercialização daquela mercadoria. Seja como for, parece difícil refutar que a colonização portuguesa no Brasil não tenha assumido um caráter essencialmente mercantil que, para se concretizar, teve de intervir de forma direta no âmbito da produção. Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 72-92.

²²⁸ Julita Scarano. Op. cit., p. 475.

consumo local²²⁹”. A fabricação da bebida, portanto, tinha como finalidade a sobrevivência dos meeiros, os pequenos proprietários também dos quilombos, “que podiam com relativa facilidade vender seus produtos aos negros, sobretudo²³⁰”. Quanto aos locais de cultivo da cana para a produção da bebida, Scarano aponta que “as áreas ocupadas pela cana destinadas ao fabrico da aguardente se localizavam ao redor das terras onde se processava a valiosa produção de ouro ou cata de diamantes, ocupando suas fímbrias²³¹”. Entretanto, devido à grande quantidade de escravos que desejavam a bebida, o cultivo da cana para a destilação da aguardente se espalhou por toda a América portuguesa. A autora cita duas conseqüências da difusão da bebida: os proprietários de escravos podiam comprar a aguardente de cana mais barata para fornecer a seus trabalhadores e as autoridades ficaram mais receosas dada a sua fácil obtenção, pois o baixo preço da bebida a tornou acessível à população mais pobre. Sendo assim, conclui a historiadora, pode-se situar a “produção do açúcar como prerrogativa dos habitantes de elevada categoria social e econômica e os fabricantes de cachaça como proprietários de pequenas glebas e engenhos, pertencentes a um outro estrato populacional, mas não destituídos de bens, obrigatoriamente²³²”.

Ao descrever as habitações do campo mineiro no início do XIX, Freireyss afirma que, além de quarto, sala e varanda, “há também várias dependências para o fabrico do açúcar e da aguardente, construídas de tijolos”²³³. Se estava em anexo à casa, estava sob o controle dos seus moradores, apontando que a produção de açúcar e aguardente era atividade econômica que garantia o sustento da família. A proximidade da casa e do lugar de fabrico facilita que os moradores protejam sua produção contra roubos, dá

²²⁹ Idem, p.472.

²³⁰ Ibidem, p.472.

²³¹ Ibidem, p.472.

²³² Ibidem, p.474.

²³³ Freireyss. Op. cit., p. 116.

maior flexibilidade à produção etc. E a matéria prima ser de tijolo pode ser sinal de maior estabilidade financeira. Em todo caso, o excerto confirma que a produção de aguardente e açúcar era atividade familiar.

A distribuição da aguardente era feita nas “lojas” que vendiam também comestíveis, tecidos, ferragens e objetos variados. Pelas ruas a distribuição ficava a cargo das negras de tabuleiro que trocavam seus produtos por metais e diamantes. Segundo Luciano Figueiredo essas mulheres se tornaram em Minas colonial,

agentes pródigos na trama da desordem social, excessiva e cotidianamente latente no transcurso daquele intranquilo século. Temidas, assim como o contrabando de ouro e diamantes, os quilombolas e os quilombos, os becos e as vielas escuras, e as armas e a aguardentes em mão e bocas de negros e mulatos, despertariam incessantes medidas punitivas da administração colonial e metropolitana legitimadas sempre na suposta imoralidade decorrente da presença feminina nessas tarefas, assim como nos danos causados à propriedade particular e ao Estado²³⁴.

E devido ao grande consumo, a aguardente e o tabaco eram os produtos mais visados pelos direitos reais. Prova disso é uma ordem régia que encontramos no Museu da Cachaça de Paty do Alferes na qual em 1735, Dom João, rei de Portugal, ordena ao então governador da capitania mineira, o Conde das Galvêas, que este o informe a respeito do estabelecimento de engenhocas nas minas, pois percebera que elas fariam diminuir o consumo de aguardente do Reino e seria perigosa aos escravos²³⁵. Alguns anos depois, o mesmo Dom João, reconhecendo o aumento do número das ditas engenhocas e o conseqüente prejuízo para a Fazenda Real, expede ordem para que

se não dê licença para nessas Minas se fazerem Novos Engenhos de fabricar a dita aguardente cuja proibição se observará com pena de perdimento do engenho e escravos que na sua ereção trabalharem, proibindo também aos donos de engenho que hoje existem dentro de suas fazendas mudarem de um para outro sítio as caldeiras e

²³⁴ Luciano Figueiredo. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília: José Olympio, 1993. p.34.

²³⁵ “Ordem régia ao governador da Capitania de Minas Gerais”. Museu da Cachaça, Paty do Alferes – RJ. Lisboa, 26/03/1735.

fábricas, ordenando que os Ouvidores nas correções perguntem se fazem de alguns ditos engenhos, havendo nas intendências listas dos atuais que há em seus distritos e que encontrando delinquentes procedam contra eles, reservando para mim a concessão de licenças para se levantar de novo algum engenho caso que pareça conveniente concedê-las²³⁶.

Conforme se nota, o Rei pretende concentrar em suas mãos o direito de conceder licenças para a ereção de engenhos, o que sugere uma certa complacência dos governadores nesta matéria. O problema é resolvido emitindo-se a lei e ordenando a fiscalização pelos Ouvidores régios. O investimento régio sobre a produção da aguardente se estende às “lojas” e “vendas” mineiras, pois conforme demonstra Luciano Figueiredo, a Coroa Portuguesa estipulava horários de fechamento destes lugares além de controlar seu acesso por parte da população mineira²³⁷. Tais informações nos permitem inferir que apesar de não ter inventado nem as enghocas nem as lojas, a Coroa lusitana quis atribuir a disciplina de seu funcionamento. Mesmo com a dificuldade de se observar esta lei, devido às “distancias em que se erigem os engenhos aonde se não podem andar examinando o dia em que se fazem cachaça ou açúcares”²³⁸, parece plausível inferir que o Estado Português precisa atacar a “questão das aguardentes” para garantir a implantação e o exercício da exploração colonial, seja extraíndo lucro da venda das bebidas advindas do Reino, seja promovendo a organização do trabalho escravo. Em suma, este documento permite entrever um aspecto da política econômica da Coroa concernente ao comércio de aguardente, qual seja o da proposta de implantação de um sistema de fiscalização das enghocas, bem como sua contrapartida que é o que acontece quando se tenta executar esta lei nas minas: resistência por parte dos proprietários.

²³⁶ “Ordem régia ao governador Gomes Freyre de Andrada”. Museu da Cachaça, Paty do Alferes – RJ. Lisboa, 12/06/1743. Neste caso a fonte comprova a preocupação real em garantir a exclusividade metropolitana do controle da produção da aguardente.

²³⁷ Luciano Figueiredo. Op. cit.

²³⁸ “Parecer enviado aos oficiais da Câmara de Vila Rica”. Museu da Cachaça, Paty do Alferes – RJ, 06/04/1755.

Segundo ordem régia endereçada ao governador da capitania mineira, este deveria ficar atento e informar sobre a existência de “engenhocas e fábricas das aguardentes de cana” para que se tomassem providências a partir da consideração de que se sabe do “prejuízo que faz ao consumo das aguardentes do Reino e aos negros o estabelecimento dos engenhos e engenhocas nessas Minas”²³⁹. É digna de nota a referencia à aguardente do Reino como prejudicial aos negros mineiros apontando, acima do etnocentrismo difuso, o reconhecimento de que o que estava em jogo era a manutenção da exclusividade do comércio e, mais do que isso, a manutenção da ordem social nas minas necessária à extração dos metais preciosos. Enfim, as tentativas de regular a ereção de alambiques e a conseqüente destilação de aguardente nas minas foi problema que, ao menos na primeira metade do XVIII, provocaram diversas leis, ordens e pareceres.

Uma súplica dos moradores de Vila Rica requisitando que se faça cumprir certa proibição da aguardente fornece dados importantes para o debate. Em 16 de abril de 1735, um conjunto de moradores do morro alegam que

que sendo constante os antecessores de Vossa Excelência o grande vexame que aos suplicantes se seguia, e prejuízo dos reais quintos, venderem-se aguardentes da terra e outros gêneros a que os negros dão consumo no dito, foram servidos mandar publicar bandos em que há de proibida a venda de tais gêneros, pondo por pena às pessoas que tiverem venda perdimento do que lhe fosse achado quarenta oitavas de condenação aplicadas a 3ª parte para as obras do Senado, e as duas partes para o rendeiro do ver, por se supor seria o acusador, o que em tudo pelo contrário o presente ano tem deixado de se observar, pois o rendeiro atual, João Ferreira Veyga, por ser sócio e interessado com Manoel de Oliveira Braga, morador no mesmo morro, lhe deu faculdade para vender publicamente os ditos gêneros proibidos em termos que traz suas escravas vendendo e é constante que todas as semanas dá consumo a doze barris de aguardente da terra e muito melado, que também vende, ampliando o suplicado a mesma faculdade a outras muitas pessoas com quem diz está ajustado e lhe pagam o que tanto patenteia, que passando muitas e repetidas vezes pelas pistas do dito seu sócio e mais pessoas com que está ajustado, vendo-lhe os tais gêneros proibidos, não faz caso nem com eles entende, e satisfazendo aos suplicantes que a proibição de bando só se entende para com o povo, e não para com ele e seus ajustados por ser rendeiro do ver a quem pertence a maior parte da condenação:

²³⁹ “Ordem Régia ao Governador da Capitania de Minas Gerais, para que informe sobre o estabelecimento de engenhos nesta Capitania”. Museu da Cachaça, Paty do Alferes – RJ, 26/03/1735.

afirmando também que ainda que haja queixa contra o seu sócio [ilegível] pessoas com quem está ajustado só hão de pagar a 3ª parte da condenação e mais lhe tem feito promessa perdoar; e como tudo o que o suplicante obra é a encontrar a observância dos bandos prejudicar ao bem comum, e reais quintos de Sua Majestade, que Deus lhe guarde²⁴⁰.

Então, alguns moradores do morro de Vila Rica - não da própria vila – indignados porque a proibição da venda de aguardente não estava sendo verificada na vila. Disto parece plausível supor que os moradores eram donos de engenhocas que comerciavam a aguardente insatisfeitos com a situação de venda clandestina do produto que não eles. Cumpra-se a lei ou que ela seja revogada e todos possam participar (o difícil é aceitar que os moradores estavam exigindo o cumprimento da lei porque estavam preocupados com a saúde dos escravos). Seja como for, há uma denúncia importante no excerto. Os rendeiros, que deveriam fiscalizar o cumprimento do bando estão o burlando. E mais, estão lucrando com isto: estão fazendo “vista grossa” diante do comércio da bebida pelas negras de tabuleiro. Segundo a fonte, o rendeiro João Ferreira Veyga é sócio de Manoel de Oliveira Braga. Este, por sua vez, tem negras de tabuleiro que vendem a bebida e estas negras não são punidas conforme o bando devido à frouxidão da fiscalização do rendeiro. João Ferreira Veyga afirma que o bando só será cumprido sobre os outros vendedores, não sobre os de seu ajustado. Ou seja, há uma concessão ilegal por parte do agente estatal articulado a um negociante de aguardente que tem escravas sob seu mando – uma espécie de “franquia” clandestina.

A presença de funcionários régios nos negócios da aguardente aparece também em trecho de Eschwege:

Os que não depositam confiança nos senhores preferem levar sua pedra às *vendas* (casas de comidas e bebidas), pertencentes, em geral, a funcionários inferiores da administração e dirigidas por subalternos destes. Por este meio, chegam-lhe às mãos quase todas as pedras

²⁴⁰ “Súplica dos moradores de Vila Rica que se faça cumprir a proibição de aguardente e outros gêneros nesta vila”. Museu da Cachaça, Paty do Alferes – RJ, 16/04/1735.

roubadas, o que nos permite concluir que a fiscalização que tais funcionários exercem nas lavras não pode ser muito rigorosa, pois que importaria na diminuição desse comércio²⁴¹.

Neste caso, além de existirem funcionários envolvidos na venda de aguardente, eles tinham empregados que trabalhavam nas suas vendas. Um comércio organizado portanto. Temos de um lado a Coroa requerendo certa fiscalização na venda do produto e, de outro, os próprios funcionários régios contribuindo para a reprodução da clandestinidade da venda de bebidas, aguardente provavelmente. Logo, não se trata de ambigüidade, mas de dificuldade de fiscalização.

Em geral, os pedidos de licença para funcionamento dos engenhos geralmente alegavam que os mesmos já haviam sido construídos com grandes gastos, que a terra já se achava cansada do cultivo de outros gêneros e que somente o plantio de cana geraria bons rendimentos, que o suplicante não iria fabricar aguardente, mas somente açúcar e melado, e iria contribuir para o pagamento dos impostos e dos dízimos em benefício da Real Fazenda. Durante todo o século XVIII, a Coroa terá uma posição dúbia diante dos engenhos de aguardente. Ao mesmo tempo em que editava bandos e ordens régias os proibindo, continuava a conceder cartas de sesmarias e licenças para a ereção dos mesmos. As tensões em torno do controle de seus rendimentos apontam para a importância da aguardente na economia colonial mineira. As disputas pelo desfrute da produção e distribuição acabaram por direcionar formas de interação social que não se reduziam a confrontos de ordem econômica. Como foi citado anteriormente, os modos de relacionamento mediados pela bebida aproximavam as pessoas naquele ambiente inebriado pelo ouro.

²⁴¹ W. L. Eschwege. *Pluto Brasiliens*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1979, p. 131. O autor ainda informa que, em 1814, ao se dirigir a uma jazida do minério galena, vê que em torno dela as plantações haviam se estendido, novos monjolos tinham sido construídos, uma olaria e o gado havia se multiplicado. E mais: “uma plantação de cana prosperou admiravelmente, de modo que, no ano seguinte, já se fabricava açúcar e aguardente. Não mais havendo sérias necessidades, todos os colonos se julgaram felizes”. p. 182.

Todavia, as aproximações favorecidas pela aguardente não tinham apenas interesse econômico, como indica a forma amistosa em que os escravos mineradores durante as refeições ofereciam a bebida uns aos outros. Neste ambiente, o produto certamente estimulava a conquista e o reforço de laços de solidariedade entre os cativos²⁴². A ocasião em que foi difícil taxar uma interpretação mais segura acerca das condições do beber na sociedade colonial – se é que as anteriores o foram -, foram os momentos de festa. Espaço de tolerância ou canal de regramento? As duas coisas em diferentes circunstâncias, é provável. Não nos parece absurdo conjecturar que só era tolerável uma sociabilidade em torno do álcool que fosse regrada e domesticada de acordo com a quantidade e ocasiões certas e local adequado, justamente, nas festas. Se tivesse a função de homenagear os santos e mortos, os excessos de bebida pareciam dignos de perdão nesses momentos²⁴³. Nesse contexto, a festa seria o espaço da embriaguez civilizada em que se materializavam as investidas de conformação dos povos da colônia – a festa tornava-se o local permitido para se “perder o juízo”. Se fosse realizada em momentos que não se tivessem como oportunos ou se a embriaguez guardasse outra função, os castigos e punições deveriam acontecer para se retificar os pecadores. Todavia, muito embora as autoridades régias se empenhassem em modificar os códigos culturais existentes na colônia, Mary Del Priore²⁴⁴ insiste que houve lutas reais e simbólicas pela dominação do espaço coletivo das festas e, poderíamos

²⁴² Segundo Freireyss “com toda a razão admira-se a grande fidelidade dos escravos aos seus donos e a sua compaixão pelos seus irmãos de infortúnio; com estes partilham eles pesares e alegrias e há disso os mais notáveis exemplos. Vi escravos dos quais se queria arrancar a confissão de crimes praticados por seus companheiros, mas nem as maiores torturas eram capazes de torná-los delatores. Muitas vezes passam-se semanas sem que o negro possa satisfazer o seu grande desejo de beber um copo de aguardente, porém, quando chega a ocasião, se tem patrícios presentes, não deixa nunca de partilhar com eles. Há mais de cem exemplos de escravos que economizaram a metade do seu parco sustento para dar a um patrício e que isto fizeram durante meses”. Apesar da descrição enviesada destaca-se indício de relações fraternas de forte solidariedade entre os escravos e que a oferta de aguardente era uma das formas de expressão deste sentimento. Na verdade, a impressão é que a solidariedade e a fidelidade eram valores consistentes que aproximavam os cativos sendo talvez estas as bases da dimensão identitária em que se assentaram o consumo da bebida. Freireyss. Op. cit., p. 136.

²⁴³ Julita Scarano. *Bebida alcoólica...*, p. 478.

²⁴⁴ Mary Del Priore. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

acrescentar, da função social das bebedeiras dentro delas. Teólogos e moralistas enxergavam naquelas reuniões momentos de sacrilégios e blasfêmias escarnecedoras da religião e, por isso, insistiam na separação entre sagrado e profano para alterar a sensibilidade e mentalidade da população colonial. Daí a objeção ferrenha às comemorações, “tidas como ocasião de pecados múltiplos: a embriaguez, a gluttonaria, a luxúria, a vaidade, o dinheiro desperdiçado no jogo, a ‘loucura’ das danças, todos os pecados que aproximavam os homens ao Demônio”²⁴⁵. Nesse sentido, o alvo da Igreja era o conteúdo profano das festividades, que deveriam ser banidos das comemorações religiosas. Segundo Del Priore, a normatização das festas implicava no adestramento da experiência dos negros, muitas vezes vista como resquícios de paganismo. Tanto que

Antonio José de Moura Abreu, bispo visitador, de passagem por São Paulo em 1758, queixou-se amargamente do “abominável som de batuques e danças desonestas que muitas vezes se juntam a umas indecentes festas de São Gonçalo de que resultam graves ofensas a Deus no excesso de comer e beber com que se demasiam na gula e depois destas mesmas danças se passa a outras indecências que a modéstia cala mais [sic] ninguém ignora”²⁴⁶.

Para uma Igreja preocupada em incutir nos fiéis o ideal de “temperança” nas condutas, nada poderia ser mais ofensivo do que esses momentos de expansão de comportamentos – todavia, a autora ressalta que apesar disso, os batuques eram tolerados, pois eles garantiam a “boa paz” da sociedade. E, como os padres perceberam que não poderiam suprimir as festas, decidiram integrá-las à vida social das populações mediante regras do que seria considerada uma boa atitude²⁴⁷, para isso, a Igreja investigava tudo que envolvia as festividades religiosas, desde a procissão até sua continuidade em bailes, bebedeiras, jogos e fornicação. Desta maneira, o ambiente festivo se tornou o canal por meio do qual se tentava impor regras às comunidades.

²⁴⁵ Idem, p. 92.

²⁴⁶ Ibidem, p. 100.

²⁴⁷ Ibidem, p. 91.

Mesmo com esses investimentos, as festas proporcionavam espaços para pecados que escapavam das amarras normativas dos preceitos cristãos. A disputa se polariza de um lado com as instituições tentando dar uma função sagrada às festas e, de outro, com os desvalidos fazendo delas um momento de encontro e protesto contra as mesmas instituições modernas que pretendiam adestrá-los. É o que se observa no período atravessado pela abstinência alimentar na Quaresma que, no entanto, era invertida pelos excessos do Carnaval: o entrudo representava a “revanche contra a fome quase crônica da Colônia”. Nele, as bebidas e comestíveis significavam a vingança contra a abstinência obrigatória da situação anterior, expressando, no limite, o caráter de enfrentamento da ordem social acachapante²⁴⁸. Portanto, a possibilidade de “colocar a festa de ponta-cabeça” estava na maneira como as classes subalternas a encaravam: a começar pelo uso da bebida. Segundo Del Priore, “muito se bebia na Colônia graças, sobretudo, à fabricação artesanal e barata da cachaça conhecida como ‘jeribita’. Ninguém estava livre de se embriagar, mesmo quando ligado à organização da festa e mesmo quando esta se tratava de uma festa religiosa”²⁴⁹.

Pelo dito, os autores deixam entrever que houve um esforço para esquadrihar a embriaguez com o fim de senão bani-la ao menos levá-la para o interior das festividades populares para que no interior delas, o álcool funcionasse para reproduzir o estado de coisas da colônia. Todavia, o álcool servia também como alavanca que impulsionava atos transgressores, atos que não condiziam àquele comportamento - exigido pela Igreja - que expressasse a usurpação da representação que os donos do poder metropolitano

²⁴⁸ Reportando-se a M. Bakhtin, a autora afirma que nesses bailes populares havia banquetes nos quais as pessoas “se lançavam à comida, a embriaguez generalizava-se, o interdito era permitido e culminava-se com os papéis sociais e sexuais inter-relacionados. Os oprimidos momentaneamente impunham suas regras”. Mary Del Priore. Op. cit., p. 108. Ver também: Mikhail Bakhtin. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987.

²⁴⁹ A historiadora retira de Gregório de Matos que, em meados do século XVII, na festa de Natal de certa irmandade religiosa, as importantes juízas e mordomas responsáveis pela ocasião, se embriagaram. Mary Del Priore, Op. cit., p. 111.

incidiavam sobre os escravos, mulatos e pobres. A festa representava para os padres e autoridades o espaço da bebedeira tolerável e domesticada, pois ainda assim havia um comportamento recomendado quando naquele estado. Contudo, na festa, a bebedeira funcionava como catarse para as populações da colônia além de abrir espaço para transgressões, escapando, portanto do enquadramento que pretendia reprimi-la. Além do mais, não podemos afirmar que havia um padrão regular de consumo alcoólico na América Portuguesa, pois ele dependia de uma série de condicionantes que se relacionavam com a capacidade de negociação dos bebedores, o acesso à bebida, o grau da fiscalização das autoridades régias, a subjetividade dos agentes em torno do álcool e todo um jogo de relações que variavam conforme o espaço-tempo considerados. Todavia, insistiríamos que houve um processo de regulação da experiência alcoólica na América Portuguesa que não aceitava qualquer tipo de embriaguez e que, para impor um modo de administrar as vidas da colônia, operou novos e diferentes tipos de exclusões.

Considerações finais

Diante do exposto, é preciso tentar amarrar algumas pontas desfiadas pelo caminho, já que, como deve ter ficado claro, o tecido desta história ainda está curto para abrigar qualquer conclusão taxativa. É preciso admitir em todo caso que o objetivo maior desta dissertação foi o de compor uma narrativa que fosse capaz de estimular e promover uma reflexão histórica sobre as condições materiais em que as pessoas bebem. Para isso foi selecionado o espaço-tempo da sociedade colonial do século XVIII em busca do ponto de vista de um historiador da periferia do capitalismo. No entanto, percebemos que para se encaminhar esta reflexão deveríamos dar dois passos atrás e verificar o que ocorria na Europa moderna e o que havia de específico na metrópole portuguesa naquele momento.

Por isso, assinalamos a tendência hegemônica do movimento de constituição de uma embriaguez regada segundo as exigências da complexificação social que se alinhavava a partir do século XVI. Processo civilizador das formas de beber que transformou os usos do álcool a ponto de autonomizar a ebriedade. Liberando-se de suas funções práticas atribuídas no interior das comunidades de guerreiros, o uso de bebidas caminhou para se tornar pura embriaguez. O que significa dizer que ela deixou de ser significada internamente e, enquanto desvio de conduta, passou a ser comportamento social desviante que deveria ser evitado pelos novos representantes dos Estados nacionais que se formavam. Na esteira da burocratização da vida social, os excessos alcoólicos viraram problema cujas soluções variaram em cada Estado.

A Coroa lusitana participou deste processo reforçando a legitimidade do valor moderação. Como indicamos, ele não era novo na península ibérica derivando de preceitos religiosos formulados ainda na Idade Média. Ao atualizar o valor, os moralistas e médicos o elevaram à condição estrutural para se organizar o

comportamento alcoólico dos integrantes do Império. Para o justifica-lo, mobilizaram todo o discurso moralizador em voga à época bem como estratégias para convencer o bebedor de sua imoralidade.

O problema foi que na sociedade colonial este valor não fora seguido como o era no território peninsular português. Nas paragens coloniais habitadas por grupos indígenas e escravos africanos as formas de beber variaram tanto quanto as tribos e etnias. Diante das circunstâncias tropicais a eficácia da moderação foi torcida e cumpriu a função ideológica de mascarar as condições em que se assentavam o uso de bebidas alcoólicas naqueles lugares. Articulada ao discurso cristão dos padres e visitantes e aos interesses econômicos dos negociantes e da Coroa, o comportamento alcoólico moderado se tornou mais uma exigência para garantir o andamento da colonização.

A partir do que examinamos brevemente, neste final de percurso talvez possamos afirmar que, enquanto ideologia a moderação ganhou foros de senso comum e hoje é valor socialmente aceito na nossa sociedade. Apesar dos embates travados pelos escravos, homens livres e povos indígenas, triunfou na sociedade colonial a ingestão alcoólica da moral cristã que conquistou a hegemonia para dizer como deve ser o nosso comportamento alcoólico. Esta talvez tenha sido a herança colonial relativa a nossas formas de beber. Herança constituída para abafar conflitos e ajustar o desajustado modelo de organização social ancorado na escravidão. Moderação aqui serviu como mais uma variável para organizar uma sociedade que servia apenas para dela se expropriar recursos.

Escolhemos estudar a cultura do álcool no universo da racionalização social porque gostaríamos de pensar como a economia, a burocracia, a religião e demais instituições modernas contribuíram para docilizar e regular as ocasiões de ingestão de bebidas. Estas instâncias obrigaram que fossem refeitas quando não destruídas aquelas

ocasiões do beber por privilegiar as tarefas de organização e gerência dos aparelhos estatais. E numa sociedade colonial como foi a nossa tais exigências foram verificadas pelos senhores, padres e visitantes e pelos agentes metropolitanos de modo geral. Nesse bojo, os conflitos derivados dos diferentes processos de socialização que se pretendiam normalizadores do espaço colonial tinham como outra extremidade as experiências étlicas das vítimas da colonização. Dentre estes a cachaça talvez de fato tenha se tornado instrumento identitário. Mas não como o quer Câmara Cascudo que a entende como expressão de independência do homem sertanejo diante das injunções da vida européia. Ao contrário, talvez o momento de produção, troca e consumo da bebida tenha sido ocasião de aproximação autônoma destas partes subjugadas justamente por demarcar contraponto diante da relação desigual com os agentes colonizadores.

Fontes e Bibliografia

a) Fontes

ABREU, Brás Luis de. *Portugal médico*. Lisboa: Officina de Joan Antunes, 1726.

ALARTE, Vicênio. *Agricultura das vinhas*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

AQUINO, Tomas de. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 9 vols, 2001.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (1789-1791). vol. V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação/ Biblioteca Nacional, 1936.

BERNARDES, Manuel. *Pão partido em pequeninos...*, em Manuel Bernardes. *Vários Tratados*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo: Officina de Miguel Manuscal da Costa, 1762, t. 2.

BUNCHAN, Guilherme. *Medicina doméstica ou tratado dos meios de conservar a saúde e de curar, e precaver as enfermidades por via dos remédios simples*. Lisboa: Typografia Bollandiana, 1788. Tomo I e II.

CODICE COSTA MATOSO. Luciano R. Figueiredo e Maria Verônica Campos (coord.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO. São Paulo: IEB/USP, 2002.

CONSTITUIÇÕES *Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa, 1719/ Coimbra, 1720.

DAMIÃO COSME, Francisco. *Tratado das queixas endêmicas e mais fataes nesta conquista*. (1770). Luanda: Studia, n 20-22, 1967.

DAZILLE, Jean-Barthélemy. *Observações sobre as enfermidades dos negros*. Tradução de CARVALHO, Antônio José Vieira. Lisboa: Na typografia chalcografia, typoplatica, e literario do arco do Cego, 1801.

FERREIRA, Luis Gomes. *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FREIEYESS, G.W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

HENRIQUEZ, Francisco Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil (1809-1815)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

MELLO FRANCO, Francisco de. *Medicina Teologica*. São Paulo: Giordano, 1994.

MENDES, José Antonio. *Governo de mineiros*. Lisboa: Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1770.

MONTESQUIEU, Charles L. S.. *O Espírito das leis*. Brasília: Unb, 1982.

PEREIRA, Bernardo. *Anacephaleosis medico theológica*. Coimbra: Officina de Francisco de Oliveira, 1734.

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo peregrino da América*. (1728). Rio de Janeiro: ABL, 1939. 2 volumes.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. (1730). São Paulo, 1976.

PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA. Rio de Janeiro, LPC, 1999.

PLATÃO. *Leis*. Trad. Carlos A. Nunes. UFPA, 1980.

QUEIROZ, D. Frei João de São José. *Visitas Pastorais (1761-1763)*. Rio de Janeiro, Editora Melso, 1961.

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores* (1700). São Paulo: Fundacentro, 1996.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da Viagem da Capitania do Rio Negro* (1774-1775). Lisboa, Tipografia da Academia de Lisboa, 1825.

SEMEDO, Curvo. *Observações de cem casos gravíssimos*. Lisboa, 1707.

SEQUEIRA, Ângelo de. *Botica Preciosa e o tesouro precioso da Lapa*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1754.

SOUSA, José Renato de Araujo. *A prova do vinho: embriaguez, educação e prazer nas Leis de Platão*. Cadernos de Atas da ANPOF, n 1, 2001, p. 01-06.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena*. Notícias Soteropolitanas e Brasília (1802). vol. I, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1922.

Museu da Cachaça, Paty do Alferes –RJ.

- Ordem régia ao governador Gomes Freyre de Andrada, determinando que se proíba o levantamento de novos engenhos na Capitania de Minas Gerais.

Lisboa. 12 de Junho de 1743;

- Suplica dos moradores de Vila Rica para que se faça cumprir a proibição de aguardente e outros gêneros nesta vila.

12/04/1735;

- Suplica de um rendeiro a favor de seu escravo, preso por comprar aguardente.

Vila Rica, 13 de Janeiro de 1738;

- Parecer enviado aos oficiais da Câmara de Vila Rica sobre a ereção de engenhos de açúcar na Capitania de Minas Gerais, onde se fabrica aguardente proibida.

Rio de Janeiro, 6 de Abril de 1755;

- Ordem Régia ao Governador da Capitania de Minas Gerais, para que informe sobre o estabelecimento de engenhos nesta Capitania.

Lisboa, 26 de Março de 1735.

b) Livros e artigos

ABREU, Jean Luis Neves de. *O corpo, a doença e a mente: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de Doutorado em História Social, UFMG. Orientador(a): Adriana Romeiro, Belo Horizonte, 2006.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. *Medicina y magia*. El processo de aculturación en la estructura colonial. Obra Antropológica VIII. México: FCE, 1992

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Lisboa: Cosmos, 1967.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo e a Crise Política Fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Maceió: Gráfica, 2009.

_____. *Entre Drogas e Cachaça: a Política Colonial e as Tensões na América Portuguesa (1640-1710)*. Maceió: Edufal, 2009.

CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX*. Tese de Doutorado, UNESP. Orientador: Carlos Eduardo Jordão Machado. Assis, SP, 2010.

CAMPORESI, Piero. *O pão selvagem*. Lisboa: Estampa, 1989.

CASCUDO, Luis da Camara. *Prelúdio da Cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Coleção Canavieira

_____. *História da Alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. Vol. I.

CARNEIRO, Henrique Soares. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002.

CARNEIRO, Henrique. *A Igreja, a medicina e o amor: prédicas moralistas na época moderna*. São Paulo: Xamã, 2000.

CURTO, José C. *Álcool e História*. O comércio luso-americano do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental. Lisboa: Vulgata 2002.

DIAS, Laércio Fidelis. *O bem beber e a embriaguez reprovável segundo os povos indígenas do Uaçá*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCH/USP. Orientador: Lux Boelitz Vidal. São Paulo, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Corpo, natureza e sociedade nas minas (1680-1730). In: *Projeto História: Corpo e História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, dezembro, 2002, n 25.

DOUGLAS, Mary. *Constructive drinking: perspective on drink from anthropology*. Cambridge University Press, 1987.

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia general de las Drogas*, 3 vol. Madrid, Alianza, 1989.

FERLINI, Vera L. Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1939.

FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens Bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial*. Tese do Doutorado em História, UFF. Orientador: Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília: José Olympio, 1993.

_____. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras - uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

tópicos)

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 (Ditos e Escritos: 1).

FRAGOSO, João Luis (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, Angu e Couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

HEATH, Dwight B.. *Historical and cultural factors affecting alcohol availability and consumption in Latin America*. Providence: Research Papers in Anthropology, n 2, 1984

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HOLT, Mack P. (org.). *Alcohol: a social and cultural history*. Oxford: Berg, 2006.

JOHNSON, Hugh. *A história do vinho*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

KOK, Maria Gloria Porto. *Os vivos e os mortos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

- LIMA, Oswaldo Gonçalves. *Pulque. Balché y Pajauaru*. Em La etnobiología de las bebidas y dos alimentos fermentados. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- LISPECTOR, Clarice. *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MANCERA, Sonia Corcuera de. *Del frayle, el índio, el pulque*. Evangelizacion y embriaguez em la Nueva España (1523-1548). México: FCE, 1991.
- MARROW, Henry Irineé. Do conhecimento histórico. São Paulo: Martins Fontes, 1975. 7ª edição.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. *História da alimentação: balizas historiográficas*. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, vol.5, jan-dez., 1997.
- _____. *Arte grega nos textos antigos: crítica genética versus leitura histórica em Manuscrítica*. Revista de crítica genética. São Paulo, n 7: p. 69-82, Março 1998
- MINTZ, S.W. *Sweetness and power*. The place of sugar in Modern History. New York: Viking, 1985.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MOTT, Luiz. *Escravidão, sexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. I. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Aluizio Lins de. *Doce engenho: considerações a respeito do livro Sociologia do Açúcar: pesquisa e dedução de Luis da Câmara Cascudo*. III Seminário de História do Açúcar, FFLCH-USP, 2009.

PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PIGNARRE, Philippe. *O que é medicamento? - um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1999.

PRIORE, Mary del. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____; Renato Pinto Venâncio. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____; FIGUEIREDO, Luciano. *Cachaça, alquimia brasileira*. Rio de Janeiro: 19 Design, 2005.

RAGO, Margareth. *O efeito Foucault na historiografia brasileira*. Tempo Social, USP, v.7, n. 1-2, 1995, p.67-82.

_____; Alfredo Veiga-Neto (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REIS, João José. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Márcia Moisés Ribeiro. *A ciência nos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- _____. Bebida alcoólica e sociedade colonial. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 467-483 (texto). (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos; v.3).
- SERRÃO, Joel de. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol VI, p. 319.
- SILVA, Jairo Martins da. *Cachaça, o mais brasileiro dos prazeres*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006
- SIQUEIRA, Sonia. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Ensaios, n 56).
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TAYLOR, William B. *Embriaguez, homicidio y rebelion em las poblaciones coloniales mexicanas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- TRINDADE, Alessandra Garcia. *Cachaça: um amor brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique Soares. *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997, p. 158-172.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Ed. Unb, 1998.

WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

WEIMANN, Erwin. *Cachaça, a bebida brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2006.

WILBERT, Johannes. *Tobacco and shamanism in South America*. Yale University Press, 1987.

WISSENBACH, Maria Cristina. *Cirurgiões no Atlântico Sul – conhecimento médico e terapêutico nos circuitos do tráfico e da escravidão (séculos XVII-XIX)*. Texto integrante do Anais de XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.